



UFRPE

**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
UFRPE**

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE

**Publicação do Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal Rural de Pernambuco**

Volume I, número 19, 2022.2

**ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica
ISSN:2316-977X–Versão Impressa**



UFRPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO**

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. J.C. Marçal – UFRPE

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dra Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr. Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dra Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dra Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

EDITOR GERENTE

Dr.J.C Marçal –UFRPE

EDITOR GRÁFICO

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Volume I, número 19, 2022.2

ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica

ISSN:2316-977X–Versão Impressa

SUMÁRIO

**UM PROJETO POLÍTICO PARA OS EXCLUÍDOS –
LEITURAS DO VOTO POPULAR NO PT PARA
ALÉM DA CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA** **04**

Felipe Melonio Leite

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: ANÁLISE DA MÍDIA JORNALÍSTICA** **30**

Marcela Miwa, Edson Martins e Carla Ventura

**DESENVOLVIMENTO DO CONSUMO DE BENS E
GRAU DE FECHAMENTO SOCIAL NO BRASIL** **46**

Alan Freitas

**UM OLHAR PARA AS TEORIAS DA PRÁTICA SOCIAL:
O DISCURSO COMO PRÁTICA [DE DOMINAÇÃO DO]
SOCIAL E SEU AGIR PRÁTICO NAS ORGANIZAÇÕES** **67**

Elizeu Barroso Alves

**RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO
CONTEXTO BRASILEIRO: ELEMENTOS HISTÓRICOS** **89**

kelen Koupak, Danuta Estrufika Cantoia Luiz

**CHINA: PARA UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU AINDA O
ANTROPOCENO?** **110**

André Felipe Lima Costa

IMAGENS EM MOVIMENTO **137**

João Aguiar

UM PROJETO POLÍTICO PARA OS EXCLUÍDOS

- LEITURAS DO VOTO POPULAR NO PT PARA ALÉM DA CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA -

FELIPE MELONIO LEITE¹

Resumo

No presente artigo empreendemos uma interpretação do voto popular nos candidatos do PT nos pleitos para o Executivo Federal. Utilizamos como paradigma avaliativo as contribuições da sociologia e da ciência política brasileira. Entendemos que a experiência petista influi na recuperação de noções *dualistas* na interpretação da dinâmica política e social de classes no país.

Palavras-chave: Lulismo. Política brasileira. Social-democracia. Sociologia brasileira contemporânea.

Abstract

In this article, we undertake an interpretation of the popular vote for PT candidates in the elections for the federal executive. We use as an evaluative paradigm the contributions of Brazilian sociology and political science. We understand that the PT experience influences the recovery of dualist notions in the interpretation of the political and social dynamics of classes in the country.

Keywords: Lulism. Brazilian politics. Social democracy. Contemporary Brazilian sociology.

1. Introdução

É notável o apoio popular, traduzido em força eleitoral, recebido pelos candidatos do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2006, 2010, 2014 e, ainda no que tange à camada inferior de renda da população, na derrota da eleição de 2018. Esse direcionamento às camadas mais baixas da pirâmide de renda da população brasileira ficou conhecido, tanto na literatura especializada quanto no debate público, como “lulismo”. O presente trabalho tem como objetivo a apreensão crítica das leituras interpretativas desse fenômeno.

Enfocaremos a questão da dualidade exclusão-inclusão em termos de cidadania. Contrastando com o desenvolvimento integral da cidadania nos países centrais, mostraremos as implicações da lógica endógena da aplicação desse conceito no Brasil. Abordaremos

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Federal Fluminense.

como, de anteriormente hegemônica na teoria social e política brasileira, a abordagem da dualidade entre *exclusão* e *inclusão* passa a sofrer críticas no decorrer da segunda metade do século XX.

Em seguida abordaremos as leituras contemporâneas acerca do fenômeno do *lulismo*. Será considerada a hipótese de um retorno transformado da anteriormente citada *dualidade exclusão-inclusão* nos empreendimentos explicativos atuais, em que questões sobre *preariado*, *subcidadania* e *subproletariado* são contrastadas para a reconsideração das análises tradicionais de classe.

2. A social-democracia em perspectiva ampla: um modelo clássico de representação classista.

O primeiro grande experimento social-democrata da história mundial é, inequivocamente, o caso alemão do final do século XIX ao começo do século XX. O Partido Social-Democrata (SDP), que Karl Marx viu nascer, paulatinamente logrou força política e influência após a queda de leis antissocialistas naquele país, muito ligadas ao repressivo governo de Bismarck (COLE, 1958, p. 103). Surge, por esse motivo, a possibilidade de participação na democracia dita burguesa. Cria-se, no referido contexto, um dilema para o partido que se apresentava, originalmente, programaticamente voltado para a superação da ordem social estabelecida. Tal dilema teve de, necessariamente, receber teorização. Abre-se um amplo debate acerca do que se convencionou chamar *reformismo* ou *revisionismo*. O polo pró-integração teve em Eduard Bernstein um grande referencial. Observamos, em sua teoria, a tentativa de conciliação dos postulados *marxianos* com o novo contexto político. Duas questões chamam a atenção: a crítica quanto ao reducionismo do Estado à dominação econômica e a desconfiança em relação à necessidade doutrinária de revolução insurrecional violenta para a superação do capitalismo.

Bernstein assegura que grande parte do mérito de Karl Marx, referência teórica e política padrão para seu partido, não residiria em suas previsões sobre o futuro de catástrofe do capitalismo, mas em seu trato, dito científico, das relações sociais dadas. O autor reconsidera a obra marxiana em uma perspectiva diferenciada; não há mais uma aposta no inelutável, mas apenas a construção, e subsequente verificação, de hipóteses falseáveis. Seria limitado ao conjectural, ao tendencial, o momento da revolução insurrecional violenta como era explicitada no *Manifesto comunista*. A investigação de fôlego d'*O Capital*, obra magna de Marx, demonstraria uma situação consideravelmente mais ambígua, em que o desenvolvimento do capitalismo pode levar a uma melhora das condições de vida da classe trabalhadora. Segundo Bernstein:

A simpatia genérica com as tentativas de emancipação da classe trabalhadora não se encontra, de fato, no caminho do método científico. Mas, logo que Marx se avizinha de um ponto em que o objetivo final entra seriamente na questão, ele torna-se incerto e inspira menos confiança. Tais contradições aparecem então, como foram mostradas no livro em causa, por exemplo, no capítulo sobre o movimento das rendas na sociedade moderna. Parece, assim, que esse grande espírito científico foi, no fim de tudo, escravo de uma doutrina. Para exprimi-lo em linguagem figurada, levantou um enorme e poderoso edifício dentro dos limites do andaime que encontrou já de pé, e no seu erguimento manteve-se estritamente dentro das leis da arquitetura científica, na medida em que elas não colidiam com os limites que o andaime lhe fixava; entretanto, sempre que o andaime lhe permitia, fugia ou desprezava essas leis. Onde o andaime pôs um limite ao progresso da construção, mudou a planta do edifício, à custa das suas proporções corretas e ficando, assim, dependendo ainda mais do andaime. Era a consciência dessa relação irracional que o levaria a abandonar continuamente a ordem com a finalização do seu trabalho, para corrigir partes especiais e já elaboradas dele? Seja o que for, a minha convicção é que, onde esse dualismo se revele a si próprio, o andaime tem de ser destruído se quisermos que o edifício seja erguido nas proporções corretas e adequadas. É aqui, e não no resto, que se encontra o que é digno de sobreviver na obra de Marx (BERNSTEIN, 1997, p. 152).

Essa perspectiva suscitou um profícuo debate no seio do socialismo internacional. Respostas diretas foram escritas por dirigentes como Luxemburgo (2011) e Lênin (1986). Essas alternativas inspiraram tradições insurrecionais do socialismo, mas é certo que o direcionamento de Bernstein foi base para uma influente linhagem política no *interior* das democracias ocidentais.

Essa teorização, majoritariamente alemã, traduz uma das vias para a ampliação da cidadania política. Referindo-se ao contexto inglês, Marshall (1967) constituiu seu estudo basilar sobre a noção de cidadania. Em análise crítica, Saes (2003) explicita que um erro comum de intérpretes desse trabalho é a verificação da existência de uma “camada” de direitos pela simples existência na “letra da lei”. Toda existência legal de cidadania, para ser sociologicamente efetiva, deve estar amparada em um quadro institucional específico. São três as dimensões de cidadania historicamente e logicamente encadeadas no caso inglês, sendo três as instituições estatais garantidoras: a justiça efetiva e barata para a cidadania civil (igualdade jurídica e liberdade de contratos); a formação da cidadania política de fato por meio da garantia política de votar e ser eleito, construindo livremente sua percepção de mundo; e, por fim, o acesso universal às garantias mínimas de bem-estar via quadro administrativo de Estado, o que garante a cidadania social (SAES, 2003, p. 11).

Ressaltamos que a emergência histórica das camadas da cidadania, nessa ordem, também

mostra um elemento lógico. Na análise de José Murilo de Carvalho:

Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de voto, de participar do governo do seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (CARVALHO, 2015, p. 17).

Podemos, portanto, inserir a social-democracia no contexto de ampliação da cidadania no âmbito político. Tanto o caso inglês quanto o alemão seguem um modelo semelhante, no qual a lógica clássica de ampliação de direitos não foi alterada substancialmente. Uma diferença, outrossim, residiria na passagem da cidadania política para a social: enquanto no caso inglês a questão da superação do capitalismo não teve ampla reverberação, na Alemanha o tema foi objeto de um caloroso debate. Bernstein, em sua defesa da importância das reformas para os socialistas, utiliza o exemplo do movimento trabalhista britânico como um caso bem-sucedido da não revolução:

E se alguém deseja usar contra mim os progressos feitos desde então pela democracia social, na Inglaterra, responderei que, com essa amplitude, o desenvolvimento da democracia social inglesa saiu da fase utópica, de seita revolucionária, como Engels muitas vezes a representou, para se converter no partido da reforma política que hoje conhecemos. Nenhum socialista capaz de pensar sonhará hoje, na Inglaterra, com uma vitória iminente do socialismo, por intermédio de uma revolução violenta. Ninguém sonha com uma rápida conquista do parlamento por um proletariado revolucionário. Mas confiam cada vez mais no trabalho das municipalidades e outros órgãos autogovernantes. A animosidade inicial contra as trade unions foi extinta; uma simpatia mais estreita foi ganha para esse movimento e, aqui e ali, também para o das cooperativas (BERNSTEIN, 1997, p. 148).

Przeworski (1989) considera que esse foi o primeiro de uma série de dilemas que a social-democracia teve de enfrentar para se tornar uma força social ampla e relevante. Se não poderiam, assim como explicitado em sua doutrina, ser participativos na esfera da produção, os trabalhadores poderiam intervir na realidade pela via da cidadania política, na qual a razão 1 voto/1 indivíduo lhes é favorável. Como afirma: “Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político.” (PRZEWORSKI, 1989, p. 24) O benefício político de mobilizar uma massa de indivíduos não organizados e os benefícios materiais (avanço da cidadania social) obtidos levaram à irrelevância facções que escolheram a política autônoma e revolucionária (PRZEWORSKI, 1989, p. 25-26).

Przeworski analisa o desenvolvimento da social-democracia em uma perspectiva histórica baseada em sua concepção de ação de classe. O autor utiliza as metodologias da escolha racional para compreender a constituição da ação classista. A classe deixa de ser um

elemento objetivo apriorístico, como nas conceitualizações clássicas do marxismo (o autor cita Kautsky como exemplo). A classe, para Przeworski, é forjada no seu próprio discurso de mobilização, em que os elementos objetivos (economia, ideologia, política) participam, mas não são determinantes. As classes, sob o capitalismo, são criadas pelas lutas, ante as características atomizadoras do arcabouço jurídico (PRZEWORSKI, 1989, p. 91). Sua caracterização leva em conta a totalidade das lutas em processo contínuo:

Registramos, pois, algumas conclusões às quais retornaremos: 1) as classes são formadas como efeito de lutas; 2) o processo de formação de classes é perpétuo: as classes são continuamente organizadas, desorganizadas e reorganizadas; 3) a formação de classes é um efeito da totalidade das lutas nas quais diversos agentes históricos procuram organizar as mesmas pessoas como membros de uma classe, como membros de coletividades defendidas em outros termos, às vezes simplesmente como membros da sociedade (PRZEWORSKI, 1989, p. 91).

O autor busca inserir, nessa perceptiva de análise política dos conflitos, uma linguagem técnica (a escolha racional) para compreender o “feixe de interações estratégicas” fundador das classes e de suas ações (PRZEWORSKI, 1995, p. 126). É com base nessa metodologia que podemos constatar sua análise da abertura discursiva da social-democracia. Da original classe “operária” ao apelo político amplo e irrestrito, algumas barreiras tiveram de ser superadas por essa corrente partidária: a ideia na qual o operariado estava fadado a tornar-se a maioria absoluta da sociedade, a necessária desradicalização com o subsequente apelo ao “todo do povo” e, finalmente, a construção de um compromisso com os “exploradores” para um governo de coalizão.

Fundamental nesse processo, no qual se constrói um apelo social amplo, é a emergência de uma nova perspectiva econômica. É o *keynesianismo*, com seu receituário de políticas *anticíclicas* surgidas no pós-depressão de 1929, que permitiu a quebra da desconfiança quanto a um suposto particularismo *de classe* dos governos socialistas. A teorização de um crescimento global pela via da *demand agregada* deu um tom universalista às demandas trabalhistas:

o keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas – mais afortunadamente, do ponto de vista dos sociais-democratas – era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores. Anteriormente, todas as demandas por aumento do consumo eram consideradas contrárias aos interesses nacionais: salários mais elevados implicavam menores lucros e, portanto, redução das oportunidades de investimentos e desenvolvimento futuros. A única resposta concebível para a crise consistia em cortar os custos de produção, ou seja, os salários. [...] Porém, na lógica da teoria de Keynes, salários mais altos, especialmente se o fundo de salários fosse aumentado pelo emprego crescente em vez de pela taxa de salários,

ocasionavam um aumento na demanda agregada, o que implicava expectativa de lucro crescente, maior investimento e, com isso, estímulo à economia. [...] A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os sociais-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao povo agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica (PRZEWORSKI, 1989, p. 53-54).

O conjunto de medidas políticas e econômicas pretensamente universalistas possibilitou uma gestão alternativa do capitalismo e não mais um projeto reformista de superação. Przeworski afirma que, pelas tendências de crise da realização dos lucros, a direção última da social-democracia é a não ameaça ao estatuto da propriedade privada (PRZEWORSKI, 1989, p. 64).

Esse quadro político, como paradigma, é compatível com as experiências dos países centrais do capitalismo, especialmente os da Europa Ocidental. Uma análise do contexto brasileiro, no entanto, para atentar à estrutura básica de um governo representativo dos trabalhadores e, posteriormente, do *povo*, deve levar em conta as características autóctones da construção histórica e lógica da cidadania.

3. Integração e exclusão – do debate clássico na teoria social brasileira à crítica da razão dualista: uma lógica endógena para a inclusão política e social

Carvalho (2015) inspira-se na conceitualização de Marshall para traçar uma interpretação da história política do Brasil. O autor faz uma ressalva metodológica sobre a suposta *aplicação* dos conceitos. Afasta-se a ideia de que o quadro clássico é uma imposição eurocêntrica. Na análise de Carvalho: “os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros.” (CARVALHO, 2015, p. 17)

Ele afirma que, tratando-se de desenvolvimento histórico e lógico, a alteração da ordem de desenvolvimento da cidadania modifica também a sua essência. Logo, a cidadania brasileira é diferente da inglesa, sendo esta apenas um referencial para contrastes analíticos. A principal especificidade do caso brasileiro é o caráter de “antecipação” e a “ênfase” atribuídos à camada social da cidadania (CARVALHO, 2015, p. 17-18). O desenvolvimento dessa análise sugere que houve, no limite, uma inversão do modelo clássico. Os direitos sociais foram implementados em um momento de supressão dos direitos políticos sob extensa exclusão dos direitos civis. Esse caminho traria algumas consequências: o caráter outorgado e arbitrário dos direitos sociais, a centralização do Executivo, a fragilidade do Poder Legislativo e a falta de cultura política autônoma (CARVALHO, 2015, p. 219-224).

A mais basilar das camadas da cidadania, no estudo clássico, é a civil. Carvalho reitera que, no percurso brasileiro, ela esteve historicamente impedida por uma série de bloqueios

constitutivos. Esses bloqueios cristalizam-se em um grande contingente de excluídos da sociedade, sendo esse mesmo um elemento fundamental de contenção da própria noção clássica de direitos civis: o Estado é privativo, não se impõe um *status* de equidade jurídica. Disserta: “O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.” (CARVALHO, 2015, p. 50-51)

A abolição da escravidão não emergiu com base no ideário dos *direitos civis inalienáveis* e sim em uma noção de desenvolvimento da nação, colaborando com o “paternalismo estatal” dos direitos (CARVALHO, 2015, p. 56-57). Ao lado da escravidão tem-se o domínio da grande propriedade rural, fonte de uma “justiça privada” que consiste, por definição, em “uma negação da justiça” (CARVALHO, 2015, p. 62). É ressaltado, por fim, que a cidadania, com sua motriz social, só teve impulso com a emergência de uma classe operária urbana. Apenas com base nessa “seleção” e nessa via “estatal” ela pode emergir (CARVALHO, 2015, p. 63, 66).

A teorização acerca dessa divisão entre incluídos e excluídos foi base para uma leitura da especialidade da modernização brasileira. Ricci (2013) distingue três linhas clássicas de estudo do tema. Entre elas existe a visão comum na qual a possibilidade de uma perspectiva política autônoma dos excluídos é nula:

Autores que se tornam emblemáticos do olhar sociológico (da primeira metade do século passado) sobre a nação apoiaram sua agenda de pesquisas a partir da constatação de nossa herança agrarista, marcada pelo patrimonialismo. Dessa vertente afloraram ao menos três linhas de interpretação: a da inviabilidade de constituição de qualquer consciência cidadã, de natureza participacionista (em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre); a da necessária ruptura política com essa ordem social para que pudéssemos construir um projeto de desenvolvimento nacional (em Caio Prado Júnior); e aquela que propunha a constituição de um bloco nacional-industrializante, como fator exógeno à modernização do mundo rural (em Juarez Brandão e Fernando Henrique Cardoso). Em quase todas as análises do período, as comunidades rurais não se apresentavam como portadoras de projeto social próprio e nem mesmo o operariado em formação. Vinculavam-se atavicamente à grande propriedade fundiária ou libertavam-se dessa dominação política através de atores sociais exógenos ao seu imaginário (RICCI, 2013, p. 234-235).

Em todas essas leituras a dualidade social está presente. Braga (2012), enfatizando a última das abordagens supracitadas (sociologia *profissional* paulista), define essa divisão no processo de industrialização dos grandes centros (especialmente São Paulo):

Estilizando a abordagem dualista, teríamos duas classes operárias no Brasil: uma primeira formada por imigrantes europeus atraídos pelo primeiro ciclo de indus-

rialização do país (1920), concentrada em bairros proletários e capaz de conservar as tradições culturais e políticas dos países de origem, e uma segunda formada a partir dos anos 1930 por meio de intensos fluxos migratórios, sem experiência industrial e que foi rapidamente incorporada ao regime de acumulação baseado na mecanização, simplificação e intensificação do trabalho. O operariado nacional seria responsável por tarefas que exigiriam baixa qualificação e os estrangeiros possuiriam funções profissionais. Apresentando um baixo nível cultural e um estilo de vida arcaico, esse jovem precariado rural perderia suas referências tradicionais ao chegar às cidades, sem, contudo, substituí-las por valores fordistas. Ou seja, ele viveria uma transição caracterizada pela anomia social (BRAGA, 2012, p. 64-65).

Braga, nesse trecho, sinaliza, sinteticamente, que a questão da exclusão, para a teoria social da modernização, transcende o contexto rural e torna-se presente no seio do processo de industrialização e urbanização. O autor afirma que essa concepção passou a ser criticada, a partir dos anos 1970, tanto pelo fracasso na superação do subdesenvolvimento pelo projeto “nacional-desenvolvimentista” quanto por alterações no próprio *objeto*, fruto da modernização conservadora no pós-1964. Essas críticas, segundo Braga, asseveram que a *consciência política* de setores *precarizados* não só foi possível como foi efetiva na consolidação de direitos; o oposto do alegado conservadorismo resiliente, como apoio silencioso ao autoritarismo. Afirma-se uma *inquietação* política latente tanto sob a regulação populista quanto em resistências autônomas ao autoritarismo militar (greves de 1968 e organizações de base) (BRAGA, 2012, p. 74-81). Esse impulso crítico, originalmente proveniente de uma revisão “etnográfica” das teses dos trabalhos clássicos, possui, na análise de Braga, um corolário teórico nas obras em que a *crítica da razão dualista* aparece de forma latente.

No aspecto econômico e social, tem-se o trabalho seminal de Oliveira (2013). A tese central aí presente é a da unidade subdesenvolvida dos setores supostamente modernos e atrasados:

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor atrasado e um setor moderno, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado, se se quer manter a terminologia. O subdesenvolvimento pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em trânsito, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33).

O aspecto político tem suas bases fortemente delimitadas pelo trabalho de Weffort (1978). O autor interpreta, tal qual Oliveira, a modernidade e o arcaico, nas suas manifestações políticas, como simbióticos. Essa constatação se refere menos à análise da cidadania política, segundo a qual a força da migração *para a cidade* continua significando um movimento de integração, e mais ao significado dos projetos de desenvolvimento:

As massas de imigrantes rurais que conquistam a grande cidade, e que atingem os novos empregos criados pelo desenvolvimento urbano industrial, dão o primeiro passo para a conquista de sua cidadania social e política. O ingresso do migrante na vida urbana é o primeiro passo para sua conversão em cidadão social e politicamente ativo e para a dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios. Essas novas massas que migram em busca de novas oportunidades de trabalho são, evidentemente, massas que pressionam no sentido de sua própria ascensão social. Tem-se dito que a cidade faz sua revolução individual (WEFFORT, 1978, p. 75).

O dualismo, em Weffort, não é algo a ser superado por uma participação política de padrões mais modernos, mas uma manifestação plena da ecologia política já plenamente desenvolvida do Brasil. Sua crítica concentra-se na estrutura de participação pela qual a atividade política dos novos integrados foi enquadrada. Foi, nessa perspectiva, a crise de legitimidade das elites oligárquicas, aliada à ampliação da base social e institucional do Estado, que propiciou uma grande instabilidade no sistema político. Esse processo, que tem como ponto de inflexão a crise de 1930, conclui-se apenas, nessa leitura, com o apelo às massas urbanas ascendentes. Estabelece um padrão de participação não autônomo no qual, pela fragilidade do grupo dominante como classe, o popular necessariamente se faz incorporado. A legitimação é arrendada aos intermediários, Vargas e outros líderes populistas, construindo um arranjo de harmonização das demandas contraditórias:

Nessas condições de compromisso e de instabilidade têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira nessa etapa, entre as quais convém destacar como componentes que virão a ser fundamentais no populismo a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas. Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro, e está aí uma das raízes de sua força pessoal (WEFFORT, 1978, p. 69).

4. Novas metodologias para o estudo da política e do trabalho: a validade da escolha dos mais pobres

A perspectiva uspiana de análise da relação entre política e trabalho passou a receber críticas contundentes a partir da emergência de novas perspectivas teóricas. Residindo em um momento político-social que observava a reemergência de movimentos populares

autônomos e criativos, particularmente no final da década de 1970 e começo da década de 1980, os estudos sobre os movimentos dos trabalhadores e seu significado político foram nitidamente reavivados. A grande força demonstrada por uma nova forma de sindicalismo, em grande parte ainda inspirada pelo paradigma anterior, não deixou de reverberar no campo das ciências sociais. Esse furor democrático coincidiu com o momento teórico de crise das perspectivas totalizantes e hegemônicas da política e do desenvolvimento social. Gomes (2001), ao comentar esse duplo processo social e teórico, afirma que os paradigmas clássicos, como o de Gramsci, passaram a contar com sólidos competidores, como E. P. Thompson. Na perspectiva da historiadora:

é significativo o abalo sofrido por orientações marxistas de fundo teleológico que postulavam um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, permitindo todo um conjunto de interpretações que se respaldava no desvio ou na inconsciência daqueles atores quando, não preenchendo os requisitos delineados, interferiam nos rumos dos acontecimentos históricos que insistiam em não seguir o curso imaginado (GOMES, 2001, p. 44).

A autora ressalta que a proposta de seu livro fundamental, *A invenção do trabalhismo*, era enfrentar a não explorada questão da relação entre os movimentos sindicais e reivindicatórios pretéritos à Revolução de 1930 e as consolidações legais posteriores. A novidade basilar desse trabalho é a não consolidação apriorística de um caminho e de uma consciência de classe inequívoca, mas passível de desvios e manipulações. Temos aqui “a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe, durante todos os tempos, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p. 46). As noções de cooptação, nessa análise, excluem o espaço de negociação, esvaziando a esfera da política propriamente dita. Por isso a autora rejeita a denominação de populismo para a categorização do fenômeno. Opta, doravante, pelo termo provindo da tradição político-partidária: trabalhismo.

Miguel (2017), em consonância com a perspectiva supracitada, estabelece a concepção na qual o voto popular, como historicamente desenvolvido no Brasil, possui uma característica diversa das noções estabelecidas de representação política. Seriam três as possibilidades academicamente estabelecidas de representação construídas, majoritariamente, para os plenamente integrados na cidadania política: a representação formalista, com seus processos de autorização e accountability, a da identidade entre representantes e representados e a representação porta-voz, pela via de advocacy. A primeira dessas perspectivas é dada como basilar para as democracias liberais, enquanto as outras duas surgem como alternativas possíveis. O autor discorre sobre uma quarta percepção de representação, popular, diferente das outras três. Temos aqui uma forma caracterizada por questões duplas de intercessão e proteção. Ao receber essa forma como válida, e

não uma deturpação do modelo liberal clássico, Miguel pode pensar a política em suas características populares, sem objetivar um modelo “mais racional”:

Aqui, busco explorar o que chamo de uma concepção popular da representação política, alternativa às três concepções acadêmicas citadas — mas que, como pretendo demonstrar, estabelece diálogo com elas, em especial com a primeira (formalista) e a terceira (advocacy). Nela, o representante aparece como um intercessor e a relação significativa é de proteção. Aquele que exerce a função de representação é alguém que tem acesso a bens controlados pelo Estado (ou por particulares interessados em agradar aos detentores do poder de Estado), tais como empregos, terrenos, materiais de construção, equipamentos médicos ou a isenção de determinadas obrigações, e pode distribuí-los a quem mostra lealdade ou necessidade permanente (MIGUEL, 2017, p. 67-68).

O autor complementa essa percepção afirmando que a posição clássica de ação classista, de grandes movimentos coletivos abertos, é, historicamente, a forma de menor frequência. Sempre subsiste o recurso da ação individual encoberta, infiltrando-se pelas brechas do sistema, já que a grande ação aberta necessita de requisitos difíceis e perigosos para a própria subsistência (MIGUEL, 2017, p. 70). O autor ressalta que a supracitada noção de representatividade é lida, na teoria, por um viés negativo, de baixa consciência do papel da cidadania política. A validade dessa perspectiva reside, na sua concepção, na forma em que o extremamente abstrato e distante espaço de poder faz-se tangível aos que não podem fazer-se representar pelas vias hegemônicas. Segundo Miguel:

Os remetentes das cartas não esperam uma prestação de contas do exercício do mandato ou a defesa de princípios e interesses gerais, mas a satisfação de necessidades localizadas e concretas. No pensamento político, tais formas de relação costumam ser marcadas com um sinal de negatividade. Elas revelariam a baixa consciência política ou a incapacidade de ação democrática desses extratos populares, inaptos também, aliás, para observar a distinção entre o público e o privado. Mas, nesse tipo de avaliação, muitas vezes se exige dos pobres um sentimento cívico que não se espera encontrar entre as classes proprietárias, que quando apresentam, de outra forma e com maior capacidade de pressão, suas demandas particulares ao Estado (demandas bem mais significativas, aliás), estariam apenas agindo de forma racional. Para quem vive à margem de uma rede formal de seguridade, sem acesso aos canais institucionalizados de pressão política e sem participar de alguma organização coletiva capaz de defender seus interesses, a figura de um benfeitor é tranquilizadora (MIGUEL, 2017, p. 90).

5. O voto popular nos governos do PT: um debate político e sociológico

5.1. O precariado e a aposta na radicalidade da pulsão operária: Ruy Braga como ponto zero

Mesmo situando-se, cronologicamente, como uma resposta teórica, a perspectiva de Braga (2012) será considerada, na atual análise, como um *ponto zero* no debate acerca do voto popular no período que ora analisamos: os governos do Partido dos Trabalhadores. Isso se dá pela sua posição de defesa da perspectiva *adualista*, em dois pontos fundamentais: a completa integração do setor mais subalternizado, na sua leitura, o *precariado*, ao capitalismo dependente moderno brasileiro; e a possibilidade de perspectiva política própria desse setor inferida de sua posição nas relações de produção. Na perspectiva do autor:

em termos sócio-ocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada [...] em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletiva (BRAGA, 2012, p. 26).

O autor busca a comprovação dessa tese pela arqueologia das análises sobre o comportamento político dos trabalhadores. O privilégio, pelas suas análises da sociologia do trabalho, é das classes com alto teor de capacidade de organização. Isso é constatado pela verdadeira arqueologia do tema nas obras sociológicas. A figura do típico trabalhador precário é o jovem migrante, oriundo das regiões tradicionais, em encontro com a classe trabalhadora já organizada politicamente. Os trabalhos clássicos versam sobre o significado teórico desse encontro. Braga desenvolve, no decorrer do estudo, a perspectiva na qual, na referida camada social, apresenta-se uma latente “pulsão organizativa”, contestatória e, no limite, revolucionária.

Evidenciamos essa tese, da suposta “pulsão organizativa dos trabalhadores”, pelo trabalho que Braga realiza para sua reconstrução histórica. Nessa análise a base última é sua releitura, com aspecto defensivo, da crítica weffortiana à construção da cidadania operária fordista periférica. O seu enfoque não é a suposta cooptação de classe, mas o peso contestatório, a não passividade, que o processo de inclusão pressupõe em vista da percepção subalterna da não completude de sua recém-adquirida cidadania:

Além disso, longe de se sentir satisfeito com as condições materiais de existência decorrentes da industrialização acelerada do pós-guerra, o precariado brasileiro viveu uma experiência contraditória: por um lado, os trabalhadores percebiam o relativo progresso material resultante da transição do campo para a cidade; por outro, experimentavam a angústia decorrente da reprodução de sua subalternida-

de classista[...]. Na realidade esse consentimento carregava os germes da reviravolta: em vez de ganhos de produtividade repassados aos salários, como durante décadas ocorrera na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, aqui o fordismo organizou-se sobre a moderação (regulação populista) e a compressão (regulação ditatorial) dos salários. Como observou Weffort: a vitória individual traz em germe a frustração social. Ao fim e ao cabo, as modestas conquistas políticas e econômicas alimentaram um estado permanente de inquietação que esgarçou os limites do compromisso populista (BRAGA, 2012, p. 122-123).

A alegada pulsão apresentou diversos momentos de emanção na história do movimento dos trabalhadores. Assim foi na organização pela base nos momentos de arrocho durante o autoritarismo do governo militar, com a criação dos “comitês de fábrica” (BRAGA, 2012, p. 156). Um momento exemplar desse período, para o autor, é o ciclo grevista de 1968 nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP) (BRAGA, 2012, p. 132). Central para a origem do fenômeno do lulismo, a seu ver, é a eclosão do “novo sindicalismo”, no ABC paulista do final da década de 1970. Busca-se apreender a relação da pulsão operária com sua alegada contenção, a burocracia sindical (BRAGA, 2012, p. 142).

É recuperado o processo de degradação da situação do precariado operário. Essa leitura se faz evidente na seguinte passagem:

Facilmente substituído e recebendo salários menores, o precariado metalúrgico experimentava sérias limitações na resistência à imposição das longas jornadas e ao aumento dos ritmos do trabalho. [...] Os efeitos do aumento do esforço físico eram visíveis não apenas no permanente estado de esgotamento do operário, mas, sobretudo, no aumento da produção. Entre 1970 e 1978, por exemplo, a produção na empresa revisitada por Humphrey [John Humphrey, sociólogo britânico, estudou a situação do trabalho na indústria automobilística paulista do final dos anos 1970] havia dobrado, sem qualquer modernização saliente da base técnica. Não é de espantar que, a certa altura, a gerência tivesse simplesmente abandonado a cronometragem das tarefas, passando a exigir das diferentes seções metas arbitrárias [...]. E o ciclo se completa: quando o precariado metalúrgico não conseguia mais acompanhar o ritmo e dar a produção, seja por conta de fadiga, acidente ou adoecimento, era facilmente substituído por uma nova onda de jovens trabalhadores atraídos pelos altos salários praticados no setor. Além disso, produto da política de rotatividade do trabalho, as maciças flutuações do emprego no setor atingiam predominantemente o jovem precariado metalúrgico (BRAGA, 2012, p. 150-151).

Nesse contexto, em que sobressai a regulação militar autoritária, forja-se o ambiente para o amplo ciclo grevista. A análise de Braga credita a fundação do Partido dos Trabalhadores à percepção de necessidade de ruptura em relação à tutela estatal nas negociações. Logra-se êxito com a base de força política ancorada no sucesso das greves (BRAGA, 2012,

p. 169).

Ao final de seu ensaio, Braga empreende a análise do momento político pós-2003 utilizando como base teórica a supracitada *sociologia da inquietação operária*. O autor não deixa de atualizar o contexto, levando em conta o regime de acumulação e a estrutura regulatória agora vigente. A ampla transformação no capitalismo, apenas incipiente no final da década de 1970, ganhou contornos claros nos anos seguintes. Braga considera que a análise desse novo momento deve levar em conta o processo de acumulação pós-fordista ancorado numa regulação estatal e social neoliberal:

Combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do reporting (prestação de contas aos acionistas), track recording (histórico de desempenho) e do downsizing (enxugamento). E, ao longo da chamada era FHC, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. [...] Associada ao aumento do desemprego, a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro. [...] A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando-se em uma autêntica plataforma de valorização financeira internacional (BRAGA, 2012, p. 184).

A base da reformulação produtiva direcionada para o setor informacional permitiu uma reavaliação do setor privilegiado para a análise das relações de trabalho. Braga passa a ressaltar, em contraste com o *precariado* migrante dos setores metalúrgicos de ponta, a indústria do *call center* como lócus da nova *pulsão operária* (BRAGA, 2012, p. 189). O autor identifica formas de participação que contrariam não só a estrutura sindical burocrática vigente, mas, no limite, a inclusão social proporcionada pelos governos petistas. Na perspectiva do autor:

Com isso, não queremos transmitir a impressão simplista de que os teleoperadores formem um grupo mobilizado sindicalmente. O mais correto seria dizer que estamos diante de trabalhadores que, a despeito das dificuldades interpostas à mobilização coletiva pela indústria de call center, começam a formar um embrião de consciência coletiva, forte o suficiente para garantir alguns passos importantes no caminho da auto-organização sindical. Acrescentaríamos que as mesmas características relativas à composição e à rotatividade da força de trabalho — baixa remuneração, discriminação de gênero e orientação sexual, forma subalterna de inserção ocupacional nas empresas, qualidade de processo de trabalho e falta de organização política — não representam obstáculos absolutos para a ação coletiva. Em alguns casos essas condições podem, ao contrário, favorecer a deflagração da mobiliza-

ção sindical (BRAGA, 2012, p. 212).

Não obstante o caráter originalmente progressista do partido então no governo, e observando sua origem contrária à estrutura sindical vigente, Braga observa que a resposta a essa latência se dá num complexo e dialético processo de assimilação das camadas superiores dos sindicalistas, com repressão às “legítimas” demandas dos precarizados, que logram apenas sobras em seu benefício. No limite, é esse o caráter da expansão lulista na perspectiva que o autor evidencia na seguinte passagem:

Por intermédio desse tipo de transformismo, o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos de baixo com a bem orquestrada reação à subversividade esporádica dos subalternos. Como vimos, da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o locus da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal (BRAGA, 2012, p. 213).

A ênfase dada, nos períodos analisados por Ruy Braga, aos setores que, não obstante suas origens migrantes ou periféricas, integram-se a um serviço que conta com regulação e possibilidades, mesmo que reprimidas, de organização e mobilização, evidencia uma certa seletividade teórica na análise do autor. Souza (2016) caracteriza essa seletividade como uma clara tentativa de “importação” de uma conceitualização não plenamente adaptável ao contexto brasileiro. Para o autor, temos a resiliência de uma “cegueira” teórica que encobre a mais profunda violência da desigualdade presente no país:

Pior é a denominação de precariado, palavra com a qual se busca, por derivação do caso europeu, uma aproximação destinada ao fracasso. Precário, para os europeus, é aquele que se desprende das garantias e da segurança do pacto social-democrata europeu hoje na defensiva. Isso não tem nada a ver com o caso brasileiro, que jamais teve um pacto social-democrata (SOUZA, 2016, p. 76).

A interpretação do voto popular em Braga aponta, inequivocamente, para as chaves já tradicionalmente estabelecidas de crítica à cooptação e escamoteamento da pulsão social disruptiva e radical, tendo como saldo o direcionamento do receituário da organização autônoma já latente.

5.2. O retorno à dualidade na análise da *subcidadania* em Jessé Souza: a categorização simbólica dos excluídos

A interpretação de Jessé Souza acerca da leitura de seu colega uspiano é chave para a compreensão analítica da alternativa do próprio autor. Souza insiste na especificidade classista interna aos países da periferia global. Essa especificidade é dada pela construção de uma ampla camada de subcidadania. São integrações precárias não apenas aos direitos clássicos civis, políticos e sociais, mas aos próprios requisitos pré-reflexivos e simbólicos para seu gozo. A construção sócio-histórica dessa camada passa pelo não reconhecimento de status igualitário, negação forjada na escravidão, na grande propriedade rural e na subsequente não abertura para meios de incorporação econômica e simbólica dos excluídos. O autor logra essa conclusão pela revisão dos textos clássicos acerca da sociologia da sociedade brasileira. Dividindo-os em duas perspectivas principais, o culturalismo e o economicismo, Souza analisa os desenvolvimentos e contradições presentes em seus principais representantes. O culturalismo tem sua origem, na presente análise, no mais complexo intérprete da realidade brasileira: Gilberto Freyre. Segundo Souza (2015), o mérito de Freyre está na inversão do postulado “racista científico”, vigente antes dessa intervenção. Os atributos “pré-modernos” da realidade brasileira passam a ser vistos como méritos e mediações ante a modernidade cêntrica, numa clara positivação da virtude da suposta abertura étnica e cultural do país (SOUZA, 2015, p. 30). Essa tese, central para a “dimensão cultural” do desenvolvimentismo em germe, recebe, para Souza, uma “reversão”, nas mesmas bases, em direção à crítica liberal da especificidade social e política brasileira. Esse processo é empreendido por duas figuras centrais: Sérgio Buarque, em uma análise sociológica, e Raymundo Faoro, em perspectiva histórica. Souza observa que o conjunto dessas perspectivas molda a “ideia-força” dominante na vida política brasileira contemporânea, pois constrói, a seu modo, uma interpretação específica para o Brasil da relação entre Estado, mercado e sociedade: a interpretação seria, por sua vez, culturalista, na qual a inversão do diagnóstico de Freyre receita uma crítica ao personalismo pré-moderno reinante nas relações sociais brasileiras e a seu corolário institucional, o patrimonialismo. Na percepção de Jessé Souza:

Na realidade, Buarque assume todos os pressupostos metateóricos e teóricos da tese de uma sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade como formulada por Freyre. O que Buarque acrescenta de (aparentemente) novo é a transformação da ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psicossocial que guia as relações interpessoais de favor/proteção – típica da interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial. O patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do personalismo, de resto compartilhando com efeito todos os seus duvidosos pressupostos inseridos para fins paradigmáticos na construção do “mito”

freyriano (SOUZA, 2015, p. 32).

O autor considera que o presente constructo se consolidou como perene na história da ciência social sobre o Brasil. Para além das diversas roupagens e abordagens, o *culturalismo* inspiraria a própria leitura *dualista* hegemônica, que afirma a especificidade do atraso do país como sociedade. Temos, em importância, as teorias da modernização:

A história que acabamos de resumir é, talvez, a maior história de sucesso das ciências sociais modernas. A teoria da modernização, o filho mais dileto da tradição weberiana apologética, não só não morreu na década de 1960 como continua hoje, certamente com outras máscaras e roupagens, a dominar a discussão mundial (SOUZA, 2015, p. 35).

Jessé Souza afirma, em registro mais complexo, que a teoria dualista tradicional culturalista enfrenta uma importante tensão no desenvolvimento teórico da segunda metade do século XX, que, no entanto, não logra plena autonomia. A linha teórica de interpretação crítica do capitalismo brasileiro lograria a incorporação de elementos estruturantes de sua especificidade chegando às fronteiras de sua singularidade simbólica, mas ainda, em última instância, sendo limitada por uma centralidade excessiva no aspecto econômico. O autor se refere a uma importante linha de pensamento:

Essa tradição entre nós começa talvez com Caio Prado Júnior e sua ênfase em localizar, no seu clássico publicado em 1942, Formação do Brasil contemporâneo, a colonização brasileira no horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu. Nos anos 1950 e 1960 a influência da obra de Raúl Prebisch e da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), muito especialmente na obra de Celso Furtado, teve extraordinária ascendência sobre a vida intelectual e política do Brasil. [...] Na impossibilidade prática de discutir todos os autores importantes dessa tradição, decidi tomar Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, [...] como os grandes autores de uma tradição influenciada pelo marxismo e que avança efetivamente na compreensão da sociedade brasileira e de suas contradições reais (SOUZA, 2015, p. 110).

Notadamente em Oliveira, malgrado o sucesso que Souza lhe confere em criticar a ingenuidade da consideração de um bloco coeso e empiricamente discernível da oposição modernidade-atraso, haveria um retorno do culturalismo na não percepção do espaço simbolicamente diferencial no qual se estabelece todo discurso econômico. Haveria uma base “silenciosa”, de diversos elementos, que atuaria na mediação entre a posição de um agente nas relações produtivas e a sua atuação sociopolítica. Afirma: “Esse é o verdadeiro limite de toda forma de economicismo, que é tão cego que nem sequer percebe que a própria ação econômica já pressupõe um universo simbólico composto por pressupostos jurídicos, emocionais, pulsionais, morais e políticos.” (SOUZA, 2015, p. 115) Souza aponta a inexistência da pureza dos elementos econômicos e, por conseguinte, de posições de

classe. Haveria necessariamente uma construção simbólica concomitante, resguardando uma referência, em última instância, à materialidade. Para a sólida análise política, outrossim, a referência única à materialidade é insuficiente (SOUZA, 2015, p. 115).

De forma análoga, mas reconhecendo méritos na interpretação do preconceito de raça e classe sofrido pelos excluídos, Souza percebe a acolhida da hierarquização não apenas meritocrática no surgimento do mercado de trabalho moderno no Brasil em Florestan Fernandes, como, igualmente, um ocultamento do simbólico. Não haveria uma análise da hierarquia inerente ao próprio espaço “social competitivo” tido como condizente à modernidade capitalista. Logo, nesse âmbito, os preconceitos de origem emergiriam como “resíduos” de uma sociedade “estamental”. Como disserta Souza (SOUZA, 2015, p. 137): “A ordem competitiva também tem *sua hierarquia*, ainda que implícita e opaca aos atores, e é com base nela, e não em qualquer *resíduo* de épocas passadas, que tanto negros quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente.”

O projeto encampado por Souza, a partir desse ponto, é a reconstrução do ambiente valorativo constitutivo das sociedades modernas para, por essa via, compreender a especificidade brasileira para além do *culturalismo*, anteriormente declarado racista, e do *economicismo*, acima exposto como parcial. Pretende uma inquirição acerca das “fontes morais” de comando do que se percebe como aprazível em termos de valor e da estruturação de sua hierarquia de maneira pré-consciente aos agentes sociais. Souza afirma a centralidade da teoria de intelectuais como Merleau-Ponty e Wittgenstein na “virada hermenêutica”, base filosófica de intérpretes como Charles Taylor, Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Jürgen Habermas, fundadores de sua empreitada (SOUZA, 2015, p. 175). Nessa plataforma a perspectiva é de reconstrução do que chama de “hierarquia valorativa”, o que empreende em três passos:

proceder à reconstrução histórica e institucional dessas fontes morais, que comanda os indivíduos sob sua égide [...] mostrar sua realidade concreta e empírica insofismável tanto através da empiria indireta — que permite deixar claros os pressupostos que atingem a todos nós sem distinção [...] demonstrar teórica e empiricamente a problemática específica do tema da existência de uma fronteira objetiva de dignidade humana (SOUZA, 2015, p. 177).

Para Souza, são dois os critérios básicos mais importantes de hierarquização em um contexto social dado na modernidade. Foram criados, produzidos e reproduzidos paulatinamente pela afirmação da primazia do *espiritual* sobre o *corporal* em todo o âmbito do pensamento ocidental, sendo, assim, cristalizados institucionalmente. A ênfase em uma ou outra *linha de distinção* é o que, na teoria composta por Souza, distingue na contemporaneidade

uma sociedade dita avançada de outra que padece de entraves, principalmente de desigualdade. As duas marcas são, a saber, a da *autenticidade* e a da *dignidade*. A primeira é amplamente discutida nas análises de economia simbólica de Pierre Bourdieu sobre o contexto francês. Nela reside o enfoque na “personalidade sensível”, algo legitimador de privilégios de classe, pela interpretação social e “institucional” do “bom gosto” como algo puramente de mérito individual e não de estrato (SOUZA, 2015, p. 201).

Já no contexto brasileiro, a dignidade social é auferida, primordialmente, pela distinção. Nesse ponto percebemos, com nitidez, a reconsideração da leitura dualista em Jessé Souza. O enfoque seria na personalidade útil, já que há uma camada grande de pessoas que são definidas, justamente, pela sua “falta”, ou seja, pela emanção de um sentimento difuso, em classes integradas, de uma interdição à plena humanidade. O autor afirma:

Em um país como o Brasil, onde também há uma luta pela “distinção social” nos termos que Bourdieu analisou na França, existe também, certamente de modo muito mais virulento do que em países como a França ou a Alemanha, uma “luta pela dignidade”, no sentido procedural que explicitamos anteriormente. Afinal, antes da luta social pela “personalidade sensível”, sob a égide da busca pela “autenticidade”, existe a luta pela “personalidade útil”, sob o manto da busca pela dignidade. Essa luta não é consciente, assim como a luta pela distinção também não o é, mas produz seus efeitos terríveis todos os dias em sociedades como a brasileira. Em nossos trabalhos coletivos procuramos perceber a importância do tema da “dignidade” a partir das classes sociais que se definem por sua “falta” (SOUZA, 2015, p. 201-202).

Sob o signo dessa concepção teórica é que podemos interpretar a renovada dualidade na análise da dinâmica sociopolítica brasileira. Souza distingue quatro grandes classes sociais no Brasil contemporâneo, a saber, a elite dos proprietários, a classe média, a classe trabalhadora semiqualficada e a dita “ralé de novos escravos”, todas elas divididas por frações (SOUZA, 2016, p. 59-60). Nas duas camadas mais populares há uma divisão, bastante evasiva, é verdade, entre o logro dos requisitos da dignidade e a sua falha. Essa é a marca de separação entre o Souza chama, provocativamente, de “ralé brasileira” e de “batalhadores”. Ainda são “batalhadores” aqueles que observam de perto a linha da dignidade, sendo sua superação um dilema constante. O autor constata:

Nas classes populares a distinção entre trabalhador e excluído, distinção essa bastante fluida, como vimos nos últimos anos de inclusão social, torna-se uma distinção de grau, e não de qualidade. As famílias pobres brasileiras não são apenas pobres. Sua miséria não é apenas econômica. Elas reproduzem um cotidiano de carência cognitiva que tende – por conta do abandono secular de uma sociedade escravocrata socialmente irresponsável – a se alongar em miséria moral e afetiva. Mesmo nas famílias que ainda conseguem manter o modelo familiar com pai e mãe amorosos e cuidando dos filhos do melhor modo possível nas circunstâncias

adversas, o que os pais conseguem transmitir é, muitas vezes, sua própria inadaptação social. Não se pode, afinal, ensinar aquilo que não se aprendeu.[...] A linha divisória entre as classes populares reflete a possibilidade de apropriação diferencial do que chamamos de “capital cultural”. Ainda que o capital cultural em jogo aqui não seja aquele altamente valorizado da classe média, qualquer trabalho nas condições do capitalismo competitivo exige incorporação de conhecimento. [...] A linha fluida entre classe trabalhadora e classe excluída é construída a partir da maior ou menor possibilidade de incorporação dos pressupostos afetivos e emocionais que permitem evitar, em alguma medida, o total fracasso escolar. O que separa o trabalhador do excluído é que ele consegue incorporar um mínimo de conhecimento útil que pode ser usado no mercado competitivo (SOUZA, 2016, p. 63-64).

Podemos, com Jessé Souza, perceber os elementos de distinção de um setor social, amplamente relevante na sociedade brasileira, que se constrói fora do quadro clássico de proprietários e detentores da força de trabalho. A própria disposição da força de trabalho é, para esse setor de *subcidadania* ou de cidadania *precária*, ainda algo em questão, em disputa, e nunca simplesmente dado. Ademais é reabilitada uma forma de *dualismo* que torna complexa a simples rejeição da separação entre um setor atrasado e um moderno na sociedade brasileira. Mesmo aceitando a plena incorporação do país ao mundo competitivo capitalista, o autor reforça a necessária distinção entre os indivíduos formados simbolicamente para essa ordem e os que têm acesso apenas residual a ela.

5.3. Exclusão, *subproletariado* e dinâmica partidário-eleitoral: o voto dos mais pobres no PT, segundo André Singer

André Singer intervém no debate acerca da configuração de classe do Brasil contemporâneo por um viés pouco explorado pelas perspectivas apenas sociológicas: a dinâmica institucional partidária. Sua percepção, posicionada academicamente na ciência política (ciência social de implementação mais recente no meio universitário brasileiro), permitiu uma análise das bases sociais dos partidos políticos para além do reducionismo à “gramática populista” que marcou a primeira vertente da sociologia dita “profissional” do país. Recuperando a afirmação da consistência social das agremiações partidárias para além de suas emanações em siglas, como afirmado pelos primeiros cientistas políticos pesquisadores das dinâmicas institucionais no país, Singer afirma um relevante grau de inteligibilidade para a história político-partidária do país. Em sua leitura:

Revelar o aspecto consistente de partidos e eleitores foi, aliás, um dos lemas constitutivos da ciência política no Brasil. Quando começou a se institucionalizar, no contexto autoritário dos anos 1970, apostou-se que, com o país redemocratizado, partidos e eleições funcionariam a contento. Expressa bem o espírito daquela

época a seguinte manifestação de Maria do Carmo Campello de Souza, uma das pioneiras da área de instituições políticas brasileiras na USP, em sua tese de doutorado, de 1976: “Não pretendemos [...] engrossar a fileira daqueles que [...] veem o processo político-partidário brasileiro sob um prisma da fatalidade, destacando a sua inviabilidade congênita e definitiva.” Houve esforço acadêmico para mostrar a coerência, ao menos relativa, das legendas e a racionalidade do comportamento eleitoral observado entre 1945 e 1964. Os autores da nascente disciplina procuraram evidenciar que, apesar de tendências entrópicas, foi se constituindo um sistema partidário e uma dinâmica eleitoral com nítido perfil de representatividade. Prognosticaram, por isso, que a pretensão dos militares de reprimir forças reais, procurando disciplinar o processo, estava fadada ao fracasso, em razão do desconhecimento dos movimentos vivos da sociedade. Se retomarmos a inspiração original e compararmos os três maiores partidos do período pós-1945 com os três maiores partidos da experiência posterior a 1989, verificamos, por baixo das agitações da superfície, a mesma consistência (SINGER, 2018, p. 133-134).

Singer afirma que o contexto de construção do espaço político competitivo posterior à abertura de 1945 compreendeu o estabelecimento de três partidos principais. Há, nesse período, uma concomitância desse ambiente competitivo com a ampliação da base eleitoral democrática, sendo que este último processo, mesmo com a regulação autoritária posterior a 1964, não foi interrompido. A primeira geração de partidos com base social tendencialmente estável foi constituída por UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático). A UDN possuía como característica a “opção liberal”, a “oposição à reforma agrária” e a “oposição ao Estado Novo e ao varguismo” (SINGER, 2018, p. 137). Seu suporte social seria duplo: a classe média urbana e parte da oligarquia rural (SINGER, 2018, p. 137). PTB e PSD possuem, por sua vez, uma origem compartilhada na herança varguista, em nítida representação do caráter de agregação de interesses característico do regime que se dissolvia. O PTB emergia da estrutura sindicalista, com a correspondente legislação trabalhista, que trouxera para Vargas o apoio das camadas trabalhadoras urbanas. O partido era caracterizado por “ações e programas em defesa da legislação social e trabalhista, da nacionalização de companhias estrangeiras e da reforma agrária, o que o posicionava objetivamente no campo da esquerda, sem chegar a ser socialista” (SINGER, 2018, p. 138). A oposição às posições da UDN era clara. O PSD ocupava uma posição estratégica entre esses dois partidos. Com origem na articulação dos interventores estaduais do regime anterior, esse partido lograria consolidação como representante do “enorme interior rural do país, cujas relações de dominação, ao contrário do que acontecia no ambiente urbano, ainda se configuravam como pré-modernas” (SINGER, 2018, p. 140). Para a interpretação da política partidária brasileira, é central compreender sua posição estrutural como partido de centro, de base eminentemente governista, municipalista, pois haveria a ampla dependência de verbas

federais por parte desse interior, não importando qual o partido do governo em questão (SINGER, 2018, p. 140)

O período autoritário posterior ao movimento de 1964 impediria a continuidade da consolidação da referida configuração no imaginário político brasileiro. O regime insistiria, como alternativa, no bipartidarismo: temos, a partir desse momento, as figuras da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na análise de Singer, entre 1966 e 1972 a Arena conquista sucessivas vitórias como fruto do potencial de articulação entre as estruturas partidárias e bases sociais da UDN e do PSD. Singer, no entanto, identifica um profundo realinhamento no pleito de 1974. Há, nessa eleição, o surgimento de uma forte identificação popular urbana com o MDB. A periferia das grandes cidades, inflada pelo “milagre econômico”, passa a votar em massa no partido da oposição, reeditando a oposição entre UDN e PTB. Entretanto, a Arena contava com a sobrevida conservadora, para além do tradicional apoio das classes abastadas urbanas, no interior do país, como Singer sintetiza: “O realinhamento de 1974 trouxe o voto popular urbano para o MDB, mas as regiões menos desenvolvidas continuaram alinhadas com o polo conservador. O esquema clientelista e atrasado se reproduzia dentro da modernização.” (SINGER, 2018, p. 146)

A atual configuração partidária possuiria origem na dissolução da sigla de ascendente apelo popular, realizada de forma eminentemente casuística pelo governo militar. Singer afirma que: “O propósito da reforma partidária de 1979, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo, foi desorganizar a sigla que recebia os votos do chamado povão, como já ocorrera com o PTB, agora por meio da divisão do MDB” (SINGER, 2018, p. 146). Na perspectiva de Singer, essa manobra evitaria a estabilização do realinhamento iniciado no princípio da década de 1970; outrossim, no mesmo período, as principais figuras partidárias emergiram, na configuração ainda hoje presente. O processo de divisão do MDB levaria a antiga sigla de oposição para o centro, papel do antigo PSD. Durante os anos 1980, a sigla diretamente herdeira do MDB, o PMDB, sofre um processo de interiorização, vencendo governos estaduais com amplo apelo para a política tradicional afastada das capitais, afetando o setor interno afeito aos processos de modernização (SINGER, 2018, p. 148). Do interior do PMDB surge o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com apelos de “modernidade representativa” e “enfrentamento dos desafios da globalização” (SINGER, 2018, p. 148). A análise de Singer aproxima a base social do PSDB da condizente à antiga UDN, a classe média urbana, com aposta no crescimento da “ideologia da classe média” e futuras expansões econômicas (SINGER, 2018, p. 149). Já a alternativa de partido das classes populares urbanas apenas, é o Partido dos Trabalhadores (PT), que almejava uma representação de classe no modelo clássico de autonomia política e social. Buscava,

además, sanear as ambigüidades das experiências anteriores da esquerda brasileira (SINGER, 2018, p. 148).

A dinâmica eleitoral posterior ao primeiro pleito direto para a Presidência da República é elucidativa da abordagem de Singer acerca da dualidade entre inclusão e exclusão. O PT, candidato à posição de partido popular, dialogava fortemente com a classe trabalhadora organizada, mas sofria resistência dos não integrados às condições mínimas, notadamente os trabalhadores afastados do mercado de trabalho formal (SINGER, 2018, p. 151). Referindo-se às análises socioeconômicas de Paul Singer, André Singer define o que chama de subproletariado:

Subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” [...]. Dado o seu tamanho, o subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e o coração do subproletariado está no Nordeste (SINGER, 2012, p. 77-78).

As eleições de 1989, 1994 e 1998 seriam pleitos marcados pelo “desalinhamento” e pela prevalência do “conservadorismo popular”. O PMDB não conseguiu traduzir sua força representativa local e parlamentar em votos para o Executivo Federal. O PT, ao mesmo tempo, sofria resistência dos mais pobres (SINGER, 2018, p. 149-150). No primeiro exemplo da série, Fernando Collor, representante de um partido minoritário, é eleito com votos “populares” antea força dos trabalhadores integrados e de setores progressistas da classe média de Lula, do PT. Se a base social dessas eleições é estável, a mudança ocorre no discurso aglutinador, dos discursos ideológicos de Collor até a estabilidade monetária de Fernando Henrique Cardoso, como Singer constata:

As pesquisas mostram, igualmente, que a tendência [do eleitor] à direita cai com o aumento da [sua] renda, dando-se o contrário com a esquerda. Por isso, as derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas, ao menos em parte, como reedições de 1989. Apesar de a estabilidade monetária ter se sobreposto, em 1994 e 1998, aos argumentos abertamente ideológicos utilizados por Collor (ameaça comunista) em 1989, o resultado foi que as duas campanhas de Fernando Henrique Cardoso mobilizaram os eleitores de menor renda contra a esquerda. [...] Na esteira do Plano Real, o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre os estudantes, entre os assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre os funcionários públicos. Já os trabalhadores sem registro formal, portanto desvinculados da organização sindical, deram os melhores resultados a Fernando Henrique (SINGER, 2012, p. 61).

Singer afirma que a eleição de 2002 indicou a expansão da base eleitoral do PT para todos

os espectros sociais. Os motivos foram o direcionamento partidário para o centro político, pela neutralização de aspectos radicais, e o desgaste das políticas neoliberais dos governos anteriores. O efeito do conservadorismo popular é suavizado sem desaparecer, já que o núcleo eleitoral de José Serra ainda estava na camada inferior de renda da população (SINGER, 2018, p. 152). O primeiro governo Lula marcou, por sua vez, o estabelecimento do fenômeno que Singer consagrou como *lulismo*, assim resumido: “à medida que Lula comandou a adoção de políticas públicas e estabeleceu ganhos na assistência social, no salário mínimo, na concessão de crédito e na geração de emprego, sem provocar desordem, produziu-se em 2006 o realinhamento, por meio do qual as camadas populares passaram a votar em massa no lulismo” (SINGER, 2018, p. 152).

Há, portanto, no período posterior ao pleito de 2006, uma estabilização da estratificação do eleitorado brasileiro, que se mostrou inalterável por dez anos. Os três partidos principais seguiam um modelo já esboçado no período anterior ao interregno autoritário. O partido popular, o PT, somou a entrada na camada subproletária com a força dos setores organizados urbanos, perdendo, no entanto, parte de seu anterior apelo social urbano “modernizante” no decorrer de seus governos. O PSDB se colocaria como o “partido de classe média”, e o PMDB, com sua força majoritariamente interiorizada, gravitando pragmaticamente no governismo (SINGER, 2018, p. 153-154). Observamos, com o autor, a manutenção desse padrão eleitoral em 2010 e 2014, e podemos analisar a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 não como uma mudança completa de paradigma, mas como fruto do maior afastamento das camadas médias, acrescido da defecção das periferias urbanas do lulismo. A camada inferior de renda (assim como a região Nordeste, no aspecto geográfico) permaneceu dando a maior parte de seus votos para o candidato do PT – em 2018, Fernando Haddad.

6. Considerações finais: uma proposta política para os excluídos

Singer interpreta o mencionado movimento em direção à camada dita *subproletária* como uma aposta no “reformismo fraco”. Afasta a alegação de resiliência “pura” do neoliberalismo pelos amplos índices de redução da desigualdade (SINGER, 2012, p. 181-182). Há, nesse ponto, um nítido contraste com as propostas originárias do partido, a saber, a representação direta dos interesses classistas na esfera política para garantia de *direitos sociais*. O partido estaria, nas suas propostas iniciais, no âmbito de um “reformismo forte”, de inspiração clássica, em que o paradigma social-democrata, ao lado de outros (os minoritários leninistas, trotskistas ou democrata-cristãos), era central (SINGER, 2012, p. 186). Propunha-se uma defesa da ampla mobilização popular, de interesses igualitários nítidos, para a construção auto-organizativa de uma classe social delimitável (SINGER, 2012, p. 188-189). Efetivamente, durante seus governos, o partido se redireciona.

Concluimos que, mais do que um simples redirecionamento, o movimento que acima expusemos demonstra uma aposta de nucleação em outro setor que não o originalmente observado como motriz para a redução das iniquidades específicas da nossa formação social. Obviamente não houve um abandono do setor fundador do partido, que engrossa as fileiras “progressistas” urbanas e rurais, constituindo inclusive a maior parte de seus quadros. Mas a opção pela camada com menor inclusão nos espaços da cidadania incide no próprio núcleo eleitoral do projeto, constituindo a partir desse ponto um projeto político amplo, não particularista, inclusivo para o país.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Eduard. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COLE, George. A history of socialist thought: communism and social democracy (1914-1931). Part I. London: Macmillan, 1958.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um campo. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. Que fazer?: problemas candentes do nosso movimento. In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 79-214.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução?. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914). São Paulo: Unesp, 2011. v. 1, p. 1-88.
- MARSHALL, Thomas. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na democracia contemporânea. São Paulo: Unesp, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RICCI, Rudá. Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

SAES, Décio. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 16, p. 9-38, 2003.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DA MÍDIA JORNALÍSTICA

MARCELA MIWA² CARLA VENTURA³ EDSON MARTINS⁴

RESUMO

Trata-se de pesquisa descritiva-documental sobre como a mídia jornalística aborda as ações de responsabilidade social das empresas com certificação social e quais suas relações com o desenvolvimento regional, restringindo-se a informações do estado de São Paulo. As certificações de qualidade contribuem para padronização e melhoria na produção, contudo, a mídia apresenta limitações, seja por falta de detalhamento das notícias ou por outros interesses político-econômicos.

Palavras-chave: Responsabilidade social; Desenvolvimento Regional; Certificação social; Mídia jornalística; Empresas privadas.

ABSTRACT

This is a descriptive-documental research about how the newspapers approach social responsibility of companies with social certification and their relationship with regional development, searching for information only about the state of São Paulo. The quality certifications contribute to standardization and the improvement in the production, however, the media has limitations, either due to a lack of detail in the news or other political-economic interests.

Keywords: Social responsibility; Regional Development; Social Certification; Newspaper Media; Private Companies.

Introdução

Em um mercado altamente competitivo, as empresas estão buscando diferenciais estratégicos em seus produtos e serviços. Neste contexto, na definição de seus planejamentos estratégicos, algumas empresas começam a valorizar a Responsabilidade Social (RS), também conhecida atualmente no mercado como Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ou por Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Estes modelos de RS, além de fortalecerem a marca e a imagem da organização como empresa sustentável,

² Universidade de São Paulo.

³ Universidade de São Paulo.

⁴ Faculdade Anhanguera.

também valorizam seu comportamento humano, com foco em uma cooperação proativa em todo seu ciclo produtivo, interno e externo. Conforme argumentam Serpa e Fourneau (2007):

[...] a visão socioeconômica defende o papel da organização na promoção do bem-estar social, com objetivos mais amplos do que a obtenção de lucros corporativos e geração de empregos sem, contudo, ignorá-los. Alguns de seus princípios são: foco nos lucros de longo prazo para o negócio; obtenção de melhor imagem junto à sociedade e menor regulamentação governamental para o negócio; incorporação de maiores obrigações sociais para o negócio; promoção de melhor ambiente para todos. De acordo com esta abordagem, a empresa estará cumprindo sua responsabilidade social na medida em que proporcionar uma melhora nas condições de vida da sociedade (SERPA e FOURNEAU, 2007, p.85).

Existem várias certificações e normas sobre atuação e comportamento do trabalhador nas empresas, sejam elas regras e procedimentos internacionais como as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a BS-8800 e OHSAS-18001, que regulamentam a segurança e saúde no local de trabalho e a SA-8000 que define normas relacionadas a RS, como por exemplo no Brasil, regulamentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A SA-8000 é uma importante norma social regulamentar que complementa as leis e os regulamentos governamentais para verificação de condições saudáveis de trabalho (ALMEIDA, 2009), proibindo, por exemplo, o trabalho forçado ou compulsório, além de garantir o direito do trabalhador à liberdade de associação (LEIPZIGER, 2003).

Tanto a SA-8000 como a certificação OHSAS-18000 regulamentam procedimentos de gestão. A OHSAS-18000 também se aplica à gestão da segurança e saúde no trabalho, definindo as normas relacionadas a todos os tipos e porte de empresas e passíveis de integração com outros tipos de gestão como qualidade, meio-ambiente e RS (OLIVEIRA, 2014).

Nesse cenário, as empresas devem prover um ambiente de trabalho seguro e saudável de acordo com os padrões básicos trabalhistas, desde água potável para beber até fornecer equipamentos de segurança e treinamento aos funcionários. É necessária a implantação de um sistema de saúde e segurança no trabalho, com devidos registros e controles dos processos de verificação periódica de saúde e segurança, como também deve estar preparada para prover os primeiros socorros. No Brasil, existem normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho definidas pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, a NR-20, e formalização da NR-5, praticada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Nessa perspectiva, empresas que possuem certificações sociais podem ser mais reconhecidas no mercado e por seus clientes, com maior divulgação na mídia jornalística e em outros

meios de informação, com foco em formadores de opiniões no mercado corporativo, o que fortalece o reconhecimento de sua influência no meio social, como também internamente com seus funcionários.

Considerando este cenário, este estudo apresenta como objetivo conhecer como a mídia jornalística aborda as ações de responsabilidade social das empresas com certificação social e quais suas relações com o desenvolvimento regional.

Metodologia

Trata-se de pesquisa descritiva-documental baseada em dados secundários, coletados junto às mídias dos sites dos jornais: Folha de São Paulo, o Estadão e o Valor Econômico, restringindo-se a informações do estado de São Paulo.

A mídia jornalística foi escolhida como fonte de pesquisa primeiramente por ser muito conhecida nos meios de comunicação, conforme destaca a pesquisa realizada pela Revista Imprensa CDN (BUENO, 2008). Neste mesmo âmbito, de acordo com dados da CDN, o Estadão, a Folha de São Paulo e o Valor Econômico são as mídias mais abrangentes e reconhecidas do estado de São Paulo e em todo Brasil. Quanto o foco no estado de São Paulo, deve-se ao fato deste estado ser o mais desenvolvido e de maior concentração empresarial do Brasil, formado por grandes polos industriais presentes na própria capital e grande São Paulo, pelo litoral paulista, pela grande região de Campinas, como também pelas cidades do interior.

Segundo Porto (2007), a imprensa escrita permite a produção de um acervo fundamental para a sociedade e os fatos sociais que a rodeiam, como acontecimentos relacionados aos interesses, tensões, estratégias e realidades de uma época em mensagens verbais e não verbais, enfatizando, assim, a comunicação como uma estratégia social a um só tempo, e se fazendo discursiva.

Inicialmente, as notícias foram buscadas usando a ferramenta de busca dos próprios sites, por meio da utilização das palavras chave (Filtros): “Responsabilidade Social” (1), “Empresa Cidadã” (2), “Socialmente Responsável” (3), em um período de busca dos últimos dez anos, entre 01 de janeiro de 2006 e 01 de setembro de 2015.

Das três mídias eletrônicas escolhidas Folha de São Paulo, o Estadão e o Valor Econômico, conforme filtros ou as palavras chaves utilizadas, foram utilizados os seguintes endereços eletrônicos:

Folha de São Paulo (2015): <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado>>;

<<http://classificados.folha.uol.com.br>>.

Estadão (2015): <<http://www.estadao.com.br/noticias>>;

<<http://cultura.estadao.com.br/noticias>>;

<<http://economia.estadao.com.br/noticias>>;

<<http://www.territorioeldorado.limao.com.br>>;

<<http://pme.estadao.com.br/noticias>>.

Valor Econômico (2015): <<http://www.valor.com.br>>.

Foram utilizados como critérios de inclusão: notícias relacionadas à responsabilidade social de empresas certificadas em RS e localizadas no estado de São Paulo. Para identificar se as empresas possuíam certificação em RS, foi realizada consulta no Site oficial de cada empresa, em listas disponibilizadas em Sites regulamentadores e oficiais como ABNT (2015), INMETRO (2015), Instituto ETHOS (2015) e PNUD (2015).

Na obtenção dos primeiros dados de pesquisa dos registros de notícias, inicialmente teve-se que realizar um trabalho cuidadoso de seleção dentre mais de 2000 registros envolvendo responsabilidade social. Apenas 5% destes registros estavam relacionados a empresas e instituições privadas. Nos demais procedimentos de filtros foram obtidos 43 registros de notícias relacionadas com pelo menos uma empresa com certificação em RS, em um total de 42 destas empresas, com pelo menos uma unidade no estado de São Paulo.

Ressalta-se que entre os registros de notícias não relacionados com empresas privadas que foram descartados, estavam notícias com foco em ações governamentais, do estado e municípios, do meio acadêmico e da sociedade civil. Foram também retiradas as repetições e, por fim, eliminados os registros de notícias das empresas que não eram certificadas ou não se podia comprovar nos meios disponíveis suas certificações de RS.

Das notícias selecionadas, foram extraídos dados por meio de um roteiro dividido em duas partes. A “parte A” do roteiro foi construída com base em modelo apresentado por Porto (2007), em que os artigos selecionados foram organizados em um quadro contendo as seguintes informações: Número do Registro, Tipo de Mídia, Título, Ano de Publicação, Nome da(s) Empresa(s), Endereço Eletrônico da Mídia, Autor. Na “parte B”, construída de acordo com os objetivos da pesquisa, foram extraídos os seguintes dados: Número do Registro da Notícia/Nome do jornal, Nome da Empresa, Certificações, Local (Cidade/UF),

Foco das Ações de RS (Sustentáveis), Atividades relacionadas com o Desenvolvimento, Relações Externas, Relações Internas.

Os dados foram submetidos a análise temática de Bardin (1994), a qual prevê três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Assim, os dados foram agrupados em três categorias principais: 1. Ações internas de Responsabilidade Social; 2. Ações externas de Responsabilidade Social e 3. Ações sociais relacionadas ao Desenvolvimento Regional.

Resultados e discussão

No que diz respeito à participação dos tipos de mídias envolvidos nesta pesquisa, do total obtido de 43 registros válidos, 20 registros foram provenientes da Folha de São Paulo (46%), 17 registros do Estadão (40%), e 6 registros de notícias do Valor Econômico (14%), predominando em quase equilíbrio as duas primeiras mídias.

Estes registros indicaram ações de RS em 17 cidades do Estado de São Paulo onde se localizam as empresas certificadas em RS. Grande parte está presente na cidade de São Paulo (58%), refletindo sua grande concentração empresarial, seguida por Piracicaba com 12%, Ribeirão Preto com 4% e os 26% restantes foram relacionados a outras cidades do interior paulista.

Importante reforçar que das 42 empresas certificadas em RS e selecionadas pelas suas ocorrências nos registros de notícias fornecidas pela pesquisa, 53 registros foram de notícias relacionadas com RS, considerando empresas com pelo menos uma certificação social como: OHSAS-18000, SA-8000, NBR-16000, ISO-26000, entre outras normas relacionadas. São empresas presentes nos mais variados ramos de atividades como cosméticos, energia, financeiro, bebidas, alimentos, comunicação, roupas, eletrodomésticos, automobilístico, commodities, com pelo menos uma unidade no estado de São Paulo. Dos 43 registros de notícias, havia 42 empresas certificadas, obtidas pela seguinte distribuição das palavras chave ou filtros usados na pesquisa: 33 registros com “Responsabilidade Social” (77%), 6 registros com “Empresa Cidadã” (14%), e 4 registros com “Socialmente Responsável” (9%). A palavra-chave com maior alcance foi “Responsabilidade Social”, considerando como complementares os filtros de “Empresa Cidadã” e “Socialmente Responsável”, ficando clara a predominância de registros relacionados ao primeiro item.

Ações internas de Responsabilidade Social

Foi analisada a distribuição das ocorrências de notícias, destacando-se as ações sociais das empresas certificadas em seus aspectos internos (em sua estrutura) e externos (nas comunidades envolvidas). De um total de 59 registros, obteve-se 32 notícias sobre ações sociais externas (54%), predominando sobre 22 registros de ações sociais internas (37%), restando 5 ocorrências não relacionadas (9%) diretamente com ações internas ou externas.

Os registros sobre ações sociais internas ocorreram na seguinte disposição: Sistemas de Gestão (33%); Saúde e segurança (30%); Discriminação (16%); Liberdade de associação (8%); Trabalho forçado (5%); Remuneração (5%); Trabalho infantil (3%); Práticas disciplinares (1%); Horas de trabalho (1%).

Observa-se que as empresas certificadas em RS vêm focando o desenvolvimento nos sistemas de gestão sociais, como forma de evoluir como empresas cidadãs, agindo em aspectos considerados importantes para o trabalhador como saúde e segurança, discriminação e falta de liberdade de associação. Isto reflete o grande desafio destas empresas em fortalecer em sua cultura organizacional a valorização e o respeito aos seus funcionários.

No contexto das ações internas, ressaltam-se os seguintes subtemas:

a) Sistemas de Gestão: as empresas devem, gerenciar sistemas de gestão de qualidade que facilitem a aplicação dos procedimentos e processos, viabilizando o acompanhamento na melhor forma de execução, e a medição dos indicadores de desempenho para garantir o cumprimento do que se definiu no escopo do projeto.

Eles são chamados de “românticos”, “idealistas” e até “utópicos”. Tentam convencer seus pares de que resultados econômicos não são tudo na vida da empresa, que variáveis socioambientais precisam ser incorporadas à gestão e que o bom relacionamento com públicos até então considerados de menor importância, como ONGs e comunidades do entorno, é fundamental para o negócio [...]. “Ainda que exista dificuldade de encontrar executivos com uma visão pronta, consolidada, o que vemos hoje é uma busca permanente por esse profissional”, diz Fábio Mandarano, da Deloitte. (Folha de SP, 2012, Empresa DELLOITE/ São Paulo-SP).

b) Saúde e segurança: este é um tema muito discutido pois envolve um fator direto relacionado à qualidade de vida dos funcionários e compõe umas das bases dos sistemas de RS como por exemplo a SA-8000 e OHSAS-22000.

Natura, Ypê, Ibama, Greenpeace e Omo lideram marketing verde.

Companhia que aposta na estratégia da responsabilidade socioambiental desde a sua origem, a Natura aponta o fato de estar entre as mais lembradas como um sinal do consumidor [...] No final de 2006, uma queda nos lucros levou a Natura

a aumentar de maneira expressiva os gastos em publicidade. Era preciso reconquistar o mercado. O volume maior de campanhas pode ter ajudado a companhia a ser mais bem lembrada no quesito ambiental.[...]. (Folha de SP, 2008/ Empresa NATURA/ Piracicaba -SP)

c) Discriminação: Não pode haver no ambiente de trabalho qualquer tipo de discriminação, por raça, credo, classe social, origem étnica, deficiência, sexo, orientação sexual, filiação sindical ou política, e que venha a ter diferenciação de tratamento ou ser prejudicado por atos que causem humilhação, exposição, difamação, ou qualquer prejuízo de alguma forma moral ou física. Uma forma interessante de minimizar ou eliminar a discriminação no ambiente de trabalho é o treinamento que pode ser intermediado com sindicatos ou profissionais qualificados (LEIPZIGER, 2003).

Na Dow, o Glad (sigla para gays, lésbicas e aliados na Dow) foi criado há pouco mais de um ano e hoje tem 90 membros. [...] o grupo atua para conscientizar colegas com filmes e palestras. [...] “Eles também organizaram um treinamento para que chefes aprendam a lidar com funcionários LGBT”. (Folha de SP, 2010, Empresa DOW CHEMICAL/ Rio Claro-SP)

d) Liberdade de Associação: cada vez mais as certificações sociais estão fortalecendo a liberdade dos funcionários de participação em sindicatos como em movimentos de reivindicação social e política, ou até mesmo cultural e religioso.

e) Trabalho Forçado: As empresas devem respeitar as leis trabalhistas nacionais. A empresa não pode realizar qualquer tipo de punição ou penalidades corporais, coerção mental ou física, ou abuso verbal, ou assédio moral contra trabalhadores. As práticas disciplinares devem ser utilizadas de forma a colaborar com a organização e o comportamento saudável dos colaboradores, mas se torna importante agir na origem dos problemas minimizando assim a necessidade de uso de proteções individuais que acabam dificultando as atividades dos trabalhadores (FRANCO, RODRIGUES, CAZELA, 2001).

A Zara Informou ainda que reconhece sua responsabilidade social no caso do fornecedor de 2011, já descredenciado após não colaborar com as auditorias da empresa, [...] a empresa informa ter investido R\$ 14 milhões em ações de responsabilidade social no Brasil, onde emprega diretamente 3.000 funcionários. PROJETO-Batizado de “fabricado no Brasil”, o projeto consiste em mostrar, na etiqueta de todos os produtos feitos no país, informações sobre a mercadoria e o fornecedor, como sua localização e o total de trabalhadores que emprega. (Folha de SP, 2014/ Empresa ZARA/ Alphaville/Barueri -SP)

f) Remuneração: A remuneração deve estar baseada nas regras e normas legais e sindicais mínimas que valorizem o trabalho compatível com a função, suprimindo necessidades básicas do trabalhador, com no mínimo alguns rendimentos discricionários, não sendo

realizadas por outras razões fora do contexto trabalhista. O processo de pagamento deve ser conveniente ao funcionário, de maneira fácil, adequada e pontual (LEIPZIGER, 2003).

3.2. Ações externas de Responsabilidade Social

No tocante, as ocorrências de ações externas de responsabilidade social, destacam-se: Realização de projetos sociais para comunidade (41%); Promoção de proteção à saúde dos consumidores (15%); Capacitação de fornecedores, implantação e acompanhamento de requisitos de RS (11%); Ações sociais promovidas por funcionários em voluntariado, para educação em escolas públicas (7%); Integração social (7%); Capacitação profissional de classes sociais carentes, ações sociais de promoção a arte e a leitura, de apoio a Organizações Não-Governamentais (ONGs) concessão de bolsas de estudo e desenvolvimento profissional, projetos educacionais nos municípios das unidades, ficam com o restante das ações (19%).

Analisando os fatores detalhados das ações externas, percebe-se que grande parte da influência das empresas certificadas em RS colabora para o desenvolvimento das comunidades em seu entorno e fora dele.

No contexto das ações externas, ressaltam-se os seguintes subtemas:

a) Projetos sociais para comunidade: com foco nas ações externas das empresas certificadas em RS, percebe-se relação direta com o desenvolvimento regional e humano, sendo o item mais citado nos registros de notícias, como pode ser visto a seguir:

A TAM Linhas Aéreas selecionou oito projetos socioambientais [...] para apoiar durante este ano. A iniciativa faz parte das ações planejadas no âmbito de responsabilidade social corporativa. (Folha de SP, 2011, Empresa TAM/ São Paulo-SP).

Mais de 70 mil crianças e adolescentes no país foram beneficiadas pelos projetos sociais desenvolvidos pela Raízen no primeiro semestre deste ano. (O ESTADÃO, 2015, Empresa RAIZEN/ Piracicaba -SP).

b) Proteção à saúde dos consumidores: a preocupação com o bem estar também acontece externamente quando se fala não só na satisfação dos consumidores, como no seu bem estar. Sendo assim, estas empresas se empenham em seguir rigorosamente seus padrões de normas relacionadas como por exemplo alimentos, cosméticos ou produtos de limpeza, seja com cuidados em armazenamento, validade, ou em sua correta utilização.

Já imaginou ter um emprego em uma empresa onde você não seja apenas um trabalhador e, sim, um colaborador de um propósito maior? Uma empresa onde o desenvolvimento pessoal e a organização, como um todo, sejam proporcionais?

Uma empresa que se preocupe com o bem-estar de toda cadeia, de fornecedores a consumidores? Parece utópico, mas é real. Essas organizações pregam o chamado capitalismo consciente, que visa além do lucro, a criação de valor para os “stakeholders”, ou seja, todos os envolvidos. [...] Um grande questionamento é sobre o desempenho dessas organizações. Uma resposta a isso é observar empresas que são grandes referências no mundo: Google, Facebook, Apple, Starbucks e, no Brasil, o Pão de Açúcar, a Riachuelo, a Natura, além de várias outras. Os adeptos a esse capitalismo argumentam que o bem-estar geral converge para um cenário extremamente favorável a longo prazo [...]. (Folha de SP, 2014, Empresas Pão de Açúcar, a Riachuelo, a Natura/ São Paulo-SP).

c) Capacitação de fornecedores, implantação e acompanhamento de requisitos de RS: o trabalho estruturado e sob controle de processos em uma empresa certificada pode ser prejudicado com seus fornecedores não seguem estas exigências. Dessa forma, a preocupação com a qualidade de seus fornecedores se faz necessária, desde seu credenciamento, garantindo e medindo os produtos ou serviços fornecidos e mantendo os índices necessários, como também garantindo sua capacitação para que os riscos de variabilidade sejam eliminados ou pelo menos fiquem dentro dos padrões permitidos. Isto também se aplica aos aspectos da RS conforme visto a seguir:

Novos hábitos de consumo e pressões de mercado nas questões ambientais e sociais forçam empresas globais a olhar para pequenos produtores que abastecem suas fábricas. “Não conseguiremos atingir a ambição de dobrar de tamanho e reduzir pela metade a pegada ambiental, sem a construção de uma rede de fornecedores que tenham o mesmo objetivo”, diz Seref Alptekin, diretor de compras para América da Latina da Unilever. [...] A meta é que todas adotem padrões socioambientais mínimos e boas práticas de direitos humanos até 2017. (Valor Econômico, 2015, Empresa UNILEVER/ Vinhedo-SP).

d) Ações sociais promovidas por funcionários em voluntariado, para educação em escolas públicas: muitas empresas socialmente responsáveis, em seus projetos de expansão de ações sociais externas utilizam de uma estratégia que reforça o seu fortalecimento social interno, quando incentivam os próprios funcionários a participarem como voluntários em atividades nas comunidades de seu entorno.

Mais de 70 funcionários da Ultraz são voluntários da Junior Achievement. A organização de educação prática em economia e negócios, que desenvolve projetos em 14 cidades brasileiras. (Estadão, 2011, Empresa ULTRAGÁZ/ Paulínea-SP).

e) Integração social: considerando os grandes problemas sociais encontrados no Brasil gerados pela diferenciação excludente, como a dificuldade de acesso da população mais carente a uma educação de melhor qualidade, se faz necessário que os agentes sociais atuem de diversas formas na valorização dos mais fracos e excluídos, promovendo todo tipo de integração social.

A Oi, ao lado do Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da empresa, “vem atuando fortemente na geração de ofertas especiais, no apoio a projetos inovadores e no patrocínio de eventos, como o Festival de Cinema de Gramado e a Bienal do Mercosul. (Folha de SP, 2014, Empresa OI/ São Paulo-SP).

Capacitação profissional de classes sociais carentes: oferecer capacitação a sociedade mais carente é uma importante ação social para sua inserção no mercado de trabalho e busca de promoção do desenvolvimento humano.

O projeto começou com o desenvolvimento de um produto - um néctar de açaí com banana da marca Del Valle, que chegou aos pontos de venda em setembro de 2013. Depois de um trabalho de imersão de oito meses nessas comunidades, a companhia conseguiu estruturar um modelo baseado no valor compartilhado que já beneficia 600 famílias. “Para esse novo produto, criamos uma parceria que envolve mais de 30 instituições, entre ONGs, governo federal e estadual. Treinamos as pessoas em extrativismo, ensinamos as questões técnicas e logísticas e os inserimos na cadeia de valor oferecendo preço justo: dobramos o valor pago ao açaí para eles” explica Zarazúa. “É o projeto da Coca-Cola que melhor representa, na prática, a ideia do valor compartilhado”, elogia o estrategista Mark Kramer. (Valor Econômico, 2014, Empresa COCA-COLA/ São Paulo-SP).

a) Ações sociais de promoção à arte, à leitura e às ONGs: a promoção da cultura para a população carente consiste em componente importante de atuação na RS promovida por empresas certificadas, que muitas vezes se utilizam estrategicamente de ONGs para melhor atingir esta população e de forma mais profissional.

A Faber-Castell anuncia: vai apoiar, em 2013, três ONGs - Ritmo, Som e Movimento, Caminhos da Leitura e Fundação Dorina Nowill - por meio da Lei Rouanet. (O ESTADÃO, 2013, Empresa FABER-CASTELL/ São Carlos-SP).

b) Projetos educacionais nos municípios das unidades: ainda dentro do tema educação como ponto importante das ações externas de RS, reforça-se que os programas governamentais para a educação nas escolas estaduais e municipais têm se demonstrado insuficientes nas últimas décadas, sendo de vital importância a participação dos atores sociais privados nestas escolas, melhorando suas condições de estrutura, professores e incentivo aos alunos.

O Concurso Tempos de Escola recebeu 2.990 inscrições, aumento de 332% em relação à última edição. A iniciativa promove educação escolar nos municípios onde ficam as unidades do Grupo Votorantim. (Folha de SP, 2011, Empresa VOTORANTIM/ Luiz Antônio-SP).

3.3 Ações sociais relacionadas ao Desenvolvimento Regional

Nesse momento, serão abordadas as ações sociais relacionadas ao Desenvolvimento Regional. As empresas com ou sem certificação social que desenvolvem ações sociais em sua comunidade ou fora dela podem desempenhar importante papel para o desenvolvimento regional. São muitas oportunidades existentes devido às grandes desigualdades sociais, inclusive nos estados de maior desenvolvimento do Brasil, uma vez que as políticas públicas encontram muitos problemas em sua aplicação pelo governo federal, estadual, e municípios principalmente.

As desigualdades estão presentes no meio rural e urbano e se manifestam com a fome, pobreza, moradias em favelas, escolas precárias, hospitais deficitários, transporte insuficiente, desemprego e falta de capacitação profissional. Há, portanto, muitas oportunidades para o desenvolvimento de ações sociais pelas empresas, gerando uma série de tarefas compartilhadas com a comunidade (TAVARES, 2010).

As ações sociais das empresas se tornam importantes pois o crescimento e o desenvolvimento regional dependem muito de ações endógenas, aliadas às políticas públicas, e integradas pelas organizações, fortalecidas pelo grande potencial empresarial. O enfoque na sustentabilidade social no âmbito corporativo gera contribuições diretas e indiretas das empresas, podendo produzir impactos em toda comunidade e seu entorno (CARBONARI, PEREIRA, SILVA, 2011).

Dessa forma, é relevante motivar as empresas a atuarem aliadas às ONGs, entidades filantrópicas, membros de organizações sociais e políticas, promovendo o desenvolvimento. São, portanto, públicos os resultados de algumas ações sociais empresariais na consolidação do direito à cidadania. São vários os trabalhos realizados da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no auxílio à educação, desde apoio de creches modelos e projetos da criança e adolescente, no apoio à escola desde primário ao ensino médio, preparatório para universidades, em trabalhos de inclusão digital, públicos ou particulares. Percebe-se atuação da RSE no âmbito de recolocação e inclusão social na capacitação para o trabalho e formação profissional, na promoção da saúde com programas de prevenção a doenças e orientação ao público, apoio e orientação para desenvolvimento da agricultura familiar e formação de cooperativas e projetos de proteção ambiental (ASHLEY, 2005).

Nesse sentido, são veiculadas notícias publicadas, na mídia jornalística e também pelos órgãos controladores e formadores de opinião no mercado empresarial, relacionadas ao desenvolvimento regional como: Educação e treinamento, Qualidade de vida, Projetos sociais e Valor compartilhado, conforme é apresentado a seguir:

a) Educação e treinamento: A educação é condição para o desenvolvimento dos indivíduos

e sua formação com cidadãos. As ações sociais empresariais destacadas nesta pesquisa demonstram a utilização de meios como o esporte, o voluntariado, a capacitação de professores, a concessão de bolsas de estudo, para fortalecer e promover todo o ciclo do ensino desde o infantil até o superior. As ações das empresas também englobam ONGs por meio de projetos culturais.

É importante compartilhar o conhecimento das empresas com iniciativas de capacitação social. São relações intersubjetivas e comunicacionais que podem promover o desenvolvimento regional como processo construído de “baixo para cima” e “de dentro para fora” (SILVEIRA, 2008).

Dessa forma, destacam-se ações de treinamento dos fornecedores e da mão de obra com práticas de responsabilidade social, demonstrando preocupação com o bem-estar de toda cadeia, desde o fornecedor ao consumidor, criando-se valor para os “stakeholders” e todos os envolvidos. Foram destacadas atividades de desenvolvimento profissional com foco em igualdade de direitos, profissionalização de trabalhadores do universo feminino e fornecimento de cursos gratuitos para empregadas domésticas.

As ações de capacitação também abrangem o crescimento profissional aliado ao desenvolvimento social, por meio do desenvolvimento dos funcionários com universidades corporativas, oferecendo-se diversos cursos e biblioteca, programas de retenção de talentos, visando o desenvolvimento profissional e cultural da comunidade. Há também ação de desenvolvimento de cartilha do “empoderamento” de jovens e mulheres de baixa renda, trabalhando temas como autoestima e acesso ao mercado de trabalho.

b) Qualidade de vida: As ações promovidas sobre qualidade de vida destacadas na pesquisa estão relacionadas com a promoção de bem estar social do trabalhador, principalmente em seu ambiente de trabalho, como por exemplo concessão de benefícios às mães com licença maternidade estendida e para seus filhos pequenos, aos direitos igualitários dos homossexuais, e tratamento de doenças como o câncer para os mais carentes.

c) Projetos sociais: É por meio de projetos sociais que as empresas certificadas em RS possuem reconhecimento institucional e premiação pelos resultados obtidos.. Os resultados mostram que muitas destas empresas comprovam sua atuação por meio de relatórios de sustentabilidade periódicos oficiais. Existem ações que caracterizam as empresas como cidadãos, com compromisso solidário e ecológico, com campanhas sociais de apoio à população carente na execução de projetos de responsabilidade social. Nesse contexto, Silveira (2008) argumenta que o desenvolvimento regional revela um importante diferencial no aspecto que não se trata apenas de realizar um projeto, mas de se gerar uma matriz como um conjunto de ações contínuas envolvendo e mobilizando diferentes

atores sociais nos territórios ou regiões.

d) Valor compartilhado: É o valor que se distribui em toda cadeia composta de sujeitos e atores sociais, criando valor econômico na solução de questões sociais e gerando resultados para as empresas. De acordo com Silveira (2008), o desenvolvimento regional está fortemente ligado ao tema de governança participativa, valorizando intercâmbios entre o máximo de atores, ampliando a distribuição de poder e assim de valor.

A criação de valor compartilhado também teve destaque em ocorrências como fazendas e propriedades que abastecem a empresa motriz com matérias-primas como leite, carne, aves e ovos, cumprindo normas rigorosas de proteção dos animais. Outro registro foi o da plataforma mundial de responsabilidade social da empresa, que se fundamenta na premissa de que, para o sucesso dos negócios no longo prazo, tão importante quanto gerar valor para os acionistas é gerar valor para a sociedade.

A criação de valor compartilhado pôde ser encontrada também envolvendo valorização da água, desenvolvimento rural e nutrição, em um investimento acima de 1Bilhão (R\$) em responsabilidade social.

Outras ocorrências destacaram a promoção do perfil empreendedor e o alcance e abrangência e efeito multiplicador; a adaptação às estratégias sustentáveis como uma oportunidade; a publicação de balanços sociais através do GRI (Global Reporting Initiative), consolidando participação social como empresa cidadã; a promoção da mulher nos cargos operacionais e de importância da empresa; os desafios sociais que a empresa considera relevante, orientando seu Investimento social privado e visando deixar um legado positivo para as comunidades onde a empresa atua.

Considerações finais

As certificações de qualidade têm se mostrado como um importante instrumento para garantir às empresas a padronização e melhoria de seus processos, redução de desperdícios e custos, aumento da satisfação dos clientes internos e externos, e de sua longevidade a partir do incremento de sua competitividade nos mercados. Ressalta-se, ainda, que as empresas buscam melhores oportunidades de negócio quando apresentam também certificações de qualidade, que oficializam seu respeito à natureza com as certificações ambientais, e a sociedade com as certificações sociais, assumindo o papel de atores da promoção da sustentabilidade e da responsabilidade social.

A exploração de registros jornalísticos dos últimos 10 anos revelou 42 empresas com certificação social presentes em 17 cidades paulistas que passaram a ser reconhecidas por

compromissos muito mais em ações externas do que internas.

Os efeitos das Ações Sociais Internas ou do Sistema de Gestão Social destas empresas certificadas em RS demonstraram ser positivos, especialmente em razão do envolvimento de seus funcionários, provendo um ambiente motivador e seguro, pela consideração com o seu bem estar e de suas famílias, ou pela valorização dos benefícios diretos ou indiretos, fortalecendo o papel de cidadãos sociais e buscando promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida, influenciando uma visão de desenvolvimento regional mais ampla do que apenas o crescimento econômico.

Os efeitos das Ações Sociais Externas são percebidos em participações no meio social por meio de projetos e parcerias com instituições públicas, escolas e universidades, demonstrando a colaboração das empresas no desenvolvimento regional. Ações de proteção à saúde dos consumidores assim como o preparo de fornecedores contribuem no desenvolvimento tecnológico alicerçado em pilares dos sistemas da qualidade.

Constatou-se que boa parte das ações sociais internas e externas abordadas nesta pesquisa partem de iniciativas advindas muito mais da consciência dos atores sociais e de suas iniciativas de fácil execução e baixo custo, do que de grandes investimentos sociais, refletindo sobre os aspectos de visão global de cada empresário ou de cada stakeholder. Nesse sentido, ressalta-se que a mídia jornalística representa importante fonte de dados, mas com limitações. Dentre estas, verifica-se a possibilidade de interferências de outros interesses, que podem ocorrer no âmbito político e econômico destas mídias, muitas vezes consideradas de média transparência. Acrescenta-se, ainda, que o grau de detalhamento das notícias é bastante limitado, o que dificulta uma compreensão mais abrangente dos temas abordados. Outro ponto limitante foi o fato de que algumas empresas inicialmente encontradas foram excluídas devido à dificuldade de verificar se possuíam ou não certificação de RS. Ainda, é relevante salientar que não se pode compreender com clareza a real motivação das 42 empresas certificadas em RS destacadas neste trabalho, uma vez que buscam um diferencial comercial para seus clientes, já que sobrevivem por meio de seu ganho de capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. Responsabilidade Social e Meio Ambiente: os desafios da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Conheça a ABNT. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

ASHLEY, P., A. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARDIN, I. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1994.

BUENO, W. C. Portal Imprensa. A confiabilidade dos jornais e outras histórias pouco críticas. 2008. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/wilson+da+costa+bueno/273/a+confiabilidade+dos+jornais+e+outras+historias+pouco+criticas>>. Acesso em: 18/06/2015.

CARBONARI, M., E., E.; PEREIRA, A., C.; SILVA, G., Z. Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades. Valinhos-SP: Anhanguera Publicações Ltda, 2011.

FRANCO, D., H.; RODRIGUES, E., A.; CAZELA, M., M. Tecnologias e Meios de Gestão. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2001.

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Associação Brasileira de Normas Técnicas. A norma nacional - ABNT NBR 16001:2004. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso em: 14/05/2015.

Instituto ETHOS. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 25/04/2015.

LEIPZIGER, D. SA8000: O Guia Definitivo para Norma Social. Tradução Nilza Freire. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

OLIVEIRA, O. J. Curso Básico de Gestão da Qualidade. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

PORTO, F. A imprensa escrita como fonte de pesquisa para a enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v.6, n.3, p.173-177, mai./jun. 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 03/10/15.

SERPA, D., A., F.; FOURNEAU. Responsabilidade Social Corporativa: uma Investigação Sobre a Percepção do Consumidor. Rev. Adm Contemp, v. 11, n. 3, p. 83-103, jul./set. 2007.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos sócios institucionais: algumas referenciam para a questão da governança. In: DOWBOR, L; POCHMANN, M (orgs.) Políticas

para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

TAVARES, M., C. Gestão Estratégica. Ed. Atlas, 2010.

VIALLI, A., Voluntariado se moderniza e vira estratégia empresarial - Gerente de projetos Claudia Calais. O Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,voluntariado-se-moderniza-e-vira-estrategia-empresarial,27920>>. Acesso em: 20/10/2015.

DESENVOLVIMENTO DO CONSUMO DE BENS E GRAU DE FECHAMENTO SOCIAL NO BRASIL

ALAN FREITAS⁵

RESUMO

Pesquisamos o grau de fechamento social a partir da avaliação do consumo de bens e serviços ao longo de diferentes gerações e coortes. A correlação intergeracional é observada a partir de regressões quantílicas em diferentes períodos, as informações são da PDSO. Em termos medianos, houve decréscimo da relação intergeracional, ou seja, o Brasil ficou mais aberto ao final do século vinte e início do vinte e um. Por outro lado, manteve a sua face mais perversa da concentração de recursos no topo.

Palavras-Chave: Mobilidade Social; Fechamento Social; Teto de Vidro; Consumo de bens e serviços

ABSTRACT

We research the degree of social closure from the evaluation of the consumption of goods and services over different generations and cohorts. The intergenerational correlation is observed from quantile regressions in different periods, the information is from PDSO. In median terms, there was a decrease in the intergenerational relationship, that is, Brazil became more open at the end of the twentieth century and the beginning of the twenty-first. On the other hand, it maintained its most perverse face of resource concentration at the top.

Keywords: *Social Mobility; Social Closure; Glass Ceiling; Consumption of Goods and Services*

Esta pesquisa analisa o grau de fechamento social no Brasil moderno a partir de uma abordagem que retrata o desenvolvimento social do consumo de bens e serviços, ocorrido em um período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Por ora, a mobilidade social é compreendida a partir de um índice relativo ao padrão de consumo de bens duráveis e ao acesso à bens públicos. O Brasil se tornou um lugar mais aberto ao final do século XX? Construimos dois grupos analíticos, um relativo à origem e outro relativo ao destino, a partir de itens de consumo doméstico como máquinas e equipamentos, e acesso

⁵ UFOP

à serviços como internet e outros. Até aqui essa pesquisa se aproxima de trabalhos de pesquisadores como Filmer e Pritchett (1999; 2001), Sahn e Stiffel (2003), Torche (2015; 2019), Autor (2018; 2021).

A inovação desse trabalho é a divisão do indicador proxy do destino social das famílias em quatro grupos etários. Essa divisão objetiva comparar as médias por coortes, no lugar de propor uma única média do valor relativo a todos os grupos etários, pois como veremos isso impede de ver o movimento das sociedades por mostrar um recorte estático da mobilidade social. Note que a maior parte das pesquisas sobre mobilidade social percebe a mudança social como uma condição isolada, relativamente rara e de curto alcance (Ver, por exemplo: Scalon, 1999; Scalon e Salata, 2012).

Isso ocorre devido à metodologia utilizada pela maior parte dos pesquisadores. Por outro lado, uma análise intergeracional por faixa etária permite a observação ao longo dos anos. Para contornar a limitação do uso da média e propor uma medida robusta, utilizamos regressões quantílicas, que mensuram as relações com base na mediana, além de ser possível especificar por diferentes percentis a relação em análise, o que permite avaliar diferentes pontos da curva de distribuição da correlação entre a posição social da família de origem e destino.

Com um foco nas unidades orçamentárias e não exclusivamente nos indivíduos, o objetivo deste artigo é utilizar indicadores do consumo de bens e serviços para compreender a mudança no processo de estratificação social no Brasil ao longo das últimas décadas. A mobilidade intergeracional é um importante indicador da desigualdade de oportunidades nas sociedades (Torche, 2019). Uma forte associação indica persistência enquanto uma associação fraca indica que a oportunidade é aberta a todos, independentemente da origem social (Torche, 2015; Torche, 2019).

Testar-se-á a seguinte hipótese: a partir dos anos noventa o Brasil se tornou menos concentrador e mais igualitário? Como documentado por uma longa tradição sociológica, a educação é um mediador fundamental da transmissão intergeracional (Blau e Duncan 1967; Hout e DiPrete 2006; Torche, 2019; Hasenbalg e Silva, 2003). Pois desempenha um duplo papel na persistência intergeracional, seja de mantenedora da ordem social e ou de libertadora da ordem social baseada na origem social de classe.

Este artigo analisa a mobilidade intergeracional diretamente no nível doméstico-familiar, no lugar da escolha ou combinação de posições de classe ao nível individual, em termos de ganhos ou rendimentos (Torche, 2019). Esta abordagem é baseada no pressuposto de que os membros das famílias compartilham recursos e dividem o trabalho com a finalidade de maximizarem o bem-estar coletivo. O bem-estar das famílias é resultado das decisões

endógenas e das diferentes contribuições dos seus membros (Torche, 2019). Esta suposição não significa que os arranjos domésticos estejam livres das dinâmicas de poder baseadas no gênero e na desigualdade social (Torche, 2019). Significa, no entanto, que uma medida direta de bem-estar das famílias pode fornecer um indicador mais robusto que a agregação ocupacional ao nível individual (Torche, 2019).

O conceito de Coorte familiar é utilizado como meio de descrever a situação na qual não se trata de observar coortes de indivíduos, mas coortes de unidades familiares, ou coortes de unidades orçamentais domiciliares. Uma análise de coorte familiar avalia o peso da origem social, como das condições sociais, econômicas e históricas para o desempenho dos indivíduos, mais comumente utilizada por médicos preocupados em avaliar as disposições hereditárias e ambientais das doenças. Utilizamos o termo em um sentido histórico, diacrônico e cultural. Deste modo, mostramos simultaneamente a força da origem social e da época para as novas famílias brasileiras. Propõe-se a observação estatística do grau de mobilidade intergeracional dos grupos unidos por laços de parentesco em diferentes pontos no tempo. Mede-se assim o grau de mobilidade social das famílias brasileiras, não dos indivíduos brasileiros tomados isoladamente.

Metodologicamente, construímos um índice socioeconômico ao combinar bens e serviços de propriedade da família. Uma literatura expressiva nas ciências sociais utiliza tais índices, particularmente no contexto em que os dados monetários para pais e filhos não estão facilmente disponíveis (Ferguson et al. 2003; Filmer e Pritchett. 1999; Filmer e Pritchett 2001; McKenzie 2005; Sahn e Stifel 2003, Autor, 2018; Autor, 2021; Torche, 2019). Vale lembrar que a interpretação do conceito capturado pelos índices varia mesmo quando os pesquisadores utilizam indicadores e estratégias analíticas similares. Por exemplo, Filmer e Pritchett (1999, 2001) interpretam o índice como sendo riqueza doméstica, um substituto para o status econômico de longo prazo ou para as despesas de consumo, já McKenzie (2005) interpreta-o como renda permanente, enquanto Spilerman e Torche (2008), Torche (2015) e Torche (2019) falam em bem-estar.

O índice de consumo agrega três fatores; renda, riqueza e consumo e se refere ao padrão de vida das famílias (Torche, 2019). A renda capta um fluxo de recursos pecuniários que pode estar sujeito a alta variabilidade a curto prazo (Torche, 2019). A riqueza é um estoque de ativos financeiros e reais, subtraídos os passivos das famílias (Torche, 2019). O consumo é o nível de conforto material que a família pode proporcionar, expresso em bens de propriedade e serviços utilizados.

A capacidade particular de consumo das famílias é resultado dos recursos ocupacionais e extra-ocupacionais dos seus membros, como do acesso ao crédito e transferências públicas e privadas (Torche, 2019). Esta preocupação se baseia na teoria da renda permanente,

que pressupõe que o consumo da família em qualquer momento é determinado não apenas pela renda atual, mas por expectativas de renda no futuro, impostos, aumentos de preços e outras expectativas de longo prazo considerações (ver: Friedman, 1988; Torche, 2019).

O elevado grau de concentração fundiária que existe no Brasil, os desafios da construção de indicadores ocupacionais e os problemas de se construir um indicador de origem com base na renda salarial justificam a construção de um indicador focado na capacidade de consumo de bens e serviços das famílias. Principalmente, pela dificuldade de se calcular a renda em períodos diferentes, o que requer um esforço demasiado e com possível viés, devido a renda reportada pelos indivíduos poder ser distinta da renda real das famílias. A utilização da renda em um estudo de mobilidade social, que busca avaliar a relação passado-presente, é demasiadamente problemática.

No Brasil, essa questão possui o agravante histórico de volatilidade monetária, como da utilização de diferentes planos econômicos com diferentes impactos na unidade de medida. Ou seja, são inúmeros e incontáveis problemas, além de a maior dificuldade tanto na captação quanto no tratamento dos dados monetários, que requerem o uso de deflatores. Existe o problema de uma análise individualista focada geralmente no homem, já que essas abordagens deixam de lado as novas configurações familiares contemporâneas, como o caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que tiveram expressivo aumento nos últimos anos. Temos também o problema da intermitência ocupacional, os indivíduos modificam suas ocupações em curtos espaços-tempo. Outro aspecto relevante é o aumento dos jovens-adultos vivendo nas casas dos pais, mesmo ocupados.

São utilizados dados sobre bens de consumo doméstico provenientes da Pesquisa Nacional sobre Desigualdades Sociais, realizada pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social, o projeto foi coordenado por Nelson do Valle Silva do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estas informações foram utilizadas devido a um suplemento de dados que há na pesquisa do Milênio e que permite avaliações intergeracionais; as informações dos pais dos chefes, entretanto, são menos detalhadas do que as informações dos chefes e cônjuges. Foram construídos indicadores com base no consumo de bens e serviços para responder sobre o padrão de vida dos brasileiros. A amostra contou com informações dos chefes das famílias e respectivos cônjuges, e com informações dos seus pais, o que permitiu uma abordagem intergeracional. A amostra analítica contou com 6.000 casos.

Dois índices de consumo de mercadorias e serviços foram construídos; um leva em conta o consumo na origem e o outro considera o consumo no destino. Da mesma forma, foi utilizado o índice socioeconômico internacional de status ocupacional e educação escolar, tanto na origem quanto no destino. A renda familiar total foi usada como medida de

destino. As variáveis de controle utilizadas foram gênero e idade. Foram usadas regressões ordinárias dos mínimos quadrados. Nas análises causais, usamos valores padronizados de controle para pessoas de trinta a cinquenta anos. A ideia central da análise de causalidade é mostrar a antecedência dos fatores envolvidos nas relações estabelecidas entre as variáveis.

O consumo visto como um comportamento coletivo pode ser entendido a partir do conceito de unidade orçamental e analisado a partir do consumo de bens domésticos. Os dados são da Pesquisa Nacional sobre Desigualdades Sociais, realizada em 2008 pelo Centro de Estudos da Riqueza e Estratificação Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado por Nelson do Valle Silva. O banco de dados utilizado nesta pesquisa inclui perguntas retrospectivas sobre propriedade de empresas, estoques, poupança, informações ocupacionais (atividade econômica), bens de consumo, bem como características demográficas dos residentes e seus pais, o que permite diferentes análises. A pesquisa abrange todos os setores e os clusters de todos os estados e regiões do Brasil. A amostra baseou-se em informações dos chefes de família e seus respectivos cônjuges, assim como em poucas informações detalhadas dos residentes do domicílio. A amostra analítica incluiu 8.001 casos.

Nas últimas décadas, houve avanços no número de estudos que utilizam a principal técnica de análise de componentes para redução de dados e construção de índices sintéticos. A técnica de análise de componentes principais (PCA) permite extrair de uma série de variáveis um índice linear com poucas relações lineares entre elas, que capturam as informações em uma única variável, a partir da rotação dos dados, perdendo o mínimo de informações no procedimento (Filmer e Pritchett, 2001). Intuitivamente, o primeiro e principal componente de um grupo de variáveis é o índice linear com o máximo de informações de todas as variáveis utilizadas (Filmer e Pritchett, 2001).

Consumo e estratificação social

Utilizamos uma análise coletivista com foco no domicílio, na unidade orçamental, sob o pressuposto de que os familiares compartilham os seus esforços e suas recompensas sociais. A distribuição dos recursos sociais com base no capital cultural, humano e na segmentação ocupacional é bem conhecida pela literatura econômica e sociológica. Por outro lado, a distribuição dos recursos com base nas unidades orçamentais, com foco no consumo das famílias, é bem menos conhecida pelos cientistas sociais. A proposta teórica deste estudo é avaliar o consumo não como um comportamento de indivíduos isolados, como proposto pela economia neoclássica - nem como resultado de imposições de qualquer indústria cultural, no sentido atribuído pela sociologia crítica alemã - assim como esta pesquisa

também não segue uma concepção do consumo como resultado de “culturas de consumo”.

O consumo é visto aqui como uma variável independente, capaz de mostrar o nível de desigualdade material ou a distribuição dos recursos entre os grupos sociais. Discutimos a relação entre o consumo domiciliar na origem e resultados socioeconômicos na vida adulta. Como a riqueza familiar explica desigualdades sociais entre os herdeiros? Este trabalho propõe uma maneira alternativa de avaliar a distribuição social dos recursos materiais e econômicos, com foco direto na posição socioeconômica, ligada a dimensão propriamente material.

O consumo é um importante fenômeno teórico e empírico das sociedades modernas (McDonnell, 2013) - mais bem compreendido como um comportamento de grupo. Entender as famílias como unidades orçamentais é dizer que estas possuem um orçamento comum para planejar e consumir. Neste sentido, o conceito de Max Weber de Unidades Orçamentais - em inglês Budgetary Units é uma maneira de avaliar padrões de estratificação social, a partir de uma análise de médio alcance, que foca os processos decisórios e a organização dos recursos e práticas dos grupos familiares (McDonnell, 2013). O consumo é visto nesta linha como um comportamento de grupos e não de indivíduos isolados. Em uma abordagem no nível dos grupos sociais, as famílias estariam orientadas para dois fins ideais. Segundo Weber; estas poderiam se organizar como unidades orçamentais ou empresas lucrativas. Abaixo descrevo cada forma de organização pormenorizadamente.

A sociologia vista como uma abordagem dos grupos sociais contribui para a teoria do consumo de três formas distintas: 1) Pelo foco na interação social e não no indivíduo (Weber, 1978), (McDonnell, 2013); 2) A partir de uma noção do conceito de utilidade como uma categoria ampla, para além da ideia exclusiva de classe e status (McDonnell, 2013); 3) Pela atenção voltada à influência dos grupos sociais no desenvolvimento da prática do consumo. Nesta linha, o consumo é construído nos coletivos sociais duradouros, nas relações íntimas e na influência mútua. A decisão de consumir é afetada por inúmeros fatores, dentre os quais: necessidade (abordagem da economia clássica), desejo (enfoque psicológico) e busca de status (abordagem sociológica) - três motivações, segundo Weber, entre inúmeras outras para consumir bens (Weber, 1978); (McDonnell, 2013).

Abordagens individualistas e coletivistas do consumo

O consumo tem sido um tema recorrente nos encontros e congressos de diferentes disciplinas acadêmicas. A partir dos anos cinquenta, evidências empíricas sobre o assunto começaram a ser acumuladas em lugares distintos. Os estudos nesta área tomaram três formas principais: a primeira forma surgiu no início da década de 1950 com um foco

explícito no indivíduo, ligada à Psicologia e a Economia (McDonnell, 2013). Neste enfoque, o consumo foi visto como resultado de uma escolha individual [concepção sub-socializada].

A segunda forma surgiu na Alemanha a partir dos trabalhos de um grupo de pesquisa que ficou conhecido como [Escola de Frankfurt]. Com um enfoque mais teórico que o anterior, estes pesquisadores seguiram uma linha de pesquisa que enfatizou a natureza do processo de estratificação social, a partir de uma visão do consumo de massa como um desperdício cultural (Adorno; Horkheimer, 2006). A mercantilização da cultura, ligada a uma concepção negativa do consumo de massas, levou a alienação do espírito e a supervalorização da matéria em detrimento das sensações (Benjamin, 1985). Neste sentido, os indivíduos foram vistos como atores sociais confinados ao poderio ideológico das estruturas funcionais, atuando como meros reprodutores da incipiente indústria cultural. Desta forma, trata-se de uma concepção super-socializada do consumo, à maneira proposta por Mark Granovetter (1982).

Em uma linha oposta, a terceira onda de pesquisas sobre o consumo foi identificada como estudos interacionistas e etnográficos. Nesta linha, as pessoas foram vistas como indivíduos criativos, capazes de operar as suas próprias escolhas sem o constrangimento das condições estruturais (Radway, 1991); (Hebdige, 2000). Esta linha de pesquisa defendeu que os consumidores não eram manipulados pelo sistema capitalista, pelo contrário, as subculturas criadas pelos grupos eram provas da capacidade criativa da classe trabalhadora (McDonnell, 2013). O consumo na visão dos interacionistas é construído nos e pelos grupos sociais. Deste modo, estes teóricos valorizam as relações sociais em detrimento dos determinismos sociais e das abordagens psicológicas.

Não faz muito sentido estudar o consumo a partir do ponto de vista do indivíduo isolado, como faz sentido estudar a ocupação individual dos chefes das famílias. O consumo de bens se dá entre e nos grupos. Os itens domésticos como TV, geladeira, máquina de lavar e fogão são itens de consumo compartilhado. São, neste sentido, das unidades orçamentais e não de pessoas isoladas. O mais interessante nisto é o fato de que a posse destes itens, aparentemente simplórios, fazem diferença nos resultados das pessoas. Neste sentido, vemos a seguir que existe uma estratificação com base no consumo de bens, e que esta segregação coincide, em grande medida, com outros indicadores, como ocupação e escolaridade. Deste modo, não é possível rejeitar a hipótese alternativa de que o consumo de bens é um possível indicador da posição social dos indivíduos.

A unidade orçamental como unidade central de análise

A ideia básica de unidades orçamentais é proveniente de um interesse teórico sobre como lógicas sociais influenciam a gestão dos recursos coletivos na vida social. Esta preocupação com as unidades orçamentais está presente em um dos trabalhos mais antigos de Weber, em sua tese de doutorado, intitulada “Desenvolvimento do Princípio da Articulação da Responsabilidade Geral das Comunidades Domésticas e das Associações Comerciais nas Cidades Italianas”. Esta tese examinou a importância das lógicas legais e sociais na execução orçamental dos recursos familiares, com foco particular nos ganhos relativos a terra (McDonnell, 2013).

O conceito de Unidades Orçamentais, em inglês “Budgetary Units”, de Weber, é um contraponto a noção da economia clássica e da psicologia cognitiva que veem o consumo como uma escolha individual. Weber definiu [Unidades Orçamentais] como grupos orientados para a construção do consumo, caracterizados por alguma forma de consumo coletivo de pessoas que se conhecem há algum tempo. Segundo Weber, as famílias estão orientadas para dois fins: se organizar como unidades orçamentais ou empresas lucrativas, sendo que existem diferenças entre uma unidade orçamental e uma empresa capitalista (McDonnell, 2013).

O mecanismo principal de desenvolvimento do capitalismo na ética protestante tem a ver com a forma pela qual as lógicas religiosas foram alocadas no seio das famílias, a partir do princípio da acumulação de riqueza (McDonnell, 2013). Tanto em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” como no livro “Sobre a História das Parcerias Comerciais na Idade Média com Base em Documentos do Sul da Europa”, Weber mostrou como as unidades familiares coordenavam os recursos, em particular, o consumo, a partir da lógica própria dos grupos.

Em outras palavras, o foco no papel das unidades orçamentais nas transformações sociais apareceu também nos últimos escritos de Weber, em “Economia e Sociedade” - embora Weber não tenha tido tempo para terminar as análises por sua morte prematura (McDonnell, 2013). O conceito de “unidade orçamentária” de Weber oferece um framework para comparação de diversos coletivos sociais voltados para o consumo. Em contraste com as concepções individualistas de consumo, Weber é explicitamente coletivista (McDonnell, 2013).

Weber (1978) definiu uma unidade orçamental como uma organização econômica, fundamentalmente preocupada com a satisfação das necessidades e desejos da família, que, assim como as empresas capitalistas, possuem tanto receitas como despesas. Unidades orçamentais podem derivar rendimento de trabalho, empréstimos, negociações,

investimentos e produções. Entretanto, o lucro não é objetivo das unidades orçamentárias. Estas atividades se ocupam com a satisfação e o consumo no presente e no futuro (McDonnell, 2013). Uma unidade orçamental não se organiza por fatores pecuniários e a sua lógica social é diferente da lógica das empresas capitalistas, dominadas pelo cálculo racional e pela expectativa de lucro (McDonnell, 2013).

A empresa é orientada para o lucro, como para a manutenção e melhoria da rentabilidade e da posição de mercado da própria empresa - assim, possui um fim em si mesmo. O lucro e a duração no tempo da empresa são os seus principais objetivos. Enquanto uma unidade orçamental é orientada para a segurança do patrimônio, como da sua preservação e do foco na produção (Weber, 1978). As estratégias são motivadas por uma destas duas orientações, ou ainda pela junção das duas orientações, a depender do lugar das famílias num continuum entre unidades orçamentais e empresas com fins lucrativos (McDonnell, 2013).

No raciocínio de Weber, qualquer pessoa adulta está envolvida em alguma atividade aquisitiva ao buscar adquirir bens que ainda não possui. A diferença das empresas é que estas são continuamente orientadas para as vantagens do mercado, utilizando-se dos seus bens como forma de garantir alguma margem de lucro, seja através da produção e venda de bens ou a partir da oferta de serviços em troca de dinheiro (McDonnell, 2013).

O que implica uma visão diferente daquela que orienta as unidades orçamentais. É muito diferente a relação estabelecida entre os indivíduos como uma unidade orçamental da relação entre vendedor e comprador, em qualquer mercado. A última é uma relação instrumental, onde existem maiores protocolos e regras, ao passo que a primeira se trata de uma relação mais íntima e menos formal. As regras sociais das unidades orçamentais são mais “frouxas” ou flexíveis.

Desta forma, guardadas as diferenças, a Burocracia é composta por um corpo de funcionários, como ferramentas, arquivos, materiais de escritório etc.; a unidade orçamental é composta de pessoas ou membros que partilham de alguma forma os seus recursos (McDonnell, 2013). A proximidade entre as duas é a ausência, no geral, de objetivos e metas claras de lucro. Embora este possa existir não é a orientação principal das unidades orçamentais, focadas no consumo orçamentário.

Diferente das formas que são desenvolvidas a partir das concepções atuais de consumo, Weber centrou nos grupos sociais que formam as unidades reais de indivíduos, a partir da primazia dos agrupamentos sociais em detrimento das pessoas como unidade atomística. Propôs que as unidades orçamentais são compostas por indivíduos que estão normalmente familiarizados uns com os outros. Como sugeriu que as relações estabelecidas nas unidades

orçamentais são duradouras e não fugazes (McDonnell, 2013). Como proposto por Mark Granovetter (1982), as relações de consumo estão imersas ou entranhadas nas práticas cotidianas dos indivíduos, não existindo fora destas.

Weber (1978) estabeleceu um teste tripartite específico para distinguir as unidades sem fins lucrativos das unidades empresariais. Para ser considerada capitalista são necessários alguns requisitos das organizações. A atividade econômica deve ser: 1) Racional; 2) Calculista e; 3) Orientada para o lucro - a partir das vantagens da exploração de algum mercado. Na visão weberiana, se uma empresa não cumpre qualquer destes requisitos não pode ser categorizada como uma empresa com fins lucrativos. Todavia, embora uma empresa não possa ser baseada em outra orientação que não o lucro, as unidades orçamentais podem ser baseadas no cálculo e na racionalidade, ou ainda podem ser orientadas para a maximização da utilidade marginal associada ao consumo (McDonnell, 2013).

As unidades orçamentais fazem as suas escolhas com base no consumo, como as burocracias, as empresas escolhem o lucro. De tal modo que, a troca pecuniária é o núcleo da ação capitalista. Nos locais onde a troca é menos relevante como um modo de interação social, nas unidades orçamentais, por exemplo, as teorias baseadas no mercado possuem um menor poder explicativo (McDonnell, 2013). A ideia aqui é muito simples, não é possível tratar a ação social exclusivamente pela lógica da racionalidade e do lucro calculado, tendo em vista que a ética do consumo é distinta daquela proposta pelos economistas. O consumo compartilhado entre familiares nas unidades orçamentais é diferente do lucro compartilhado das empresas familiares. A segunda visa, sobretudo, o ganho pecuniário enquanto a primeira visa o consumo de bens. Deste modo, às ciências sociais defendem pressupostos teóricos coletivistas, mas se valem empiricamente de análises individualistas, o que por outro lado não invalida de forma alguma os seus resultados.

A ideia central neste sentido é que a ordenação das unidades orçamentais orientadas para o consumo viola explicitamente os pressupostos canônicos da teoria econômica clássica e neoclássica, da maximização da utilidade. Neste modelo teórico, os indivíduos são racionais, auto-interessados, possuem informação perfeita e operam escolhas exclusivamente ao nível individual. Por isso, os agentes das unidades orçamentais não devem ser tratados exclusivamente como indivíduos maximizadores e racionais, já que na maior parte do tempo são orientados por hábitos e comportamentos partilhados socialmente nas diferentes fases da vida.

Existem assim múltiplas racionalidades e conflitos advindos da disputa por poder e pela tomada de decisão. Ao contrário, na lógica capitalista existe uma hierarquia muito bem definida de funções e atribuições, cujo poder está implícito às funções. Diferente das unidades orçamentais que não derivam da orientação à utilidade. As unidades orçamentais

possuem algum grau de consumo e benefício coletivos, por este motivo, este consumo é compartilhado (McDonnell, 2013).

O consumo visto como uma medida de estratificação tem sido negligenciado pela maioria dos pesquisadores, que se concentraram em fatores como ocupação e renda na tentativa de entender as desigualdades sociais (cf. Torche e Spilerman, 2009;3). Como a maioria das pesquisas se concentrou em uma medida relacionada ao trabalho, estas análises não conseguiram distinguir entre a riqueza em si, associada à noção de estoque, e o lucro, ligado ao fluxo de renda (Torche e Spilerman, 2009:3). Esta é uma limitação da teoria da conquista do status defendida por vários autores no campo da estratificação social; cf. Blau e Duncan (1967), Hauser (1970) e outros.

Nas palavras de Spilerman (2000), o fluxo de renda gerado pela riqueza não requer uma troca por lazer, já que em geral a riqueza não requer uma rotina de trabalho, como a ocupação profissional (Autor, 2021). Da mesma forma, embora a utilidade de um item de consumo esteja ligada ao seu valor de uso, como bem ou serviço, o valor deste mesmo item se estende ao estoque doméstico e pode vir a servir com seu valor de troca em momentos de escassez financeira (Spilerman, 2000), (Torche e Spilerman, 2009; Autor, 2021).

O índice socioeconômico deve ser compreendido a partir da distinção entre três conceitos associados ao padrão de vida - renda, riqueza e consumo (Torche, 2015). A renda capta o fluxo de recursos pecuniários que podem estar sujeitos a variações de curto prazo. A riqueza é um estoque de bens patrimoniais. Enquanto o consumo é o nível de conforto material que a família pode proporcionar, expresso nos bens e serviços utilizados (Torche, 2015). Como o índice econômico se baseia em tais bens e serviços, e não no estoque de riqueza (propriedade), nós o vemos como principalmente associado aos níveis de conforto diário - diretamente correspondente ao nível de consumo doméstico (Torche, 2015).

Resultados

Temos a seguir, a evolução do consumo no Brasil, a partir de uma avaliação de Coortes. As coortes mais novas consomem mais que as coortes mais velhas? Um indicador de que o nosso índice está na direção factual é o consumo em maior grau nas gerações mais novas. Isto devido ao processo de industrialização e modernização ocorrido no Brasil, sobretudo, na segunda metade do século XX. Nesta seção é esperado que os pais dos chefes dos domicílios das coortes mais novas possuam um padrão de consumo mais elevado que os pais dos chefes das coortes mais velhas. É visível que o consumo aumentou nos últimos anos. Nas coortes mais novas há uma menor concentração da pobreza, visível no gráfico com variáveis categóricas. Na coorte entre [25 - 35] é 27%, na coorte [56-64] este valor é

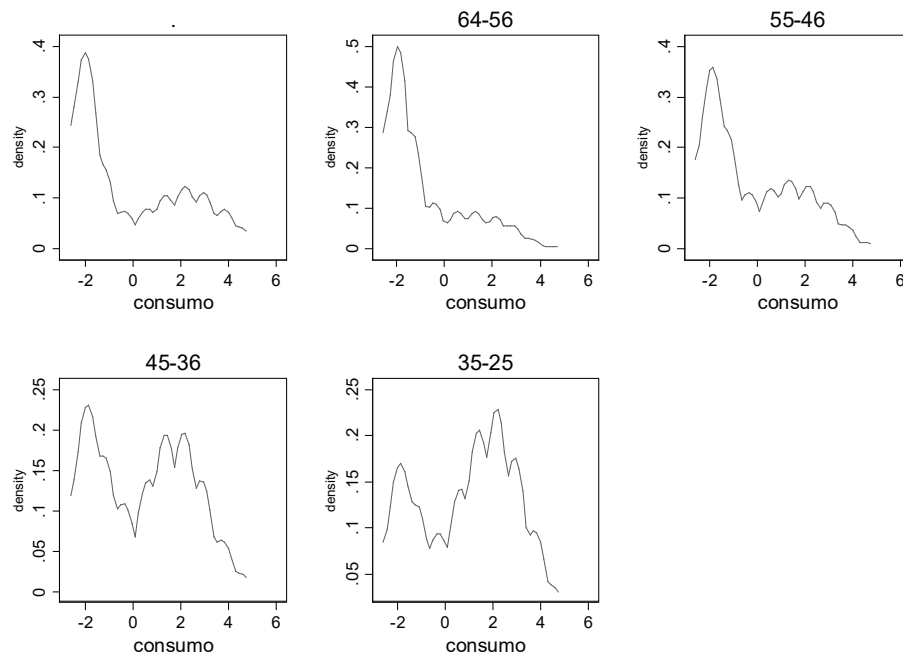
66% de pessoas nesta condição.

O estrato médio também aumentou ao longo do tempo, visto a partir da interpretação da linha “médios”. Diminuiu o número de pessoas consideradas pobres e aumentou o número de ricos, interpretação das linhas “pobres” e “ricos”. Vale ressaltar que a concentração da pobreza, com base no consumo das famílias, diminuiu ao longo do século vinte. Entretanto, vale ressaltar que houve um aumento estrutural do consumo no Brasil ao longo do século vinte, ligado, sobretudo, a fatores tecnológicos. Na coorte [56 - 64] havia 11% de pessoas “ricas”, este valor, na coorte mais nova, entre [25 - 35] era 40%.

Os valores encontrados abaixo mostram a evolução do consumo de bens das famílias que viviam no Brasil. Os valores são referentes as respostas atribuídas por pessoas da mesma família sobre as suas famílias de origem. A interpretação é intuitiva: os valores deslocados ao quadrante esquerdo denotam a pobreza; enquanto os valores deslocados à direita denotam a posse dos itens mensurados. O primeiro gráfico é a média. No segundo e terceiro gráfico vemos uma concentração elevada nas coortes (64-56); (55-46) de valores negativos, mais especificamente no (-2), padrão este visível na média.

Estes gráficos mostram também que nas coortes mais novas, entre (45-36) e (35-25), o consumo aumentou significativamente, sugerindo que fatores estruturais, como: industrialização, crescimento econômico e avanços tecnológicos, afetaram a distribuição social dos bens de consumo. Neste sentido, não é possível dizer por este método de análise se houve melhora dos estratos pobres, médio e ricos. Isto é possível saber se pudermos controlar o crescimento destes diferentes estratos em diferentes períodos. Neste caso, devemos usar uma técnica de mensuração e averiguação [Inter geracional], das posições socioeconômicas, que podem ser medidas de diferentes maneiras, a depender do ângulo de análise.

(Gráfico 1 - Evolução do consumo de bens das famílias que viviam no Brasil)



kernel=epanechnikov, bandwidth=.3857

Fonte: Silva (2008)

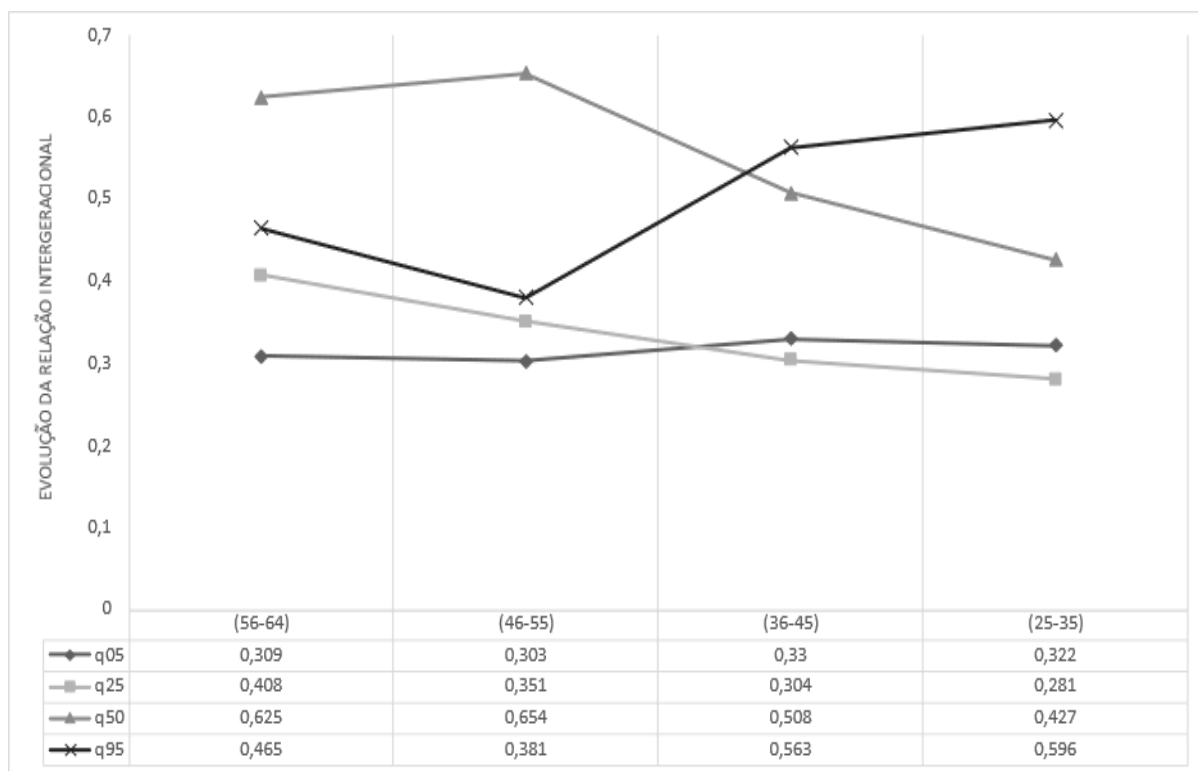
Separamos por grupos de idade os indivíduos e avaliamos o comportamento da associação intergeracional ao longo de diferentes estratos, desde o com menor poder aquisitivo (5) ao com maior poder aquisitivo (95). Pressupõe-se que as pessoas que nasceram logo após a segunda guerra mundial, os baby-boomers tiveram uma configuração social bem distinta daqueles que nasceram ao final da década de 60, na década de 70 e 80. Enquanto na era dos baby-boomers havia um mundo a ser reconstruído, a geração X, que veio logo em seguida sentiu mais o efeito econômico da crise econômica mundial de 1973. A geração Y, da década de 1980, conhecida como a década perdida viveu por exemplo um paradoxo interessante, no caso do Brasil enquanto vivia um momento de abertura social e política vivia ao mesmo tempo um momento de estagnação econômica que se estendeu por toda década de 1990.

O gráfico a seguir mostra a evolução por idade da correlação intergeracional socioeconômica. No eixo Y temos os valores encontrados nas regressões quantílicas e no X a divisão por grupo etário. Os resultados são importantes em dois flancos: avaliar a evolução entre as pessoas com mais recursos, quantil 95, como avaliar a partir de uma medida mais robusta que a média, a mediana, quantil 50. Além, de poder descrever a correlação intergeracional que ocorre nos estratos que possuem menos recursos, quantil 05. Temos também o quantil médio baixo, representado pelo quantil 25, no gráfico 1. Dois resultados são mais

importantes ao meu ponto de vista: 1) questionamos no exercício passado, na tabela 1, se havia uma tendência de queda em termos médios da correlação intergeracional ou se havia uma questão substantiva, perguntamos se “o valor da correlação intergeracional decaiu no grupo etário 25-35 por que estes indivíduos ainda não realizaram a transição para a vida adulta, ou se isso se deva ao fato dos indivíduos estarem estudando mais que os seus pais estudaram, morando em repúblicas, por exemplo.

Ou ainda, se a maturidade foi deslocada para idades menos tenras. Ou se a busca por estes bens de consumo é menor entre os adultos-jovens”. Com o exercício abaixo sou capaz de responder a esta questão com o simples apontamento para o estrato mais alto em análise, o quantil 95. De acordo com os resultados reportados abaixo, no gráfico 1, houve queda ou constância em todos os quantis avaliados (05, 25, 50), salvo no quintil 95, que representa o estrato socioeconômico mais elevado, com base no bem-estar social. Na mediana vemos decréscimo, e estabilidade nos quantis 05 e 25, sem variações importantes.

(Gráfico 2 - Evolução quantílica da relação intergeracional por idade e condição socioeconômica)



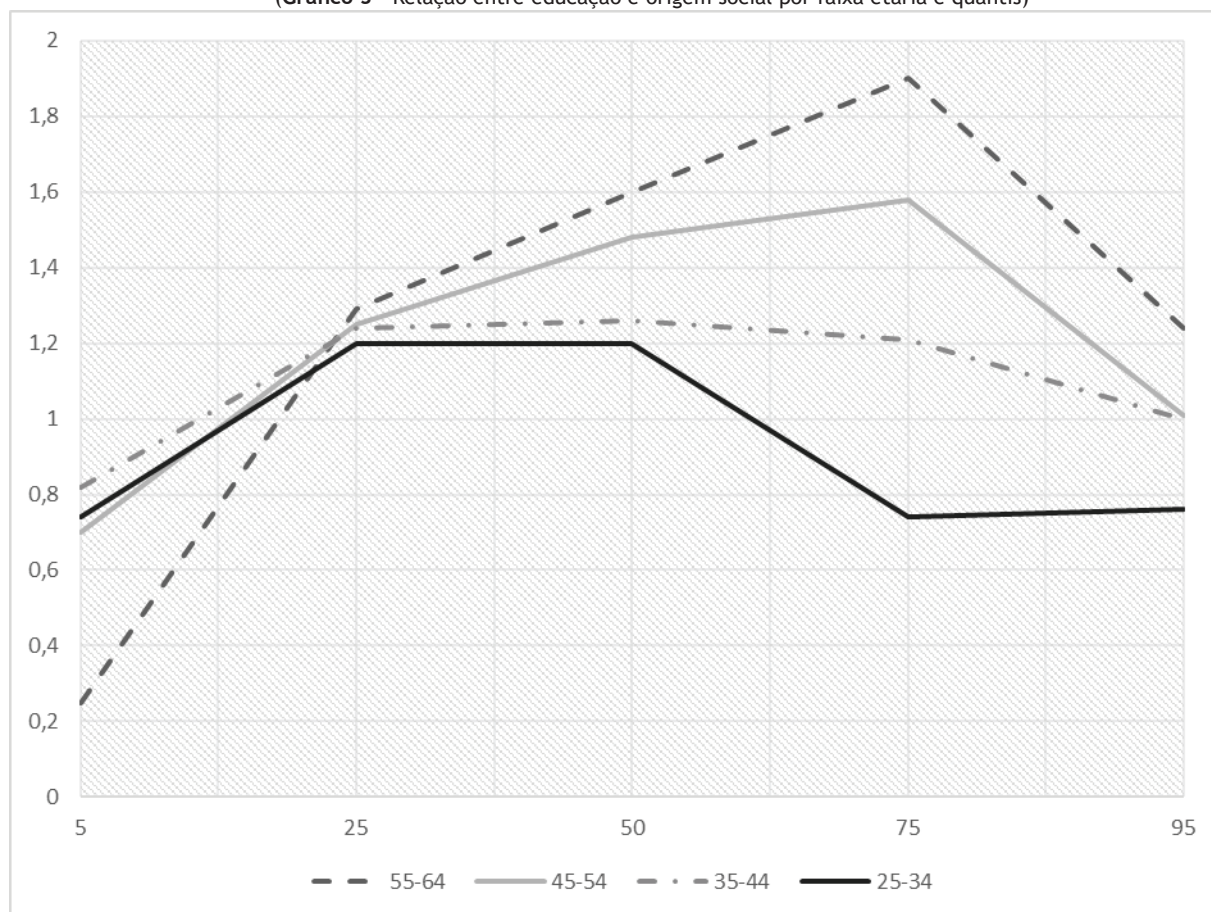
Fonte: Silva (2008)

Do mesmo modo que no teste anterior, separamos por grupos de idade os indivíduos e avaliamos o comportamento da associação intergeracional ao longo de diferentes estratos, desde o estrato com menor poder aquisitivo (5) ao com maior poder aquisitivo (95). No gráfico 5 vemos a relação entre a educação e a origem social por faixas etárias e quantis.

A divisão foi decenal e os resultados apontam para a diminuição do impacto da origem social na educação alcançada, o que pode ser reflexo do aumento da cobertura escolar por parte do poder público, ou seja, aumentaram os investimentos em educação pública, o que retirou em partes todo o efeito que antes era proveniente das famílias, o que indica maior equalização social nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Concluimos assim porque vimos que a distribuição da relação avaliada era maior nas faixas etárias entre 55-64 e 45-64 anos de idade em 2008. Por outro lado, essa relação é menor nas faixas entre 35-44 e 25-34, o que indica diminuição do peso da origem social para o grau de escolarização. A cada mudança em uma unidade para cima no indicador de origem social temos um adicional de quase dois anos de escolaridade para os indivíduos na faixa etária 55-64 no percentil 75%. Tal como para cada mudança em X vemos 0,7% de adicional para os indivíduos na faixa etária entre 25-35 no mesmo percentil, o que denota diminuição do efeito de origem na chance de obter educação escolar.

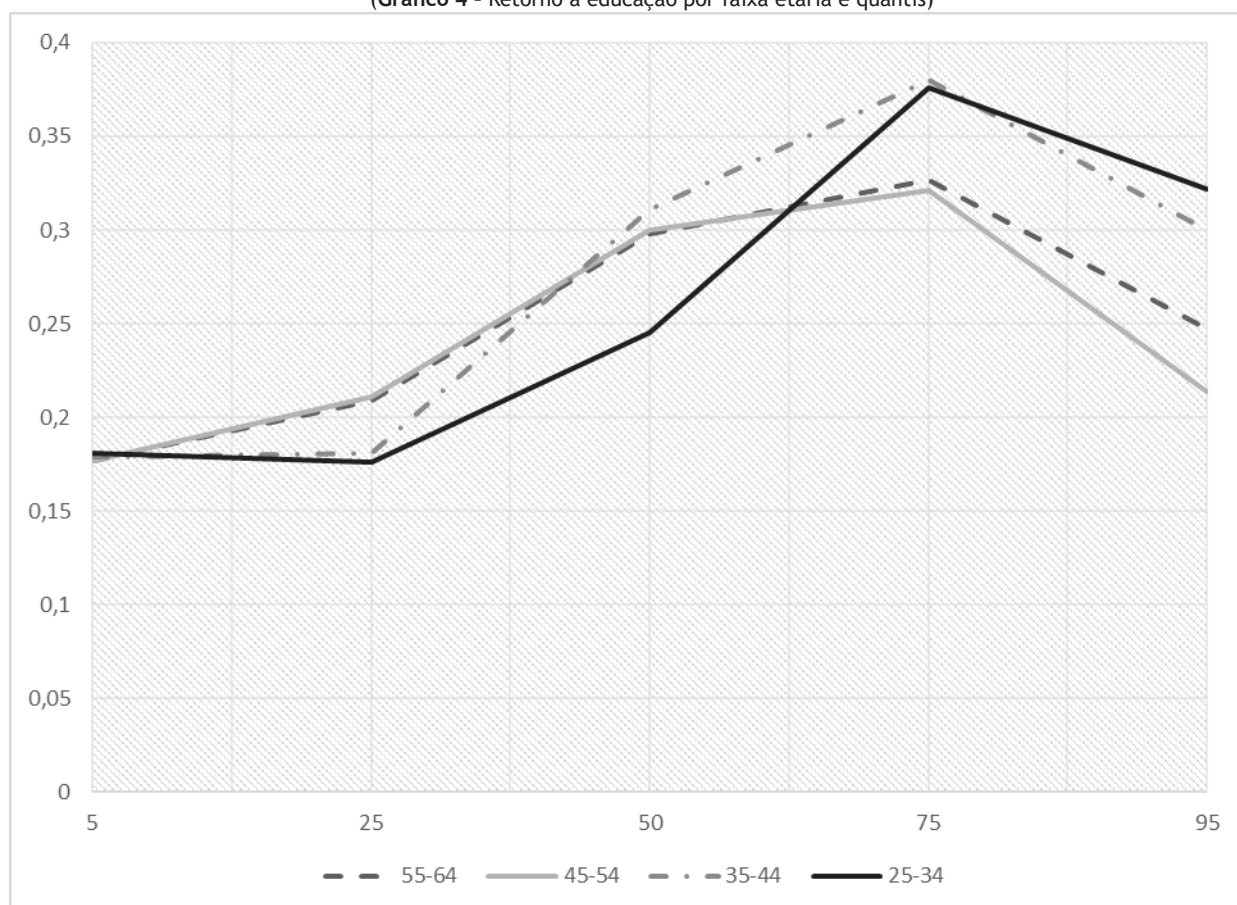
(Gráfico 3 - Relação entre educação e origem social por faixa etária e quantis)



Fonte: Silva (2008)

Da mesma forma que no teste anterior, separamos por grupos de idade os indivíduos e avaliamos o comportamento da associação intergeracional ao longo de diferentes estratos, desde o estrato com menor poder aquisitivo (5) ao com maior poder aquisitivo (95). No gráfico 6 vemos a relação entre bem-estar e educação escolar por faixas etárias e quantis. A divisão do mesmo modo que no gráfico 4 foi decenal e os resultados apontam para uma diminuição mediana do efeito do capital humano no bem-estar, o que pode ser reflexo do fenômeno da inflação de credenciais, o que representa o momento em que a oferta de diplomados em determinada área é superior à demanda por esse tipo de profissional. Entretanto, nos estratos superiores ocorre um movimento diferente, podemos ver o aumento na correlação bem-estar - educação escolar nas gerações mais novas (25-35) e (35-44), o que pode também evidenciar o efeito de uma educação de qualidade, que poucos tem oportunidade de obter. O gráfico 6 evidencia que a relação entre bem-estar alcançado e educação escolar diminui no estrato mais elevado, entre as pessoas que estão entre os cinco por cento com maior bem-estar socioeconômico, medido pelo indicador de bem-estar social, com base no consumo de bens e serviços.

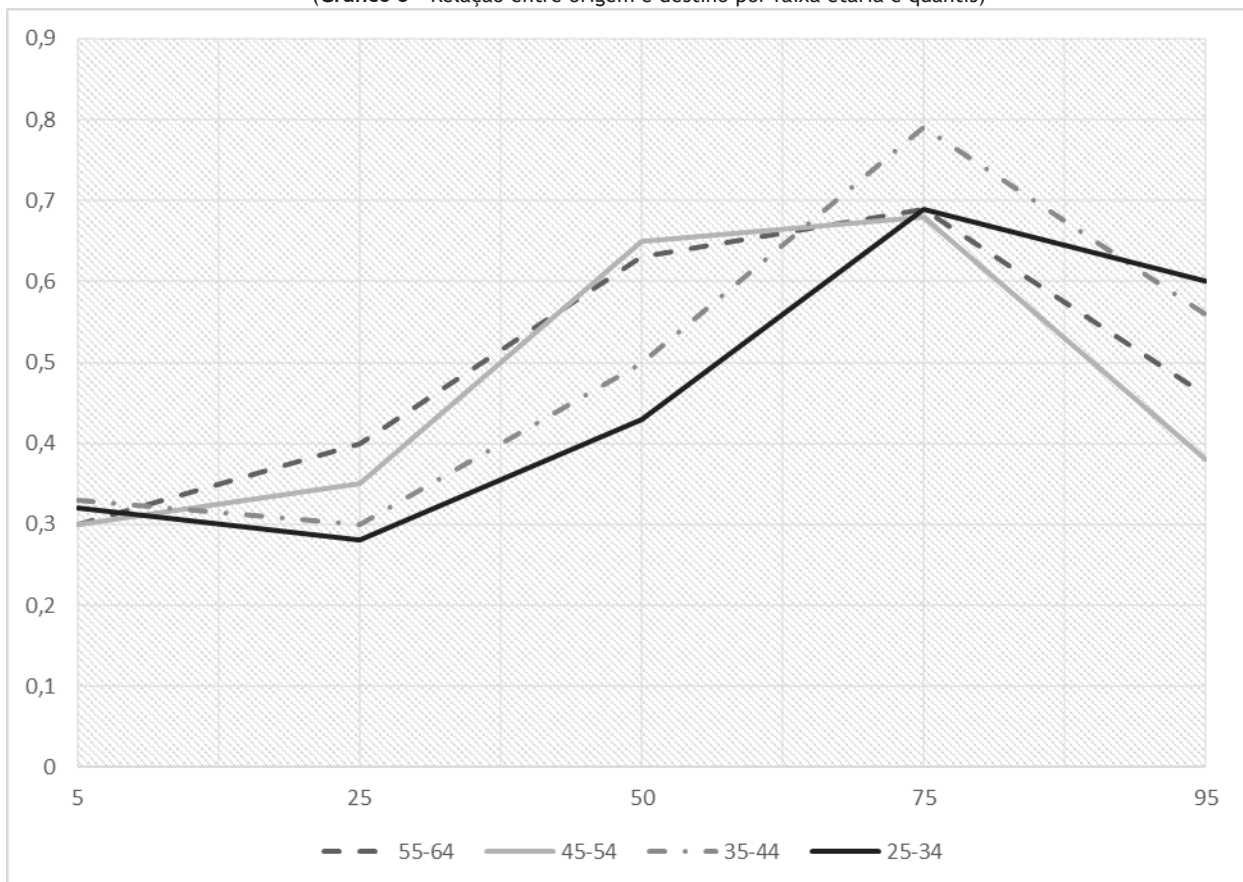
(Gráfico 4 - Retorno à educação por faixa etária e quantis)



Fonte: Silva (2008)

Da mesma maneira que no teste anterior, separamos por grupos de idade os indivíduos e avaliamos o comportamento da associação intergeracional ao longo de diferentes estratos, desde o estrato com menor poder aquisitivo (5) ao com maior poder aquisitivo (95). No gráfico 7 vemos a relação entre origem e destino social por faixas etárias e quantis. A divisão foi também por décadas e os resultados apontam para a atenuação do poder da origem social em determinar o bem-estar dos indivíduos no futuro. Vimos que em termos medianos houve decréscimo da relação intergeracional, ou seja, o Brasil ficou mais aberto ao final do século XX e início dos anos dois mil. Isso ocorreu devido ao aumento dos investimentos públicos em educação, embora ainda sejam investimentos insuficientes para o pleno desenvolvimento social. Uma sociedade próspera se baseia em princípios meritocráticos e os indivíduos que nela vivem buscam o sucesso pela recompensa, o que gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento social. Por outro lado, o Brasil manteve a sua face mais perversa, a concentração de recursos econômicos em poucas famílias, já que existe um teto de vidro com base no bem-estar. O Brasil ficou mais aberto em termos medianos e mais fechado no estrato médio-alto, de 75%, todavia a correlação avaliada decaiu no topo (95%).

(Gráfico 5 - Relação entre origem e destino por faixa etária e quantis)



Fonte: Silva (2008)

Discussão

Este documento propôs uma forma alternativa de avaliar a distribuição social dos recursos materiais e econômicos, com um foco direto na posição socioeconômica. Analisamos a relação entre o consumo doméstico na origem e os resultados socioeconômicos nestes mesmos termos na vida adulta. De modo complementar aos estudos anteriores, elencados no texto acima, avaliou-se a variação ou a evolução da correlação intergeracional do bem-estar em diferentes grupos sociais e em diferentes décadas, após a segunda guerra mundial. A construção do índice de consumo nos permitiu descrever as formas de transferência de recursos entre grupos etários, assim como testar diferentes hipóteses: da importância do consumo de bens como medida monetária e do aumento significativo do consumo no Brasil após 1950.

Os modelos econométricos com diferentes variáveis de controle mostraram um padrão de steady state. Assim, mesmo que haja oscilações ao longo do tempo, o padrão de desigualdade atinge o estado estacionário após passar por comportamentos transitórios de diminuições e aumentos. Dito de outra forma, não há mudanças substanciais entre os grupos etários. Entretanto, a comparação estratificada fez emergir um padrão diferente. Conclui-se que houve diminuição da correlação entre os recursos dos pais e dos filhos nas faixas etárias mais novas, em termos médios e medianos, o que significa que o Brasil tem se tornado um país menos fechado, com base nas chances e oportunidades de mobilidade social.

Por outro lado, houve estabilidade nos estratos mais baixos, o que quer dizer que não existiram mudanças significativas com base nas relações avaliadas. E, por fim, viu-se que aumentou a correlação intergeracional do bem-estar no estrato com maior poder aquisitivo, acima dos noventa por cento. As três conclusões centrais são de que houve diminuição do fechamento social ao longo das décadas em termos medianos, mas, por outro lado, um acirramento das desigualdades que ocorrem no estrato médio-alto (75%) da hierarquia social, vimos também que o crescimento econômico não esteve relacionado com o crescimento social visto.

Se existe uma prescrição deve ser que a análise seja pormenorizada para não incorrer em interpretações equivocadas, como se a diferença nesta correlação fosse linear entre todos os grupos e estratos sociais, o que de fato não é. Este trabalho mostrou a correlação que existe entre os recursos de pais e filhos sob o ponto de vista do consumo de bens e serviços, do mesmo modo que avaliou como ocorreu a evolução dessa correlação ao longo da última metade do século XX nos diferentes estratos sociais. As análises futuras poderiam avaliar esta correlação entre o um por cento da população que possui maior bem-estar

socioeconômico. Do mesmo modo que poderiam ser realizadas análises de gênero e raça/cor para avaliar se existem diferenças nestes sentidos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLAU, Peter; DUNCAN, Otis. (1967), *The American occupational structure*. New York: John Wiley & Sons.

BOGENHOLD, Dieter. (2001), "Social inequality and the sociology of life style. Material and Cultural Aspects Of Social Stratification". *American Journal Of Economics And Sociology*, vol. 60, no. 4, pp. 829-847.

Década? O debate a partir da perspectiva sociológica". *Sociedade e Estado* (UnB).

FERGUSON, N. S.; GOUS, R. M.; IJI, P. A., 2003. Determining the source of anti-nutritional factor(s) found in two species of lupin (*L. albus* and *L. angustifolius*) fed to growing pigs. *Livest. Prod. Sci.*, 84 (1): 83-91

FILMER, Deon; PRITCHETT, Lant. (1999), "The effect of household wealth on educational attainment: evidence from 35 countries". *Population and Development Review*, vol. 25, no.1, pp. 85-120.

FILMER, Deon; PRITCHETT, Lant. (2001), Estimating wealth effects without expenditure data-or tears: an application to educational enrollments in states of India. *Demography*, vol. 38, no. 1, pp. 115-132.

FRIEDMAN, Milton, (1988), *Money and the Stock Market*, *Journal of Political Economy*, 96, issue 2, p. 221-45.

GRANOVETTER, Mark. (1982). The strength of weak ties: A theory revisited. In P. V. Marsden, & N. Lin (Ed.), *Social structure and network analysis* 78 (pp. 1360-1380). London: Sage.

HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson. (2003). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.

HAUSER, Robert. (1970), "Educational stratification in the United States." *Sociological Inquiry*, pp. 102-129.

HEBDIGE, Dick. (2000);.Object as Image: The Italian Scooter Cycle. Pp. 117-154 in *The Consumer Society Reader*, edited by Juliet B. Schor and Douglas B. Holt. New York:New Press.

HOUT, Michael; DIPRETE, Thomas (2006). What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification. *Research in Social Stratification and Mobility*, 24(1), 1-20. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2005.10.001>.

Impresso), v. 27, pp. 387-407.

MCDONNELL, Erin. (2013), *Budgetary Units: A Weberian Approach to Consumption*. *American Journal of Sociology*, vol. 119, no. 2, pp. 307-350.

MCKENZIE, David. (2005), "Measuring Inequality with Asset Indicators." *Journal of Population Economics*, vol. 18, no. 2, pp. 229-60.

RADWAY, Janice. *Reading the Romance: Women, Patriarchy, and Popular Literature*. University of North Carolina Press, 1991. JSTOR, http://www.jstor.org/stable/10.5149/9780807898857_radway. Accessed 27 Aug. 2022.

SAHN, David; STIFEL, David. (2003), "Exploring alternative measures of welfare in the absence of expenditure data". *Review of Income and Wealth*, vol. 49, no. 4, pp. 463-489.

SCALON, Celi. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999, 192p.

SCALON, Celi; SALATA, André (2012), "Uma Nova Classe Média no Brasil da Última

SILVA, Nelson do Valle et al. (2008), "A dimensão social das desigualdades: sistemas de indicadores de estratificação e mobilidade social". Instituto do Milênio, IESP/UERJ/CNPq.

SPILERMAN, Seymour. (2000), "Wealth and stratification processes". *Annual Review of Sociology*, vol. 26, no. 1, pp. 497-524.

SPILERMAN, Seymour; TORCHE, Florência. (2004), "Living standard potential and the transmission of advantage in Chile", in: E. Wolff (ed.), *What has happened to the quality of life in the advanced industrialized nations?* Northampton, MA: Edward Elgar, pp. 214-253.

TORCHE, Florência. (2015), "Intergenerational influences of wealth in Mexico". *Social Forces*, Vol. 94, pp. 563-587.

TORCHE, Florencia. (2019). Educational mobility in developing countries, WIDER Working Paper Series wp-2019-88, World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER).

TORCHE, Florência; SPILERMAN, Seymour. (2009), Intergenerational influences of wealth in Mexico. *Latin American Research Review*, vol. 44, no. 3, pp. 75-101.

WEBER, Max. (1978). *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkeley, CA: University of California Press.

WEBER, Max. (2003), “Family communities and communities of labor”, in: M, Weber, *The history of commercial partnerships in the Middle Ages*. New York: Rowman & Littlefield.

UM OLHAR PARA AS TEORIAS DA PRÁTICA SOCIAL: O DISCURSO COMO PRÁTICA [DE DOMINAÇÃO DO] SOCIAL E SEU AGIR PRÁTICO NAS ORGANIZAÇÕES

ELIZEU BARROSO ALVES⁶

RESUMO

Este estudo busca apresentar uma aproximação entre Andreas Reckwitz e Pierre Bourdieu no sentido de explorar que o social está localizado nas práticas, e as práticas ocorrem dentro de campos. Argumentando assim que o discurso que é um elemento da ação prática estruturante das relações se torna capaz de denotar capital simbólico, influenciando assim as relações da prática, tais como compreensões sobre o que dizer e fazer, regras explícitas, princípios, preceitos e instruções através de estruturas “teleoafetivas” envolvendo fins, projetos e tarefas. E para apreensão deste argumento, apresentamos o método cunhado por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) que se promove como sendo um instrumento capaz de apreender essa relação de influência discursiva nas ações práticas, tendo como foco a prática nas organizações. Para isso, apoiamos-nos nas contribuições de algumas linhas teóricas que versam sobre as teorias das práticas social, que destaca que a lente das teorias das práticas social não opera com uma lógica do cálculo utilitário de consequência.

Palavras-chave: Teorias das Prática; Discurso; Poder; Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

This study seeks to present an approximation between Andreas Reckwitz and Pierre Bourdieu in order to explore that the social is located in the practices, and the practices occur within fields. Arguing thus that discourse that is an element of the structuring action of relationships becomes capable of denoting symbolic capital, thus influencing the relations of practice, such as understandings of what to say and do, explicit rules, principles, precepts, and instructions through “teleoaffective” structures involving purposes, projects and tasks. And for the apprehension of this argument, we present the method coined by Rosa, Paço-Cunha and Morais (2009) that is promoted as being an instrument capable of apprehending this relation of discursive influence in practical actions, focusing on practice in organizations. To this end, we rely on the contributions of some theoretical lines that deal with theories of social practices, which emphasize that the lens of social practice theories does not operate with a logic of utilitarian calculation of consequence.

Keywords: *Theories of Practice; Speech; Power; Organizational Studies.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao trazer para discussão as teorias da prática social, temos que localizá-la ante a visão hegemônica de se fazer ciência social em Estudos Organizacionais (EORs), principalmente na questão ontológica e epistemológica do fazer científico. Assim, podemos exemplificar essa predominância nos estudos, apresentando a teoria tradicional, sob luz da teoria sociológica funcionalista de Émile Durkheim (1858-1917), que em seu cerne tem influência da Filosofia Positiva de August Comte (1798-1857), na ênfase ao poder da razão e na superioridade da ciência positiva. O que para Sell (2001, p. 30) significa que, segundo essa abordagem, “a realidade social é idêntica à realidade da natureza e que, portanto, equipara-se também aos fenômenos por ela estudados”.

Nicolini (2013) relata que embora ainda não exista um corpo teórico, coerente e unificado que possa ser chamado de ‘Teoria da Prática’, diversos autores, ao longo do tempo, construíram teorizações que deram origem a escritos das mais diversas áreas, tendo como foco a prática, (SCHATZKI, 2002; RECKWITZ, 2002; WARDE, 2005; GHERARDI, 2009), assim, representantes de diversas escolas de pensamento têm contribuído para a compreensão do principal papel da prática na realidade social. Nesse caso, nas teorias das práticas, temos que o social está localizado nas práticas, ou seja, a menor unidade social de estudo é a prática (RECKWITZ, 2002).

Com isso, um estudo que se apresente pela lente das teorias da prática social não opera com uma lógica do cálculo utilitário de consequência, onde a sua relação instrumental é sempre no sentido de se há tais circunstâncias de implicação em ‘a’ deve-se esperar a ocorrência em ‘q’, de forma determinada, em outras palavras é a forma que a ciência tradicional - de base a ciência natural - sendo utilizada para responder as questões sociais (HORKHEIMER, 1991). Karl Marx (1818-1883) introduziu a ideia de que para entender a ação humana é preciso focar nos contextos social e histórico desta ação. Somente considerando a totalidade concreta de atividades interligadas em que as atividades socialmente produtivas são o ponto de partida pode-se compreender o sentido da ação humana (NICOLINI, 2013).

Nicolini (2013), ainda relata que o discurso é uma forma de ação, um agir na prática, ou seja, uma forma de fazer as coisas acontecerem no mundo e não uma mera forma de representá-lo. Assim, o discurso não pode ser distanciado na ação da prática - prática discursiva e prática como ação - porque o discurso não é algo que está fora do agir, ele é a constituição e a contribuição para a construção de sujeitos, objetos, e conceitos, identidades sociais e nas relações sociais entre as pessoas e seus contextos (FAIRCLOUGH, 2001).

O que possibilita caracterizar o discurso como uma prática, é que as estas relações

remetem para o dizer e o fazer dizer, relacionando-se a realização de atividades, ações e um modo de comportamento (OLIVEIRA, 2003). E, Bourdieu (1996) apresenta que o discurso como ação prática estruturante das relações, e assim o sendo, capaz de denotar capital simbólico.

Diante disso, temos como objetivos nesse estudo:

- (i) introduzir algumas linhas teóricas que versam sobre as teorias das práticas social;
- (ii) apresentar uma aproximação entre Reckwitz e Bourdieu no sentido de explorar que o social está localizado nas práticas, e as práticas ocorrem dentro de campos;
- (iii) entender como o discurso - que é um elemento da ação prática estruturante das relações - se torna capaz de denotar capital simbólico, influenciando assim as relações da prática, tais como compreensões sobre o que dizer e fazer, regras explícitas, princípios, preceitos e instruções através de estruturas “teleoafetivas” envolvendo fins, projetos e tarefas; e por fim,
- (iv) apresentar o método cunhado por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) como um instrumento capaz de apreender essa relação de influência discursiva nas ações práticas, tendo como foco a prática nas organizações.

O ensaio está estruturado em 5 seções além dessas considerações iniciais na segunda buscamos apresentar uma introdução à teoria das prática social; na terceira ateremos a praxeologia de Pierre Bourdieu (1930-202), aproximando seu conceito de prática com a análise desenvolvida por Andreas Reckwitz (1970-) das teorias da prática, entendida como teoria cultural, contribuindo para a compreensão da prática enquanto unidade de análise do social; na quinta parte apresentamos uma a compreensão da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (1941-), e o método teórico-empírico para a conciliação de Bourdieu-Fairclough, proposto por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) que visa apresentar que os conceitos chaves de Bourdieu podem ser apreendidos pela análise crítica do discurso, isso sob o olhar das organizações; e, por fim, apresentamos nossas reflexões finais.

2. UMA AVENTURA INTRODUTÓRIA SOBRE AS TEORIAS DA PRÁTICA SOCIAL

Na virada interpretativa, a prática foi alçada como a possibilidade de se tornar a categoria de análise sendo fruto da *Practice Turn* movimento da década de 1970 onde os estudos se voltaram para esse foco de estudar os fenômenos sociais com essa lente (SCHATZKI; KNORR CETINA; VON SAVIGNY, 2001). Na década de 1970, as abordagens orientadas à prática tornaram-se cada vez mais influentes e aplicadas à análise de fenômenos tão

diferentes como a ciência, a formulação política, a língua, a cultura, o consumo e a aprendizagem (NICOLINI, 2013). Ortner (2006) apresenta que a teoria da prática social tem como objetivo promover superações de dicotomias, tais como estrutura *versus* agência, objetivismo *versus* subjetivismo, holismo *versus* individualismo.

Dessa forma, quando se pensa no estudo da prática social temos que tal modelo se baseia em oposição aos modelos individualistas, sendo que a forma a ser apreendida é de uma abordagem de práticas que se concentram nas interações entre indivíduos e as estruturas sociais, onde os grupos realizam suas atividades interativas de práticas para renovar e reproduzir a ordem social, superando assim o dualismo de agentes e estruturas (GHERARDI, 2012; BUEGER; GADINGER, 2015; BÍSCOLI; DURANTE; BULGACOV, 2016). “O conhecimento, o sentido, a atividade humana, o poder da ciência, a linguagem, as instituições sociais e a transformação humana são componentes do campo da prática” (SCHATZKI, 2001, p. 2). A prática, como fenômeno social, é aberta, no sentido de seu caráter processual, em determinado espaço e tempo, uma vez que as práticas são dinâmicas, e os arranjos se formam dependendo do contexto em que se inserem.

Ortner (2006) apresenta que as teorias da prática começaram a ganhar corpo a partir dos anos 70-80, em decorrência das publicações de 3 autores: Pierre Bourdieu (1930-2002), Anthony Giddens (1938-) e Marshal Sahlins (1930-), em parte de que cada qual desenvolveu uma teorização pautada nas interações entre as práticas de atores sociais “na vida concreta” (on the ground). Valendo ressaltar que até então a prática não estava como protagonista em dar respostas aos estudos organizacionais.

Nicolini (2013), traz para a discussão outros autores que segundo ele deram base para a discussão sobre a redescoberta da prática, entre os quais: (i) Karl Marx (1818-1883) que introduziu a ideia de que para entender a ação humana é preciso focar nos contextos social e histórico desta ação; (ii) Martin Heidegger (1889-1976) que apresenta que a dimensão ontológica básica de nosso ser no mundo é, de fato, significativamente estruturada por uma textura de práticas materiais e sociais que permanecem impensadas como tais, mas que nós mais ou menos partilhamos; (iii) Ludwig Wittgenstein (1889-1951) - em sua vida madura - que traz o significado de um ato, tanto quanto o significado das palavras é estabelecido no contexto prático em que ela aparece; e (iv) Friedrich Nietzsche (1844-1900) apresentando que o ser humano não é apenas um sujeito pensante, mas alguém que inicia uma ação e é um centro de sentimentos.

Com isso, quando um pesquisador inicia seu empreendimento em pesquisa sobre a prática social, este deve de antemão assumir que saímos de uma visão ontológica de separação entre sujeito e objeto - e de uma realidade dada - para uma visão ontológica, epistemológica e metodológica alternativa a visão hegemônica. Por exemplo, Gherardi (2012) parte

de um pressuposto de que a realidade pode é socialmente construída na relação entre sujeito e objeto. “O social não está em lugar nenhum em particular como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular em qualquer lugar como um movimento que liga coisas não sociais” (LATOURE, 2012, p.158). Nesse caso, Latour sugere que o caminho a ser empreendido é seguir os atores em seus entrelaçamentos com coisas.

Bueger e Gadinger (2015) apresentam seis compromissos fundamentais da teoria da prática, sendo eles (i) as teorias de prática enfatizam o processo sobre a dimensão processual da prática e que qualquer processo requer atividade; (ii) as teorias de prática oferecem uma perspectiva distinta sobre o conhecimento. Eles situam o conhecimento na prática e, assim, desenvolvem uma conta unificada de saber e fazer; (iii) as teorias de prática compreendem o conhecimento e a aquisição de conhecimento através da aprendizagem como processos inerentemente coletivos; (iv) as práticas têm materialidade, onde os órgãos são o principal operador de práticas, mas não são o único, pois artefatos materiais ou tecnologias também podem ser portadores de práticas; (v) a ordem social é apreciada como uma multiplicidade. Em vez de assumir o universal ou atacados globais, o pressuposto é que sempre há múltiplas e sobrepostas ordens; e (vi) as teorias da prática adotam uma compreensão performativa do mundo. O mundo depende da prática. Este ‘mundo do tornar-se’ é o produto do estabelecimento, reconstituição e manutenção contínua de relações entre atores, objetos e artefatos materiais.

Essa nova visão e possibilidade de produção de conhecimento de uma forma não tradicional nos é propícia, pois entendemos as teorias da prática como uma teoria cultural, sendo que, a cultura regula a atribuição de significado aos objetos e fornece procedimentos para compreendê-los (RECKWITZ, 2002), sendo essa regulação podendo ser atribuída a linguagem.

Bueger e Gadinger (2015) apresentam que em vez de entender a ordem social como a coordenação das ações através de normas e regras, as abordagens culturalistas se concentram em entender o que faz os atores acreditarem que o mundo é ordenado em primeiro lugar e, portanto, torna-os capazes de atuar dentro dele. Essa capacidade de entender o mundo como ordenado pressupõe uma camada de regras simbólicas e significativas, isto é, a cultura, e com isso as abordagens culturais permitem que os analistas abordem questões de ordem social que eludem estruturas alternativas. E a racionalidade instrumental reduz tais aspectos ao omitir padrões de ações coletivos (RECKWITZ, 2002).

Assim, o olhar para a prática nos traz que está se constitui de forma coletiva, e não com o seu olhar no individual, Schatzki (2012), apresenta que apesar de existir diversas ‘teorias’ da prática, o que há em comum em todas dela é a unidade de análise, que é justamente a prática, a prática social que são atividades humanas e não humanas organizadas, ou seja,

as práticas também podem envolver uma ‘estrutura interobjetiva’, por exemplo, quando os atores aprendem uma prática através da interação com uma máquina ou computador sem necessariamente se comunicar com outras pessoas (RECKWITZ, 2010).

Nas organizações esse viés de olhar as práticas, saindo da visão de que as organizações são ‘coisas’ para a visão de que elas são um processo social, de visão processual das questões organizacionais onde se ocorre as práticas (Nicolini, 2013), e que segundo Vizeu (2010) essa visão é fruto de abordagens e alternativas que surgiram no campo de estudo contra o mainstream da ciência tradicional.

A preocupação com aquilo que as pessoas “realmente fazem” nas organizações não é algo necessariamente novo no campo dos estudos organizacionais. Tal preocupação está presente no campo desde os Estudos de Hawthorne, quando se procurou primeiro entender o efeito da luminosidade e, na sequência, a questão do fator humano como componente essencial do trabalho das pessoas (LEMOS; ALCADIPANI, 2015, p.80)

Assim, com a atual lente de se entender as organizações como campos de práticas, torna-se possível, segundo Nicolini (2013) uma nova visão compreensiva dos fenômenos organizacionais, pois para ele a maioria das teorizações até então das organizações, tornaram-se abstratas, e se distanciaram das concretudes das atividades de que fato ocorrem em seu dia a dia. “A valorização da prática no campo dos estudos organizacionais segue um movimento das Ciências Sociais, interessado no cotidiano, na rotina diária, na vida realmente vivida” (CANOPF; CASSANDRE; APPIO; BULGACOV, 2016, p.9)

2.1 NICOLINI E LATOUR: UMA FORMA DE EXEMPLIFICAR OLHARES E CONCEPÇÕES DIFERENTES SOBRE AS TEORIAS DA PRÁTICAS

Não há dúvidas que Davide Nicolini e Bruno Latour trouxeram suas reflexões que oxigenaram a forma de se apreender os fenômenos pela prática social. Por exemplo Nicolini traz em sua obra de 2013 denominada ‘Practice theory, work, and organization: An introduction’ na qual faz uma revisão do se entender práticas sociais e como a visão de diversos autores podem contribuir no entendimento de construção de conhecimento através delas. O autor vai apresentar desde o legado do pensamento clássico grego, o rebaixamento da prática na tradição ocidental e a sua redescoberta com autores como Marx, Heidegger e Wittgenstein, no qual não são conhecidos como os ‘autores primazias’, porém para Nicolini, estes autores seminais são base para muitas teorias contemporâneas sobre prática (NICOLINI, 2013).

Em sua obra, Nicolini traz uma discussão ontológica, a qual denominou como ontologia plana, no sentido de que se contrapõe com a percepção de teorias abstratas que segmentam o social em ‘micro-meso-macro’; e da mesma forma, do ponto de vista epistemológico há

o rompimento da dicotomia sujeito-objeto.

Do ponto de vista metodológico Nicolini (2013) propôs uma estratégia de análise muito coerente com a concepção de prática situada e contextualizada. Ele sugere ao pesquisador olhar/descrever/analisar as práticas sócias no cotidiano, identificando os elos entre as práticas e revelando as malhas que constituem o social (zoom in) e na sequência, ele sugere o zoom out ampliando-as no espaço e no tempo e garantindo uma análise contextual.

Quando se traz Bruno Latour para a discussão, de antemão já temos um olhar diferenciado para o social, não este sendo um mero fenômeno ou adjetivo, e sim um processo de associação e um tipo de material que ele vai ao longo de sua obra 'Reagregando o social' - edição brasileira de 2012 - indicando que o caminho para o entendimento do social pela lente das práticas é seguir os atores (LATOURE, 2012). Na obra ele vai desvendar as 'incertezas' as quais são mantras em uma visão sociológica funcionalista para depois apresentar a sua percepção de ator-rede, em seus contextos, e um campo feito de mediadores e intermediadores. Latour contrapõe a Sociologia Funcionalista, de inspiração positivista ao afirmar que afirma que "deve-se manter o social plano, rompendo com a dicotomia micro-macro, onde este apresenta que o real não existe nas interações (LATOURE, 2012, p.244), criticando assim essa visão da sociologia tradicional e seu modo de conceber o mundo social tal qual se concebe o mundo natural, físico, biológico, a qual denomina tradicional para com sua ontologia que faz além da discussão do sempre viés: "Sujeito versus Objeto".

Com isso, já contemos esse extraordinário avanço ontológico em Latour⁷ (2012) e em Nicolini (2013) que vem quebrar vários paradigmas, e assim, temos essa visão refletidas em epistemologias para a construção do conhecimento nessa opção de se acurar o Social. Nesse sentido, o autor apresenta a forma de se olhar para um novo empirismo, que o denominou de 2º empirismo.

O empirismo já não aparece como o solido alicerce sobre o qual se poderia erigir tudo o mais, mas sim como uma interpretação muito pobre da experiência. Essa pobreza, entretanto, não pode ser superada afastando-se da experiência material - por exemplo, para a "rica subjetividade humana"-, mas aproximando-se daquilo que as variegadas vidas materiais têm para oferecer. Não é verdade que se deve combater o reducionismo adicionando algum "aspecto" humano, simbólico, subjetivo ou social à descrição, já que o reducionismo, para começar, não trata com justiça os fatos objetivos. O que se poderia denominar o primeiro empirismo conseguiu, por razões políticas, obscurecer as numerosas marchas e contramarchas da objetividade e reduzir os não humanos a sombras. (LATOURE, 2012, p. 164)

⁷ Vale ressaltar que versão da EDUFBA e da Edusc chega com sete anos de atraso em relação à original, escrita em inglês, no ano de 2005. Com isso, temos que em questão de obras, a de Bruno Latour veio primeiro, onde na obra de Nicolini ele faz citação a obra de Latour.

De fato, com essa outra visão ontológica e epistemológica, temos que isso se refletirá no método para a apreensão desse empírico. Como método, Latour (2012) sugere que se siga os atores dentro de suas associações em redes, vendo inclusive que em certas associações existem os intermediários - aqueles que são um elo constitutivo dentro da associação, no sentido de passividade - e os mediadores que de fato mudam, alteram e criam novas associações.

Schatzki (1996, 2002, 2005), introduz a sua concepção ontológica que denominamos aqui de uma ontologia das práticas sociais posicionando-a em um conjunto mais amplo que ele chama de ontologias contextuais (site ontologies). Nesse conjunto, ainda que não tenham sido originalmente “batizadas” com esse nome, poderiam ser incluídas, apesar de suas diferenças, abordagens que têm em comum o argumento de que a análise social deve partir de arenas (contextos) sociais e coletivas de ação – campos semânticos (Taylor, 1985), campos discursivos (Laclau; Mouffe, 1985) ou simplesmente campos (Bourdieu, 1996) – que fornecem e suportam os significados nos termos dos quais as pessoas vivem, interagem e coexistem de maneira inteligível (LEMOS; ALCADIPANI, 2018, p.81)

Assim, Bruno Latour e Davide Nicolini trouxeram além de um apanhado histórico uma reflexão sobre o social, e o seu desvendar através das práticas. E, após a apresentação ampla de práticas sociais, vamos aqui fazer um recorte, apresentando o elemento discurso Reckwitz (2002) para representar um olhar a prática social, em uma percepção que estas ocorrem com campos de poder como explicitado por Bourdieu (2001).

3. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO DE RECKWITZ E BOUDIEU PARA A COMPREENSÃO DO DOINGS AND SAYINGS

Antes de adentrar em Bourdieu, se faz necessário voltarmos para Reckwitz (2002) que em sua obra *Toward a Theory of Social Practices* que faz a comparação entre a Teoria da Prática e outras vertentes de teorias culturais, onde defende que a teoria da prática é uma teoria cultural e caracteriza a diferença de concepções do social entre elas, como o Mentalismo (o social está localizado na mente do indivíduo), o intersubjetivismo (o social está localizado nas relações) e o textualismo (o social está localizado nos símbolos).

Aqui, nos concentraremos em suas explicações dos elementos da teoria da prática para (i) corpo, mente e agente sendo os carregadores das práticas; (ii) coisas sendo os artefatos das práticas; (iii) Conhecimento como as representações das práticas, sendo a sua história; (iv) discurso como um tipo de prática; e (v) as estruturas e processos como meio de rotinização (RECKWITZ, 2002). Assim, voltamos nosso olhar para o elemento discurso, e concordamos com Nicolini (2013, p. 189), quando este relata que “em termos de teorias

da prática, há várias razões para reservar uma atenção especial ao discurso”.

Na questão do elemento discurso, temos que no Mentalismo, ele é uma competência mental que é expressa por meio da linguagem, já no Textualismo, ele serve para identificar os símbolos presentes no meio social; e no Intersubjetivismo ele é o produto da interação simbólica entre os agentes (RECKWITZ, 2002). Assim, esse olhar para o elemento discurso de mostra diferente nas abordagens apresentadas.

Segundo Reckwitz (2002, p. 249):

As práticas são comportamentos rotinizados que consistem de muitos elementos interconectados um ao outro como, por exemplo: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, “coisas” e seus usos, ou seja, um conhecimento fundamentado na forma de compreender o know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional.

Dessa forma, apresenta-se o elemento discurso, que segundo Nicolini (2013) que apresenta o legado de Wittgenstein nas teorias da prática como uma configuração de *intelligibility*, isto é, a capacidade de entende-la, ou então o discurso dentro de uma noção de *habitus* bourdieusiano sendo o produtor da prática, e aquela que desponta a sua natureza estável e mutável.

A linguagem é o agir prático dentro de uma lógica de prática social. Assim, temos que nossas atividades estão subordinadas a determinadas convenções, instâncias e instituições sociais que condicionam e demarcam o que se pode e o que não se pode fazer, oferecendo guias para ações e intenções, e é através da ação prática e das interações dos jogos de linguagens que temos o discurso em ação (WITTGENSTEIN, 1979).

O discurso é uma prática articulada com outras práticas também emolduradas na ordem da capacidade discursiva. Discursos relacionados com outros discursos que se retroalimentam, que se interpelam, que se interrogam; discursos aos quais surpreender, descobrir e saquear; discursos produtores de outros discursos; discursos que se transformam, mas aos que também é possível transformar (IÑIGUEZ, 2004, p.94).

Na questão de discurso como prática social, trazemos um resgate de Pierre Bourdieu (1930-2002), que apresenta as práticas se referindo ao que as pessoas fazem em sua vida cotidiana, onde este revela suas ideias de Campos, Capital e *Habitus*.

Enquanto ambos, Giddens e Bourdieu, colocaram a práxis no centro do fenômeno social, foi para o último que alguém tem que se voltar, para encontrar não somente uma abordagem da prática social pensada, mas também uma teoria das práxis completamente desenvolvidas

(...)

Prática, ou melhor, práticas, são para Bourdieu uma peculiar, teoria carregada, porque se refere ao que as pessoas fazem em sua vida cotidiana. (NICOLINI, 2013, p.53).

Na questão de *habitus*, tem-se como um sistema das “disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191). É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações.

Com isso, intentamos aproximar essa concepção de *habitus* a concepção de prática de Reckwitz (2002) onde o *praktik* (*prática em alemão*) é comportamento rotineiro que consiste de vários elementos interligados entre si, e um nexos de fazer e dizer (*doings and sayng*), envolvendo corpo, mente, coisas, conhecimento, discurso e linguagem, estrutura e processo. Assim, as práticas são as estruturas de processos formadores de *habitus*, vista como a influência para com a rotinização, ou seja, é a estrutura dos processos.

Isso remete à questão de “campo” que, para Bourdieu (2005), têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. Em outras palavras:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2001, p. 179).

Com isso, temos o que Bourdieu (2001) defende como a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam fazer uso do poder.

O capital simbólico - outro nome da distinção - não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2001, p. 145).

Assim, entende-se que tal capital simbólico deriva de um poder simbólico que para Bourdieu (2001, p. 9; 177, grifo do autor):

Um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um fide, uma auctoritas, que lhe confia pondo nele a sua

confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. [...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”.

Tal poder simbólico deriva das atuações e relações práticas dos sujeitos, onde seus conhecimentos (representações das práticas) são adquiridos de suas experiências diárias e são compartilhados com os membros de determinados grupos para que sejam utilizados na busca de soluções práticas para um determinado problema, assim a prática é intrinsecamente coletiva ao envolver os membros por meio de atividades que eles realizam e que as realizam porque fazem sentido para eles (GHERARDI, 2009). Assim, “dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos. Não há como negar que as assimetrias existem; mas de onde vem e de que são constituídas?” (LATOURET, 2012, p. 98).

Na questão das palavras e discursos, Bourdieu (1996, p. 87, grifo nosso):

O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido.

E no objetivo do discurso, temos:

Quando produzo um determinado discurso, preocupo-me mais ou menos com o efeito que ele vai produzir naquele a quem eu o dirijo. A antecipação do preço que meu discurso receberá ajuda a determinar a forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação. (BOURDIEU, 2000, p. 53).

Assim, para que isso aconteça, Bourdieu (2001) afirma ser necessária a presença de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais. Entre as instituições que contribuem para essa reprodução, o autor assinala os ritos de instituição que criam separação entre os “iniciados” e os “não-iniciados”, que aqui podemos interpretar como tempo de empresa ou prestígio político, por exemplo.

Os discursos não emanam do interior de sujeitos, nem tão pouco são uma inoculação ideológica que determine o pensamento desses mesmos sujeitos. Os discursos articulam o conjunto de condições que permitem práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades, que fazem surgir regras e mentem relações. Definitivamente, as práticas discursivas deixam claro que falar não é só algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala. (IÑIGUEZ, 2004, p.94-95).

Bourdieu é importante nessa discussão do discurso como prática, pois, segundo Hanks (2008, p. 34), ele “se envolveu em inúmeros debates sobre temas fundamentais tais como razão, intencionalidade e pensamento político” e seu “esforço foi conjugar teoria e análise em uma sociologia fundamentada empiricamente”. Em tais circunstâncias de estudo nos é de grande valia utilizar das concepções de tal autor, principalmente se alinharmos aos estudos de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 81) que afirmam que:

Pierre Bourdieu e a análise crítica do discurso (ACD) desenvolvida no âmbito da linguagem crítica. Ambas as perspectivas se aproximam na medida que percebem a linguagem como uma prática social, mediada pelo poder e dependente de um contexto social de produção.

Por fim, entendemos que as organizações enquanto campos simbólicos de poder nos quais as pessoas convivem em constante interação mediadas pela linguagem e, assim, constroem significado e sentido para suas atividades cotidianas (HATCH; YANOW, 2003), o que para nós é o agir na prática. Aprofundaremos esse raciocínio adiante, quando traremos Fairclough para nossa discussão.

5. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO E INFLUÊNCIA DAS AÇÕES PRÁTICAS

Partimos da reflexão de que o discurso é um elemento para a realização das práticas no sentido de as práticas discursivas não são vistas como maneiras de representar o mundo, mas sim como formas de intervir e agir nele. Se faz necessário a indagação se é possível haver formas de dominação para o seu uso, pois pode-se considerar que as práticas discursivas, na mobilização do discurso é o que torna as condições para a concretização da ação nas relações de práticas (Gherardi, 2012).

Nicolini (2013) apresenta que o estudo do discurso pode oferecer insights fundamentais para a compreensão geral da prática, pois ao longo das últimas cinco décadas, uma série de programas de pesquisa tem desenvolvido a ideia de que o discurso é, antes de tudo, uma forma de ação, uma forma de fazer as coisas acontecerem no mundo e não uma mera forma de representá-lo.

Uma forma é o olhar crítico para o discurso, oriundo de uma epistemologia não funcionalista, onde Nicolini (2013, p. 198) nos apresenta que os autores da Análise Crítica do Discurso (ACD) “ênfaticam a natureza política e constitutiva do discurso, bem como o seu papel central nos mecanismos de poder e na mudança social”. Mudança essa localizada e

contextualizada nas práticas.

Por exemplo, Fairclough (2001) entende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, e o sujeito da linguagem (a partir de uma perspectiva psicossocial), tanto propenso ao moldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Dessa maneira, o sujeito ora se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas. Com isso, ele a ressignifica e a reconfigura. Logo, a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela. “A ACD deu ênfase ao estudo daquelas ações sociais que pomos em prática através do discurso, como abuso do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais (IÑIGUEZ, 2004, p.118).

A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso (compare-se a análise da conversação), mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58).

Fairclough (2001) completa salientando que as práticas discursivas - ao serem produzidas e reproduzidas -, se naturalizam e vão ganhando aceitação social, tornando-se hegemônicas. Cada ação realizada na dimensão social configura um ‘texto’, e os ‘discursos’ que são praticados socialmente são, por sua vez, compostos de ‘textos’, que se vinculam interativamente (em retrospecto, em contemporaneidade, e em projeção) entre si, configurando, portanto, conjuntos de textos conectos - os ‘intertextos’. Assim, devemos entender a concepção tridimensional do discurso e sua intertextualidade no que se refere a ‘prática discursiva’. A intertextualidade de Fairclough (2001) assume a possibilidade dessa ser um mecanismo de persuasão, onde os textos ao conterem os outros textos (a ideia de enunciados) que são povoados e preenchido com as palavras dos outros em suas ações moldam o agir no social e produção de novos textos.

Para Fairclough (2001), a prática discursiva recorre a contratos que vão naturalizar as relações de poder em suas próprias convenções.

Na questão de dominação pelo discurso, temos em Habermas (1987) que a linguagem também pode prover o caráter ideológico tornando-se assim, um instrumento de dominação no sentido de que a interpretação do sujeito - aqui os entendemos como praticantes - pode ser alienada, pois esta abre condições para se condicionar os discursos moldadores das práticas sociais como interesses de grupos dominantes, e com isso, pode-se incutir na influência destes na construção de sentido através de suas ideologias. Assim, para a ACD, “o discurso é sobretudo uma prática social, já que não é contemplado como uma

‘representação’ ou reflexo dos processos sociais; ao contrário, seu caráter constitutivo é ressaltado” (IÑIGUEZ, 2004, p.119).

5.1 A POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DO DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Uma vez que ao fazer um recorte para ilustrar como o elemento discurso participa, molda e é moldado pelas práticas sociais, partimos da presunção de que as práticas ocorrem em um ‘campo’ no sentido bourdieusiano, e o agir dos praticantes se dá por conta do seu *habitus* gerando assim capital aos seus detentores, e não em um olhar individual, mas sim o olhar em grupos que estão em constante ação entre outros grupos, perfazendo assim o social localizado nas práticas e moldando os artefatos, história, os agentes, as coisas e o próprio discurso.

O discurso amarra o exercício do poder e controle a uma matriz organizada de práticas sócio-materiais discursivas e não-discursivas, assim, o discurso como uma forma de agir no mundo e assume uma relação dialética entre as manifestações locais de práticas discursivas e as condições que as geram. Por um lado, o discurso é socialmente constitutivo e contribui para a construção de identidades sociais, relacionamentos entre pessoas e corpos de conhecimento. (NICOLINI, 2013)

Ou seja, as práticas que ocorrem em um campo, e as interações da prática se dá por conta do *habitus*, e este se constrói dentro de um viés discursivo.

Bourdieu (2000) salienta que, quando um determinado discurso é produzido, há relativa preocupação para com o efeito que ele vai produzir naquele a quem ele se dirige. Igualmente, a antecipação do valor que o discurso receberá irá contribuir para a determinação da forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação.

Assim, o elemento discurso pode influenciar os demais elementos propostos por Reckwitz (2002): corpo, mente, coisas, conhecimento, estrutura/processos, agente, e claro, o próprio discurso. E, para ilustrar essa influência, lançamos o exemplo dessa articulação de elementos em um olhar nas organizações.

Uma organização (departamento, rede, órgão governamental etc.), construída como um emaranhado de malhas práticas-arranjos passa a ser encarada, portanto, (1) como um produto de ações executadas pelas pessoas em meio às práticas (atividades humanas) existentes, (2) como uma rede que envolve práticas existentes (“originais” - tal e qual foram inicialmente implementadas, alteradas, complementadas, suplementadas por novas) e um mix de novos e antigos (persistentes) arranjos materiais, (3) que continua

existindo por meio da perpetuação de suas práticas e da manutenção dos seus arranjos materiais, (4) acomodando evolução e mudança na sua rede de malhas práticas-arranjos (SCHATZKI, 2005 *apud* LEMOS; ALCADIPANI, 2015, p.91).

Ao articularem os pontos congruentes entre Fairclough e Bourdieu, os autores Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) publicam sua proposta de análise crítica do discurso enquanto análise crítica das organizações, como uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Bourdieu, pautados pelo fato de que ambas as perspectivas são aproximáveis na medida de linguagem como prática social, buscando “revelar as formas de dominação e as desigualdades inscritas no discurso por meio de técnicas de pesquisa que se complementam, constituindo-se num poderoso instrumento de pesquisa” (ROSA; PAÇO-CUNHA; MORAIS, 2009, p. 81).

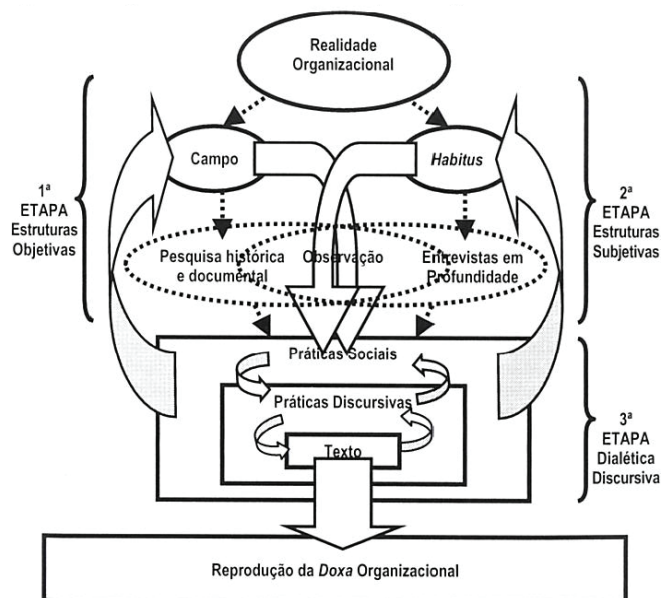
As organizações são um emaranhado de ações práticas, ou seja, são um conjugado de atividades que adquirem significado, sendo reconhecida como unidade, indo além de uma simples ação situada, e que também se caracteriza pela sua relação de temporalidade, rotina, ordenadora dos elementos humanos e os não humanos (Gherardi, 2009).

A questão do simbólico no ambiente organizacional viabiliza expressar um conjunto de ideologias, imagens e valores que são, ao mesmo tempo, importantes para alguns e imperceptíveis para outros, e de que maneira a manipulação de tais aspectos simbólicos na organização vai além de construir uma formação de comunidades de significados, exercendo um papel de controle, e também um espaço de conflitos onde os diversos atores distinguem-se pelos diferentes tipos de capitais adquiridos dentro de um campo de poder (ROSA, PAÇO-CUNHA E MORAIS, 2009).

Bourdieu (2000) salienta que, quando um determinado discurso é produzido, há relativa preocupação para com o efeito que ele vai produzir naquele a quem ele se dirige. Igualmente, a antecipação do valor que o discurso receberá irá contribuir para a determinação da forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação.

Ao apresentarem sua articulação final, Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) ‘costuram’ a ACD de Fairclough com seu interesse crítico nas relações de poder e na mudança social aproximando-se da dialética entre campo e *habitus* discutidas por Bourdieu. Assim, os autores vão propor um esquema geral de análise que busca trabalhar em conjunto as duas perspectivas teóricas, ilustrada na figura 01.

Figura 01 - Etapas da análise com base na praxeologia e na ACD



Fonte: Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 103).

Na figura acima, os autores descrevem a organização como sendo um subcampo capaz de (re)produzir práticas (discursivas e sociais), sendo um espaço privilegiado de transmissão da *doxa* por meio das relações de poder que são ali sustentadas por discursos dominantes; levando em conta o modelo tridimensional de Fairclough (2001), os desdobramentos de tais práticas (socialmente condicionadas) seriam as práticas discursivas e o próprio texto, sendo o texto o produto final do ciclo de reprodução social/organizacional.

Com isso, temos que o simbólico expressa um conjunto de ideologias, imagens e valores que são ao mesmo tempo importantes para uns e imperceptíveis para outros. Ao reconhecer estes limites simbólicos, temos em Bourdieu (1996 *apud* ROSA, PAÇO-CUNHA; MORAIS; 2009, p. 87) que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social (...) eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social”.

O analista não deve perder de vista essa visão microsociológica, e até etnográfica, da vida cotidiana que se constitui num fator primordial quando estamos falando de práticas, sejam elas sociais ou discursivas. Afinal, a reprodução de um doxa ocorre desde a divulgação de um documento oficial da organização até uma simples conversa entre funcionários. O que deve ficar claro, portanto, é que existem múltiplas formas de circulação de textos à disposição do analista e que deve estar atento quando da formação do corpus a ser utilizado na análise, evitando assumir o discurso dominante como discurso organizacional (ROSA; PAÇO-CUNHA; MORAIS, 2009, p. 101).

Traçando um diálogo com a questão do poder em Bourdieu (2001), enxergamos a noção de campo, em seu tipo de organização social configurado por papéis sociais, posições dos agentes sociais, e de estruturas onde essas posições se ajustam, e o entendimento do poder simbólico da linguagem autorizada, que nos remete a quem detém a autorização de seu uso, e o *habitus* referenciando-os para o seu entendimento. Ou seja, nesta questão temos a estrutura organizacional nos dando a noção do campo organizacional.

Iñiguez (2004, p. 119) ao visitar Fairclough e Wodak (1997), “a ACD presume, também, que o discurso não só está determinado pelas instituições sociais, mas que é parte constitutiva. Ou seja, que o discurso constrói o social.

Conforme Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 100):

Ora, considerando que às práticas sociais são o resultado de um movimento dialético entre campo e habitus onde os agentes do campo interiorizam e exteriorizam as estruturas sociais e mentais reproduzindo e atualizando sua lógica, então podemos compreender organização como subcampo capaz de reproduzir essas práticas, um espaço privilegiado de transmissão da doxa por meio de relações de poder que são sustentadas pelo discurso dominante.

Fairclough (2001), enfatiza que são as práticas discursivas que se naturalizam e ganham aceitação - ao serem produzidas e reproduzidas -, se tornando hegemônicas. Neste sentido, a noção de intertextualidade nos é válida aqui, tendo em vista que esses textos identificados possuem, em algum grau, associação a outros. Essa noção é explicada por Leitch e Palmer (2010, p. 1198, tradução nossa):

O conceito de intertextualidade se refere às ligações que os textos têm com os textos anteriores e pode ter com os textos futuros. Refere-se também a maneira em que os intérpretes fazem sentido dos textos através da elaboração sobre o seu conhecimento de outros textos, incluindo as convenções que existem dentro de determinados gêneros textuais.

Fairclough (2001, p. 90) salienta “o uso de linguagem como forma de prática social”, e isso compreende tomar o discurso como uma forma de ação e assim admitir que sua relação com a estrutura social seja dialética. Dessa forma, o social constrói o discurso e é por ele construído.

Assim, temos que a prática discursiva pode alcançar a prática organizacional, esse subcampo social que, neste caso, constrói a realidade organizacional, conforme Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 102), temos a concepção de prática, que “a análise da prática social da qual o discurso é uma parte, envolve compreender o contexto de produção de discurso e as relações de força que determinam a estrutura social em que ocorrem as relações”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de trazer luz as teorias das práticas social para um estudo, temos que estas são, de formas amplas uma tecelagem de elementos, interligados na prática e assim moldados nas atividades do dia a dia dos praticantes, tornando-se assim um conjugado de dizeres e fazeres que são organizados por um conjunto de entendimentos, conjunto de regras e por uma estrutura teleoafetiva (SCHATZKI, 2005; 2006).

Destarte, nesse estudo, discutimos com um olhar para a prática como um tipo de comportamento rotineiro, de consistências de vários elementos, interligados entre si, sendo eles as formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, coisas e seu uso, um conhecimento de fundo na forma de compreensão, know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional, e que esta existe dentro de uma interconectividade, não podendo ser reduzida a qualquer um desses elementos.

Assim, em nossa jornada, nós não apresentamos apenas um elemento - discurso - como sendo a prática social, e sim propomos que tais elementos propostos por Reckwitz (2002), ao se apresentarem como interconectados se influenciam mutuamente, e considerando que as práticas ocorrem dentro de um campo simbólico, pode existir a sua manipulação entre grupos praticantes, e numa perspectiva faircloughiana temos que os gêneros discursivos situados são constituintes de uma rede de prática social.

A forma como um texto é produzido e interpretado dependem da natureza da prática sociocultural que integra o discurso (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); ou seja: a natureza da prática discursiva molda a produção de um 'texto', deixando sinais nas suas características superficiais (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, abre-se um olhar para quem são os praticantes beneficiários do capital simbólico, que Bourdieu apresenta como sendo disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam fazer uso do poder.

Fairclough (2001, p. 133) descreve que “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros”, e Leitch e Palmer (2010, p. 1197, tradução nossa) explicam que “o contexto dentro deste modelo amplamente adotado consiste em práticas discursivas, incluindo a produção, distribuição e interpretação de textos e práticas sociais”. Com isso, assumirmos que a prática é intrinsecamente coletiva ao envolver os praticantes por meio de atividades que só as praticam, pois fazem sentido para eles (GHERARDI, 2009) inclusive com dentro de uma estrutura teleoafetiva, de envolvimento emocional, que pode ser gerada por discursos. Vejamos a ilustração desse argumento, pela lente de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 100):

Assim, um texto produzido pela “elite gerencial” tende a reproduzir a doxa visando conservar a estrutura de dominação, ao passo que um texto produzido pelo “chão de fábrica” tende a subvertê-la promovendo mudanças na estrutura. Evidentemente, na maioria dos casos (daí o problema e pesquisa dos analistas críticos) não há diferenças entre os textos produzidos por dominantes e dominados, pois o objetivo principal do discurso ortodoxo é promover uma adesão dóxica por parte destes, confirmando a dominação sob o argumento “legítimo” de uma busca pela “harmonia administrativa”.

Através da aproximação de viés da prática com o ponto de vista de poder e campos simbólicos proposto por Pierre Bourdieu (2001), deu-nos a oportunidade de vislumbrar como a busca dentro das simbologias das trocas linguísticas e das trocas simbólicas podem desvendar o uso do poder que visa legitimar e criar práticas discursivas que são transmitidas e reproduzidas nas práticas sociais. Sendo estas beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, tal como as organizações e sua matriz unificadora do conjunto das práticas e das ideologias que podem se apresentar como as características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2005).

Por fim, nos valendo de Hatch e Yanow (2003) para o olhar de como se constrói os significados e sentidos nas atividades cotidianas, temos que quando os discursos naturalizam e ganham aceitação dentro das ações e inter-relações de práticas vai constituir um simulacro de ação dos praticantes dentro de uma lógica de que seu agir vai estar em foco para a reprodução do doxa que não perdiz de fato a sua ação atuação, ou seja, as práticas discursivas que são emaranhadas de poder simbólico dos seus grupos de praticantes pode ser operada para a manutenção do status quo, mesmo havendo a movimentação das práticas apresentada por Latour, sendo qual movimentação vai se dar dentro de uma lógica ideológica.

Assim, entendemos, que a proposta de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) com suas orientações dos métodos de pesquisas históricas-documentais, observação e entrevistas em profundidade podem ser plausíveis para a apreensão de como o elemento discurso se introduz no emaranhado nas ações na prática, a moldando e sendo moldado por ela.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BISCOLI, F. R. V.; DURANTE, D. G. ; BULGACOV, Y.L.M . Prática profissional do secretariado executivo em organizações: Índícios de uma prática no contexto social brasileiro. **Espacios** (Caracas), v. 37, p. 16, 2016.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUEGER; Christian; GADINGER, Frank. **The Play of International Practice**. *International Studies Quarterly* (2015) 59, 449-460.

CANOPE, L.; CASSANDRE, M.; APPIO, J.; BULGACOV, Y.L.M. Uma Aproximação à Estratégia como Prática na Perspectiva Histórico-Cultural: Compreendendo a Prática de uma empreendedora do ramo de serviços de beleza. **Espacios (Caracas)**, v. 37, p. 9-25-25, 2016.

FAIRCLOGH, Norman. **Discurso e mudança social**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GHERARDI, Silvia. **How to conduct a practice-based study: problems and methods**. Edward, Massachusetts, USA: Elgar Publishing Limited, 2012.

GODOI, C. K.. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e modelos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 375-401.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: L&PM, 1987a.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: HANKS, W. F. / BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 33-63

HATCH, Mary Jo; YANOW, Dvora. Organization theory as an interpretative science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Org.). **The Oxford handbook of organizations theory meta-theoretical perspectives**. New York: Oxford, 2003. p. 63-87.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: _____; ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012.

LEITCH, Shirley; PALMER, Ian. Analysing texts in context: current practices and new protocols for critical discourse analysis in organization studies. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1194-1212, Malden, September, 2010.

LEMOS, L ; ALCADIPANI, R. . Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade** (Impresso), v. 22, p. 79-98, 2015.

NICOLINI, Davide. **Practice theory, work, and organization: An introduction**. 1. ed. Oxford: University Press, 2013.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Pensando a escrita como uma prática discursiva: implicações para a pesquisa em LA. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 117-131, 2003.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006. Blumenau. Nova Letra, 2007.

RECKWITZ, Andreas. (2002) Toward a Theory of Social Practices. A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory** 5 (2): 243-263.

_____. **Unscharfe Grenzen**. Perspektiven der Kulturosoziologie. Bielefeld: Transcript, 2010

ROSA, Alexandre Reis; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MORAIS, César Augusto Tureta de. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua (Org). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 79-108.

SCHATZKI, Theodore R. A primer on practices. In: **Practice-based education**. SensePublishers, 2012. p. 13-26.

SCHATZKI, T. R. Introduction. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; SAVIGNY, E. von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. V. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London and New York: Routledge, 2001.

VIZEU, F. F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010. ISSN 1131-6179.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO BRASILEIRO: ELEMENTOS HISTÓRICOS

KELEN KOUPAK⁸

DANUTA ESTRUFKA CANTOIA LUIZ⁹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo caracterizar as relações entre Estado e sociedade civil no contexto brasileiro, com base na categoria revolução passiva, demonstrando que importantes decisões na história do país foram tomadas com exclusão das classes populares, situação esta que ainda apresenta marcas na conjuntura contemporânea. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, que metodologicamente se desenvolveu através pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. Revolução passiva. Participação.

Abstract

This article aims to characterize the relations between the State and civil society in the Brazilian context, based on the passive revolution category, demonstrating that important decisions in the country's history were taken with the exclusion of the popular classes, a situation that still has marks in the contemporary conjuncture. This is an exploratory research, which methodologically was developed through bibliographic research.

Keywords: *Relations between State and Civil Society in Brazil. Passive revolution. Participation.*

⁸ Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁹ Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1 Introdução

O estudo em questão tem por objetivo analisar as relações entre Estado e sociedade civil no contexto brasileiro, utilizando-se da categoria revolução passiva, formulada pelo autor italiano Antonio Gramsci, mas também identificada na história do Brasil, entre outros por Carlos Nelson Coutinho.

O movimento de revolução passiva evidencia que muitas decisões na história do país foram tomadas sem a participação da sociedade civil, sendo que essa situação ainda tende a se reatualizar no cenário contemporâneo, apesar dos avanços já conquistados, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu novas bases para as relações entre Estado e sociedade civil no viés de uma gestão pública mais democrática.

De cunho exploratório e oriundo de pesquisa bibliográfica, o presente estudo aborda primeiramente aspectos históricos das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, com base na categoria revolução passiva. Posteriormente, perpassa pelo cenário pós Constituição Federal de 1988 até a conjuntura atual, evidenciando avanços e retrocessos no que tange a possibilidade de participação da sociedade civil na gestão estatal.

2 Aspectos históricos das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil

A análise da formação sócio-histórica brasileira revela que a construção da democracia no país esteve historicamente compromissada com a conservação dos interesses das classes dominantes, os quais foram colocados no centro da organização estatal, em detrimento da maioria da população, a quem não era oportunizado acessar o Estado e participar dos processos decisórios. De fato,

[...] as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas ‘pelo alto’. (COUTINHO, 2000, p. 50).

Essa caracterização refere-se ao conceito de “revolução passiva”, que foi utilizado por Gramsci para explicar a realidade italiana, mas que também serve como chave interpretativa da história brasileira. Com efeito, Vianna (1998, p. 186) afirma que o Brasil por ter empreendido o processo de modernização sem romper com seu passado pode ser considerado “[...] o lugar por excelência de revolução passiva.”

A ideia de revolução passiva significa uma aguda transformação das relações econômicas e sociais sem um movimento popular forte (KEBIR, 2003). Nesse sentido, “[...] os principais

sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses.” (SIMIONATTO, 1998, p. 48). Ou seja, não é realizada de baixo para cima, pelas classes populares, mas pelo contrário, acontece pelo alto, por iniciativa das classes dominantes.

O processo de revolução passiva é marcado pela existência de dois momentos: o da restauração, que se refere a uma reação contra a possibilidade de uma transformação radical de baixo para cima e o da renovação, o qual significa que a classe dominante incorpora parte das reivindicações e demandas populares (COUTINHO, 1999). Nesse aspecto, a revolução passiva apresenta pontos de mudança, mas não de transformação efetiva, sendo que a classe dominante atende a algumas pautas da classe dominada, mas mantém sua posição como classe hegemônica, perpetuando sua ideologia.

Coutinho (2000) explicita que importantes acontecimentos históricos brasileiros na transição para o capitalismo, apresentaram traços de revolução passiva, como a Independência (1822), a Proclamação da República (1889), a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964.¹⁰ Nesses cenários, as decisões foram tomadas de forma elitista e com exclusão das massas populares, mantendo-as marginalizadas e reprimidas, de forma que houve o fortalecimento da sociedade política em desvantagem da sociedade civil. Assim, “Uma direta consequência da ‘via prussiana’ foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil.” (COUTINHO, 1984, p. 38).

Abordando o processo de construção do Estado no Brasil, Costa (2006) salienta que a estrutura administrativa foi implantada de fora para dentro, ou seja, por Portugal, que objetivava exercer controle sobre a colônia para assim expropriar as riquezas locais. Essa situação se deu sem levar em conta a população e a cultura colonizadas.

Nesse período o Estado fundou a sociedade como “[...] estrutura de dominação dos povos europeus sobre a população indígena que aqui existia e foi dizimada e escravizada.” (COSTA, 2006). Posteriormente, negros escravizados, degradados e imigrantes foram colocados a serviço do enriquecimento da metrópole portuguesa, de modo que:

Já ao nascer, a nação brasileira foi construída pela lógica do personalismo e dos favores, dos desmandos dos poderosos e da ausência do poder de influência dos trabalhadores na condição dos interesses coletivos, na administração pública e na repartição interna de renda. Este tipo de cultura foi o berço do patrimonialismo, em que os interesses privados das elites econômicas prevalecem sobre os coletivos, do conjunto da população trabalhadora (COSTA, 2006, p. 110).

¹⁰ A intenção da pesquisa nas páginas que seguem não é realizar um apanhado amplo e completo sobre a história do Brasil, mas sim discorrer sobre os acontecimentos que, segundo Coutinho (2000), são caracterizados pelo movimento de revolução passiva.

De acordo com Carvalho (2003), diante de três séculos de colonização (1500-1822), o legado deixado pelos portugueses foi uma população analfabeta, um regime escravista, uma economia monocultora e latifundiária, bem como um Estado absolutista, com grande parte da população alijada de direitos civis e políticos e sem um sentimento de nacionalidade. Coutinho (2000) afirma que no período colonial inexistia uma sociedade civil, posto que não havia parlamento, partidos políticos, um sistema de educação para além das escolas de catequese e nem mesmo se tinha o direito de publicar livros ou imprimir jornais.

Em 1822 tem-se a independência do Brasil, a qual segundo Carvalho (2003) foi negociada entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra. A opção por uma solução monárquica em vez de republicana refere-se ao fato de a elite acreditar que apenas um rei conseguiria preservar a ordem social e a união das províncias formadoras da antiga colônia. Portanto, em claro movimento de revolução passiva, a Independência foi realizada “pelo alto”, não sendo resultado de uma luta popular.

A pacificidade com que se deu o processo de Independência possibilitou a continuidade social, pois o Estado brasileiro criado foi ocupado pelas elites rurais, sem o rompimento de sua condição de subalterno à ordem mundial, em especial ao capital inglês. Dessa forma, não houve uma alteração nas condições de vida da população trabalhadora uma vez que “A permanência do regime escravocrata e a concentração das rendas na elite rural inibiram o potencial de transformações sociais, construindo um estado moderno sem universalizar a cidadania.” (COSTA, 2006, p. 113).

A Proclamação da República, em 1889, não alterou em muito o quadro do país. Tal como a Independência, foi resultado de um movimento das classes dominantes, de modo que não contou com a participação das camadas populares e nem contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil (COUTINHO, 2000). Para Fernandes (2006), a burguesia republicana não tinha um caráter revolucionário, não almejava uma nova ordem social, mas apenas a divisão do poder no interior dos grupos dominantes e a manutenção da velha ordem.

Nogueira (1998, p. 175) expõe que a República não teve qualquer base popular, “[...] foi proclamada pelo exército e acabou monopolizada, após curta fase jacobina e militar, pela ultramoderada (e civilista) fração cafeeira da grande burguesia agrária, capitaneada pelos republicanos paulistas.” Dessa maneira não houve um rompimento com a estrutura de poder do período imperial (1822-1889) que era exercido pelos senhores rurais. Ademais, o ideal da construção de uma democracia foi relegado a segundo plano e a população foi mantida distante dos processos de decisão política.

A Primeira República (1889-1930) é marcada também pelo fenômeno do coronelismo, o

qual segundo Carvalho (1997) refere-se a uma prática política, baseada em um sistema de barganhas entre o governo e os coronéis, que eram os chefes políticos locais, notadamente os fazendeiros. Envolveva, assim, um acordo desses chefes com os governadores dos estados e desses com o Presidente da República:

O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (CARVALHO, 1997, p. 231).

Para Carvalho (2003, p. 56) o coronelismo representava um entrave ao exercício dos direitos políticos, “Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis.” Era a lei criada e executada pelo coronel que imperava nas fazendas e os seus trabalhadores não eram cidadãos do Estado brasileiro, mas apenas súditos dele. O coronelismo envolvia também relações de feição clientelística, sendo o clientelismo uma relação de troca de favores em que os políticos concedem aos cidadãos benefícios públicos, como empregos, isenções, benefícios fiscais, etc., em troca de apoio político, especialmente na forma de votos (CARVALHO, 1997).

Nogueira (1997, p. 175) pontua que na realidade até a Revolução de 1930, o Brasil não se diferencia da sociedade herdada da escravidão, pois “A dimensão pública da vida era estreita, os cidadãos rareavam, as elites pareciam flutuar sobre a grande massa da população, atentas muito mais a fantasias ou a modelos ideais do que ao ‘país real’.”

A Revolução de 1930 refere-se a um movimento armado que destituiu o presidente constitucional e deu início ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945), marcando o fim da Primeira República. Para Coutinho (2000, p. 27), este foi mais um acontecimento da história brasileira que se deu “pelo alto”, sendo resultante da “[...] conciliação entre setores das classes dominantes e da captação das lideranças políticas das camadas médias emergentes [...]”.

Não obstante, o ano de 1930 representou uma divisão de águas na história do Brasil, posto que a partir daí vivenciou-se uma aceleração nas transformações sociais e políticas (CARVALHO, 2003). A década de 30 foi determinada pelo esforço de industrializar e modernizar o país, consolidando-se um projeto de desenvolvimento capitalista. Mas isso não ocorreu sem retrocessos ou paralisações, pois o critério adotado pendeu muito mais para a conciliação do que para a ruptura efetiva (NOGUEIRA, 1998). Sintetizando esse contexto, Nogueira (1998, p. 37) expõe que:

[...] a industrialização ganhará um certo impulso mas não perderá seu caráter dependente nem ingressará no terreno da produção de base (maquinaria e tecnologia); a legislação trabalhista e social será implantada mas trará consigo dispositivos legais cerceadores da ação sindical e o paternalismo desmobilizador do Estado; o velho sistema oligárquico de dominação acabará derrotado mas não será substituído por um regime democrático, e sim por um articulação elitista administrada por um Estado que submeterá a sociedade a si e assumirá feições bonapartistas, dedicando-se a montagem de um complexo mecanismo de controle político e social das massas emergentes.

Nesses termos, o processo de modernização não resulta de uma ação política e econômica autônoma de uma classe burguesa industrial, mas se faz sob o comando do Estado que também organiza a sociedade civil, impedindo sua livre manifestação (NOGUEIRA, 1998), caracterizando-se também como revolução passiva. Destarte, “A solução engendrada em 1930 trouxe consigo uma espécie de estatização do povo e da República: o novo regime será uma República com Estado forte e povo fraco.” (NOGUEIRA, 1998, p. 36).

A despeito desse cenário, Coutinho (2000) destaca que nos anos trinta se torna evidente uma tendência à socialização da política, ante a progressiva diversificação da formação social brasileira, indicando que estavam em curso os processos que culminariam na criação de uma sociedade autônoma e pluralista. Tinha-se a partir de então um pressuposto para a constituição de uma sociedade civil, o qual podia até ser reprimido, mas não mais eliminado. Tomando como base a distinção entre “Oriente” e “Ocidente” formulada por Gramsci (2007, p. 262), em que “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma relação justa entre Estado e sociedade civil [...]”, é possível afirmar que se iniciava, ainda que lentamente, um processo de ocidentalização da sociedade brasileira, já que, em contraposição a essa tendência que ora se delineava, “[...] o Brasil foi, pelo menos até os anos 1930, uma formação político-social de tipo ‘oriental’ [...]” (COUTINHO, 2008, p. 107).

Todavia, Coutinho (2000) menciona que os embriões da sociedade civil ainda eram débeis, o que se comprova pelo golpe de 1937, no qual Vargas, apoiado pelos militares, implantou um período ditatorial conhecido como Estado Novo que durou até 1945. Novamente configura-se uma transformação “pelo alto”, em que as classes dominantes se valeram do Estado para a realizarem um processo de modernização capitalista conservadora, excluindo o povo das decisões. Diante disso, Nogueira (1998) afirma que o Brasil ingressou na fase capitalista-industrial sem democracia e com uma sociedade civil frágil.

Conforme Duriguetto (2007), na onda da industrialização “pelo alto”, foi em traços corporativistas que o regime autoritário do Estado Novo regulamentou as suas relações com

as classes sociais. Essa situação se expressa, por exemplo, na vinculação dos sindicatos ao aparelho estatal, anulando-se sua autonomia. Desse modo, observa-se que:

Quando a sociedade civil começa a emergir no Brasil, o que tem lugar sobretudo a partir dos anos 1920, logo se manifesta a tendência do Estado a absorvê-la como um seu momento subordinado, o que expressa precisamente no modo corporativo de representação dos interesses. Com isso, é favorecido o permanente fortalecimento do Estado e a não menos permanente tendência ao debilitamento da sociedade civil (COUTINHO, 2008, p. 117).

Em 1945 há a queda da ditadura getulista e o país passa por um processo de transição para a democracia. Carvalho (2003) aponta que apesar dos limites, a participação do povo na política cresceu de forma significativa a partir de 1945, tanto no que se refere as eleições, quanto na ação política organizada em partidos, ligas camponesas, sindicatos e outras associações.

Coutinho (1999) destaca que o processo de democratização então iniciado passou por acontecimentos regressivos, como a proibição do funcionamento legal do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947, mas que mesmo assim a tendência a ocidentalização da sociedade brasileira continuou a se impor, ampliando-se sobretudo no período de 1955-1964.

Contudo, “[...] o rápido aumento da participação política levou em 1964 a uma reação defensiva e à imposição de mais um regime ditatorial em que direitos civis e políticos foram restringidos pela violência.” (CARVALHO, 2003, p. 157). As classes dominantes conseguiram interromper a experiência democrática iniciada em 1945, instaurando uma ditadura caracterizada pelo autoritarismo, pela censura e pela repressão política. Os Atos Institucionais (AI) foram os mecanismos legais da repressão editados pelos presidentes militares, sendo o que o AI-5 de 1968 foi o mais radical deles e através do qual se procurou por toda força destruir a nascente sociedade civil autônoma. Ademais, houve um vultuoso fortalecimento do Estado, tanto de seus aparatos repressivos quanto de organismos tecnocráticos de intervenção na economia, o que contribuiu para um desequilíbrio nas relações entre Estado e sociedade civil (COUTINHO, 2000). Enfim, “O Brasil mergulhou em anos de trevas e obscurantismo.” (COSTA, 2006, p. 136).

De acordo com Coutinho (2008, p. 119), o regime instalado conservou as marcas mais perversas da formação social anterior do Brasil, de modo que mais uma vez teve lugar uma revolução passiva, na qual “[...] as ‘reformas de base’ (agrária, bancária, universitária etc.), reivindicadas pelo movimento social golpeado em 1964, foram realizadas pelo alto, com um sentido nitidamente conservador.”

Embora tenha sido antidemocrática e autoritária, abusando do arbítrio e da repressão, a ditadura militar não impediu o desenvolvimento capitalista e a “modernização”

da sociedade. De fato, o período ditatorial é caracterizado pela expansão das forças produtivas do país, pela internacionalização da economia, pela dinamização da agricultura e pela industrialização. Entretanto, na mesma medida em que se fortaleceu a economia capitalista, também aumentou a injustiça na distribuição de renda e a desigualdade social (NOGUEIRA, 2005). Isso porque, de acordo com Coutinho (2000), o fato de a ditadura ter sido modernizadora não quer dizer que ela estivesse a serviço do povo brasileiro, pois pelo contrário, ela sempre esteve exclusivamente a serviço do grande capital.

Nogueira (2005) explica que até o início dos anos setenta, o regime ditatorial obteve consensos entre o empresariado e as camadas médias, pois acolhia muitas de suas reivindicações. No entanto, de modo geral, não nutriu sintonia com a população e operou para desmobilizar a sociedade ao invés de mobilizá-la a seu favor, organizando um movimento de massas que lhe desse apoio a partir de baixo. Ou seja, o regime “[...] não foi capaz de criar organismos adequados à conquista de uma hegemonia real na sociedade civil [...]” (COUTINHO, 1999, p. 216).

Na realidade, a ditadura deformou a sociedade, ao passo que aumentou a miséria, interferiu na forma de vida das pessoas e alterou padrões de relacionamento, o que contribuiu para a tensão social. Ainda, se utilizou do Estado como agente de regulação e desenvolvimento, porém não foi capaz de organizá-lo de modo mais eficiente e nem de promover sua socialização ou democratização, dando lugar a uma sociedade que se voltaria contra ela (NOGUEIRA, 2005).

O cenário político originado do golpe e de sua radicalização em 1968 logo se tornaria insustentável. Primeiramente, assistiu-se a falência do “milagre econômico”, isto é, o ciclo expansivo dos anos 1968-1973 não conseguiu se sustentar e colocou o país numa crise inflacionária e recessiva de grandes proporções, que se estendeu pela década de 80. Com isso, a ditadura perdeu as bases de consenso tanto entre camadas médias quanto entre segmentos da burguesia monopolista que anteriormente a haviam apoiado. Esse quadro trouxe à baila as novas energias e os novos sujeitos gestados pelo processo de modernização do país. A sociedade civil adquiriu nova articulação, as oposições tiveram suas primeiras conquistas eleitorais, ampliando também sua base social e o movimento sindical voltou a fazer greves. Diante disso, o regime ditatorial se viu obrigado a colocar em prática um projeto de controlada abertura que assegurasse sua autorreforma, bem como sua reprodução. (NOGUEIRA, 2005; COUTINHO, 1999).

Esse projeto, que na realidade visava “[...] liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária, mas para institucionalizá-la.” (DURIGUETTO, 2007, p. 138), encontra obstáculos no processo engendrado pelo movimento popular, de maneira que a transição democrática foi “[...] fruto da combinação de pressões dos de ‘baixo’ e de operações

transformistas pelo alto.” (DURIGUETTO, 2007, p. 138). Nessa direção, Nogueira (1998, p. 110) afirma que:

A transição seria sempre marcada por uma pressão democrática que crescia sem conseguir se completar; sua lógica foi nitidamente ciclótica e jamais deixou de estar determinada pela tensão entre um excludente projeto oficial de auto-reforma (sic) e um processo político orientado em sentido popular-democrático.

É assim que no contexto da abertura política, iniciada em 1974 quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, o renascimento e o surgimento de movimentos sociais e políticos de oposição também foram decisivos para romper com o ciclo militar (CARVALHO, 2003).

A propósito, Coutinho (2008) destaca que a ditadura não conseguiu eliminar a sociedade civil, a qual, pelo contrário, cresceu nesse período. Devido ao fato de ter sido modernizadora, a ditadura gerou um grande desenvolvimento das forças produtivas, tornando a ordem capitalista mais complexa no país. Conseqüentemente, essa complexificação multiplicou a diversidade de interesses e desenvolveu os pressupostos objetivos de uma sociedade civil articulada e plural. Evidentemente que não era objetivo da ditadura criar uma sociedade civil, tanto que tentou reprimi-la por diferentes meios, mas não obteve êxito em promover sua incorporação ao aparelho estatal, já que não possuía instrumentos de mobilização para tanto.

A partir da crise do “milagre econômico” brasileiro, “[...] os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar a luz, hegemonzados agora por um amplo arco de forças antiditatoriais [...]” (COUTINHO, 1999, p. 217). Nesse contexto, sobretudo no final da década de 1970, assiste-se no país a multiplicação de uma diversidade de movimentos sociais que se mobilizam no sentido de defender, conquistar e ampliar os direitos civis, políticos e sociais, bem como trazem para o debate público uma série de temas e questões referentes à discriminação de gênero, raça e etnia, violência e direitos humanos, ecologia e meio ambiente, tendo como referência a luta pela cidadania (DURIGUETTO, 2007).

No horizonte dessa ampla organização popular, pode-se mencionar a título de exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais populares das igrejas, clubes de mães, movimentos populares reivindicatórios por serviços de infraestrutura, creches e saúde, movimento negro, movimento feminista e o “novo sindicalismo” que surge nos grupos de oposição sindical. Referidos movimentos realizam diversas ações, destacando-se as mobilizações dos metalúrgicos do ABC que promovem greves massivas entre 1978 e 1980, reivindicando, entre outras coisas, organização sindical independente da tutela estatal e aumentos salariais. Especialmente, a partir de janeiro de 1984, a campanha pelas eleições diretas, conhecida como “diretas já”, representa o auge da mobilização popular

(DURIGUETTO, 2007).

De acordo com o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática - GECD (1999, p. 8-9), os novos atores sociais que insurgiram nas décadas de 70 e 80:

[...] resgataram o termo sociedade civil e inauguraram, através de um amplo processo reivindicativo, novas formas de práticas políticas e formatos de sociabilidade, fundados em bases mais igualitárias. Mais do que isso, os movimentos sociais além de trazerem suas reivindicações a público e ampliarem as fronteiras da política para além da sua dimensão institucional, recriaram as concepções de direitos e de cidadania enquanto “estratégia política” na luta pela transformação social em direção à uma sociedade efetivamente democrática.

É a partir da segunda década de 1980 que ocorrem mudanças na configuração teórica e prático-política dos movimentos sociais, bem como na relação destes com o Estado. Isso porque, referidos movimentos passam a se articular em federações municipais, estaduais e nacionais, assim como em entidades representativas. Atribui-se, assim, importância a dimensão institucional, posto que para ampliar a cidadania e a democracia passou-se a apostar na expansão de mecanismos institucionais de participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas. Nesses termos, ante o processo de articulação dos movimentos sociais com as agências estatais, evidencia-se o abandono das condutas de confronto pela adoção de atitudes que almejam o diálogo com o Estado (DURIGUETTO, 2007).

O processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 marca essa nova fase institucional de participação popular (DURIGUETTO, 2007). A população foi convocada a colaborar na elaboração da nova ordem constitucional, por meio de sugestões, emendas populares e participação em audiências públicas. De acordo com Salgado (2005), tanto antes quanto durante os trabalhos da Constituinte, entidades civis elaboraram cartilhas explicando aos cidadãos o processo constituinte, para mostrar os principais eixos de lutas e conclamá-los a participar da construção do projeto democrático. A autora ainda destaca que outra forma de participação popular foi institucionalizada pelo Senado Federal e referia-se a coleta, por meio de formulário, de sugestões dos cidadãos a serem direcionadas aos constituintes. Desse modo, foram distribuídos cinco milhões de formulários nas agências dos Correios, nas casas legislativas, nas Prefeituras e pelos partidos políticos, dos quais 72.719 retornaram ao Senado, estimando-se que cerca de 61.427 cidadãos tenham participado como autores de sugestões. Além disso, o projeto da Constituição contou com 122 emendas populares, assinadas por mais de 12 milhões de cidadãos. Destas emendas, 83 foram admitidas pelas regras regimentais (LIMA; PASSOS; NICOLA, 2013).

Coutinho (2008) caracteriza a transição democrática como sendo fraca, vez que se deu

por um processo pacífico e negociado, combinando pressões provenientes “de baixo” e operações “pelo alto”, de maneira que se rompeu com a ditadura instaurada em 1964, mas não com o estilo autoritário e excludente que caracteriza o modo tradicional de se fazer política no país. Para Behring e Boschetti (2011) o texto constitucional espelhou a disputa de hegemonia, na medida em que trouxe avanços em termos de direitos sociais, políticos e humanos, mas, por outro lado, reproduziu aspectos conservadores, a exemplo do não enfrentamento da militarização do poder, da preservação de prerrogativas do Executivo, como a medidas provisórias, e dos poucos progressos no que tange a ordem econômica.

Adespite desses limites, Coutinho (2008) aponta que a importância da transição se encontra no fato de que após mais de vinte anos de ditadura, o Brasil se tornou definitivamente, em sentido gramsciano, uma sociedade “ocidental”.

A Constituição de 1988 caracteriza o Brasil como um Estado Democrático de Direito e inegavelmente amplia os direitos de cidadania, bem como inaugura um novo modelo de gestão das políticas públicas, tendo como marca a participação popular.

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição de 1988, especialmente na previsão da participação popular, os anos posteriores à sua promulgação vêm a evidenciar que uma democracia participativa ainda está longe de se concretizar em sua plenitude no país, posto que em meio a conquistas, ainda que limitadas, também passam a surgir desafios de toda ordem na contramão do ideário participativo e do próprio regime democrático, como será demonstrado adiante.

3 Pós Constituição Federal de 1988: dos avanços aos retrocessos

O pacto democrático firmado pela Constituição Federal de 1988 se dá na contramão da onda neoliberal que se difundia no mundo e também no Brasil. O neoliberalismo trata-se uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.” (ANDERSON, 1995, p. 9). Tem como pautas, em termos gerais, o encolhimento do Estado e valorização do mercado por meio das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, privatização, desregulamentação e redução de recursos públicos para custeio das políticas sociais (DURIGUETTO, 2007).

Costa (2006) ressalta, no entanto, que para o neoliberalismo o papel do Estado não deve ser fraco de forma indistinta, mas somente no âmbito da regulação econômica, da tributação sobre o capital e na promoção de benefícios e direitos sociais. Já na defesa do livre mercado e no favorecimento da acumulação capitalista, o Estado deve ser fortalecido.

O receituário neoliberal desresponsabiliza o Estado do atendimento e garantia dos direitos de cidadania, transferindo essa responsabilidade para às organizações da sociedade civil, que passam a atuar como agentes do bem-estar social, através de ações caritativas, voluntárias e filantrópicas (DURIGUETTO, 2007). A sociedade civil é transformada no principal agente responsável por operacionalizar e sustentar as políticas públicas, sendo ainda o espaço onde se realiza a solidariedade, a tutela e o assistencialismo (SIMIONATTO, 2008).

Diante dessa configuração das relações entre Estado e sociedade civil, Dagnino (2004) menciona que a construção democrática no Brasil é marcada por uma confluência perversa entre um projeto democratizante, participativo e o projeto neoliberal. De um lado, um processo de aprofundamento da democracia, materializado na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nas discussões e decisões atinentes às questões e políticas públicas, tendo como marco formal a Constituição de 1988. De outro, como parte da estratégia do ajuste neoliberal, emerge um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de sua função de garantir direitos, transferindo suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. A perversidade está no fato de que mesmo com ideias opostas e antagônicas, ambos os projetos rogam por uma sociedade civil ativa e propositiva.

Portanto, a participação da sociedade civil é apropriada também pelo neoliberalismo, caracterizando-se com marcas de revolução passiva. Nesse sentido, Luiz (2010, p. 74) alerta que os dois projetos requerem uma sociedade participativa, mas que é preciso refletir sobre qual participação que se requer, isto é, “[...] de proposição e cogestão, de relacionamento com o Estado em decisões conjuntas ou de substituição do Estado?.”

Segundo Dagnino (2004), a hegemonia do projeto neoliberal opera uma redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa. Sob o manto do neoliberalismo, a sociedade civil passa a ser concebida como “[...] espaço ‘público não estatal’, ‘terceiro setor’ ou ‘setor não-governamental’, dotado de autonomia em relação ao Estado, auto-organizado e de representação homogênea dos interesses de classes” (SIMIONATTO, 2010, p. 32). Com isso há uma descaracterização da sociedade civil como espaço de luta de classes, sendo reduzida a esfera dos interesses privados e corporativos, sem conflitos e destituída de ação política. Consequentemente não existe lugar para a disputa da hegemonia, uma vez que não se objetiva construir um novo tipo de Estado, mas apenas obter o seu apoio através do acesso aos fundos públicos e da elevação dos interesses privados (SIMIONATTO, 2010), demarcando um tipo de relação excludente entre Estado e sociedade civil.

O projeto neoliberal no Brasil ganhou densidade no decorrer da década de 1990, tendo início no governo Collor (fevereiro de 1990 a setembro de 1992) e seu auge no governo

Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-1998 e 1998-2002), particularmente através da Reforma do Estado, elaborada em 1995 por Luiz Carlos Bresser-Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) (DURIGUETTO, 2007). Referida reforma ficou conhecida como “reforma gerencial” e o seu modelo de gestão recebeu o nome de “administração pública gerencial” ou “New Public Management” (SILVA, 2013).

De acordo com Silva (2013), a concepção de democracia presente nesse modelo é alvo de críticas, na medida em que a participação ocupa um lugar despolitizado e há a continuidade do autoritarismo e do patrimonialismo no aparelho do Estado. A autora ressalta que com a entrada da agenda neoliberal na década de 1990, o ideário participacionista tornou-se elemento residual e complementa que a partir de 1995 a administração pública federal incorpora “[...] as ferramentas da new public management, que reserva às decisões sobre as políticas públicas a um núcleo técnico estratégico da burocracia, onde não há lugar para incluir as contribuições da sociedade.” (SILVA, 2013, p. 46).

Entretanto, nesse período o projeto democrático não sai de cena, mas flerta com o projeto neoliberal, sendo que a década de 1990 também foi profícua na expansão dos espaços institucionalizados de participação social, como o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências nacionais. Essa arquitetura participativa ampliou as oportunidades para que Estado e sociedade reinventassem a forma de se fazer política no país.

Com efeito, na década de 1990 houve uma evolução no orçamento participativo em governos municipais, com 53 experiências até 1997 (AVRITZER, 2007). Destaca-se também o aumento no número de conselhos e comissões criados como canais de participação, assim como a realização de conferências nacionais:

Entre 1990 a 1994 foram criados 10 conselhos e comissões de políticas públicas com participação da sociedade [...]. Paralelamente, nesse período foram realizadas oito conferências nacionais, sendo sete delas sobre temas relacionados à área de saúde [...]. Entre 1995 e 2002, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o número de conselhos aumentou significativamente. De acordo com o mapeamento da Secretaria-Geral da Presidência da República, foram criados 22 conselhos e duas comissões de políticas públicas na administração direta e indireta [...]. Nesse mesmo período, foram realizadas 19 conferências nacionais, sobre seis temas diferentes [...] (BRASIL, 2014, p. 45-46).

Além disso, nesse período foram promulgadas legislações infraconstitucionais, como a Lei Orgânica de Saúde (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), que tornaram obrigatória a participação da sociedade civil na gestão dos respectivos sistemas, até mesmo como condição para repasse de recursos federais. Em seguida, “[...] essa exigência legal passou a ser parâmetro para outras áreas

que não possuíam sistemas definidos, ampliando os espaços políticos decisórios.” (ARAÚJO, 2016, p. 98).

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a Presidência permanecendo na função até 2010, uma vez que foi reeleito em 2006. Sua gestão é referência em práticas participativas, tendo potencializado o princípio constitucional da participação social na gestão pública, aumentando a expectativa de abandono do projeto político neoliberal para a construção do projeto democrático-participativo. Dados oficiais apontam que:

No governo Lula foram criados espaços de participação e reformulados aqueles já existentes. Entre 2003 e 2010 foram realizadas 75 conferências nacionais sobre diversos temas, sendo 70% deles debatidos pela primeira vez. [...] Além das conferências, o governo federal criou 22 novos conselhos e 11 comissões nacionais de políticas públicas com participação social. Ademais, foram reformulados 16 conselhos e uma comissão, ampliando significativamente a presença da sociedade civil nesses colegiados. Foram criados também novos espaços de participação, como o processo de construção participativa do Plano Plurianual (2004-2007), realizado em 2003, e as chamadas “mesas de diálogo”, que produziram resultados importantes na pactuação e formulação de políticas públicas. (BRASIL, 2014a, p. 54-55).

Não obstante, reconhecer as conquistas no tocante a participação social nos dois mandatos de Lula não o isenta de críticas. Silva (2013, p. 38) argumenta que a introdução das experiências participativas trouxe “[...] avanços mais quantitativos, no sentido do aumento no número dos arranjos participativos existentes e de sua diversidade de formatos e temas tratados, do que propriamente qualitativos.” Nesse sentido, a própria Secretária-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2014a) reconheceu que apesar dos avanços ainda permaneciam desafios, como a questão do desenho institucional, no sentido de ser necessário vincular os órgãos do Estado com as decisões dos conselhos e das conferências; a coordenação entre os espaços de participação; a valorização da participação nos processos de implementação das políticas públicas; e a questão da diversificação dos canais de participação. Além disso, afirmou que a maioria dos conselhos criados no governo Lula possuíam caráter consultivo, o que impacta na capacidade desses espaços de influenciarem a agenda das políticas públicas.

Nogueira (2013) argumenta que ao longo dos anos, o Partido dos Trabalhadores (PT) afirmou-se como principal partido progressista do país, convencendo-se de que era a única esquerda possível na correlação de forças e que promoveria importantes transformações sociais no seio do capitalismo em franca reprodução. Porém, isso foi feito com “[...] baixa capacidade hegemônica, sem organizar ideias e disseminá-las.” (NOGUEIRA, 2013, p. 41).

Em resumo, o PT e suas organizações:

Não formularam uma nova ideia de política, de democracia, de economia. Não disseminaram cultura, não promoveram uma nova ‘direção intelectual e moral’ (Gramsci) para a sociedade. Sequer conseguiram se contrapor ao neoliberalismo que cresceu na sociedade. Em vez de projeto de hegemonia, organizaram um projeto de poder (NOGUEIRA, 2013, p. 22).

Entende-se que apesar dessas constatações não se pode ignorar que a participação social no governo Lula recebeu considerável destaque e incentivo. Se os avanços foram mais quantitativos que qualitativos, pode-se dizer que pelo menos estávamos no caminho já que a própria democracia é um fenômeno relativamente recente no Brasil, se considerada sua instituição em 1988.

Em 2010, Dilma Rousseff, também do PT, vence as eleições presidenciais. A Secretaria-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2014a) afirma que o governo Dilma foi o momento de consolidação da participação no plano federal, tendo sido ampliadas e tornadas mais robustas as instâncias de participação, sendo que até 2014 haviam 50 conselhos e 16 comissões de políticas públicas no âmbito do governo federal vinculados à administração direta. Ainda, foram realizadas 29 conferências durante seu mandato.

Todavia, as manifestações de junho de 2013 vieram a evidenciar que os esforços no que tange as experiências participativas não estavam se mostrando suficientes e que o país passava por uma grave crise de representação política. Com efeito, dentre a pluralidade de pautas presentes nos protestos, cujo estopim foi a luta contra o aumento das tarifas de transporte, se estendendo para a reivindicação por direitos sociais e a insatisfação com os gastos relativos à realização dos megaeventos esportivos no país, também se colocou em voga o debate sobre a democracia participativa, na medida em que a população explicitava nas ruas o desejo de interferir mais diretamente na política. Dowbor (2014, p. 120) explica que:

As multidões [...] saíram às ruas justamente porque as instâncias representativas não constituíam veículo suficiente de transmissão das necessidades da população para a máquina pública nos seus diversos níveis. Em outros termos, faltavam cor-reias de transmissão entre as necessidades da população e os processos decisórios.

Visando atender a essas reivindicações uma das medidas tomadas pelo Governo Federal foi a edição do Decreto Presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), a qual conforme consta no artigo 1º do citado Decreto, tem como objetivo principal “[...] fortalecer e articular as instâncias de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (BRASIL, 2014b).

Para tanto, foram estabelecidas diretrizes para cada uma das instâncias e mecanismos de participação social existentes no governo federal, quais sejam: conselho e comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social. O Decreto nº 8.243/2014 também instituiu o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), integrado pelas citadas instâncias de participação.

Ponto importante também é que nos termos do artigo 5º do Decreto, os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deveriam considerar as instâncias e os mecanismos de participação social na formulação, execução, monitoramento e avaliação de seus programas e políticas públicas.

Ocorre que o Decreto recebeu várias críticas, por parte de determinados setores, no tocante a sua constitucionalidade. Argumentava-se que a implementação da PNPS invadiria prerrogativas do Congresso Nacional e afrontaria o sistema democrático representativo (ALENCAR; RIBEIRO, 2014). No entanto, o Decreto nº 8.243/2014, sem qualquer pretensão de substituir a democracia representativa, apenas regulava as instâncias de participação existentes, em atendimento aos próprios preceitos da Constituição Federal de 1988 que prevê não apenas a representação política, mas também a participação social na gestão das políticas públicas, ou seja, abrindo perspectivas de proximidade entre Estado e sociedade civil.

Entretanto, nenhum argumento favorável impediu que o Decreto nº 8.243/2014 fosse sustado pela Câmara dos Deputados meses após sua edição, através do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491/2014, o qual permaneceu pendente de aprovação pelo Senado Federal, vindo a ser arquivado em 2019, já que o próprio Decreto nº 8.243/2014 acabou revogado naquele ano por outra medida do Presidente da República em exercício, como se verá adiante.

Em resumo, toda essa situação de ataque ao Decreto nº 8.243/2014 e a PNPS revelou a existência de forças conservadoras no parlamento brasileiro, que defendem a existência de uma democracia limitada a participação eleitoral, colocando em risco as conquistas referentes a participação social que vinham desde o período da transição democrática.

As manifestações de 2013 exigiam avanços no país e mudanças na forma como a política vinha sendo exercida, mas o que se segue na linha dos acontecimentos são retrocessos, interessando destacar aqui o cenário que a democracia participativa e o próprio Estado Democrático de Direito passam a vivenciar no país.

Em 2016 ocorre o impeachment da Presidente Dilma, vindo a assumir a presidência o seu vice, Michel Temer. A queda do PT representou a abertura para a restauração da ordem

burguesa no Brasil, com claras intenções conservantistas e autoritárias, características de revolução passiva.

Há a intensificação do receituário neoliberal, com a adoção de medidas regressistas, como o congelamento de gastos sociais nos termos da Emenda Constitucional nº 95/2016. De acordo com Paixão (2018):

Desde 2016, algumas ações adotadas pela coalizão política que se formou para viabilizar o impeachment e sustentar o governo Temer possuem um núcleo comum: a deliberada desfiguração do quadro de direitos fundamentais que é o núcleo da Constituição de 1988.

Em 2018 ocorreram as eleições presidenciais e o candidato Jair Bolsonaro, mesmo tendo como principais pautas de sua campanha um discurso do ódio às esquerdas, o desrespeito às diversidades, o racismo e a negação dos direitos humanos, conquistou a simpatia de grande parte do eleitorado, vencendo a disputa eleitoral.

Ao assumir a Presidência, Bolsonaro passa a reatualizar o conservadorismo e o autoritarismo, colocando em risco a própria democracia brasileira, uma vez que se posiciona claramente contra as instituições democráticas, seja por meio de seus discursos ou de ações concretas. Destaca-se como uma de suas medidas a edição do Decreto nº 9.759/2019, o qual prevê a extinção de conselhos no âmbito da administração pública federal direta e indireta que tenham sido criados por Decreto, ato normativo inferior a Decreto e ato de outro colegiado, sob o pretexto da racionalização administrativa. Esse Decreto também revogou o Decreto nº 8.243/2014, extinguindo definitivamente a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, criados no governo Dilma Rousseff.

4 Considerações finais

A partir da contextualização dos elementos históricos que configuram as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, foi possível perceber que importantes decisões políticas na história do país foram tomadas pelo alto e com exclusão das massas populares, ou seja, foram caracterizadas por processos de revolução passiva, como pontuado pelo autor Carlos Nelson Coutinho.

Esse cenário adquire novos contornos com a Constituição Federal de 1988, que assegurou em vários de seus dispositivos a participação popular na gestão das políticas públicas.

Entretanto, apesar das conquistas a partir da Constituição de 1988 em relação a uma democracia participativa, foi verificar perceber que esta ainda enfrenta obstáculos para se consolidar, demonstrando que marcas de períodos anteriores estão presentes no cenário

contemporâneo, posto que a sociedade civil ainda sofre tentativas de ser minada dos espaços decisórios e de acessar o Estado.

O que se conclui de toda essa conjuntura é que a democracia participativa, com a colaboração da sociedade civil nas decisões estatais, ainda não é uma realidade amplamente verificada no Brasil. A própria democracia enquanto regime político não pode ser considerada conquistada de uma vez por todas, pois, como visto, mesmo depois de toda trajetória do país até a Constituição Federal de 1988, em que se estabeleceu um regime democrático depois de 488 anos de história política, se considerado o descobrimento do Brasil em 1500, ainda é possível haver forças hegemônicas que desconsideram tudo isso em preferência ao autoritarismo. Nessa esteira, concorda-se com Magalhães (2004, p. 87) quando este afirma que “A democracia não é um lugar aonde se chega. Não é algo que se possa alcançar e depois se acomodar, pois é caminho e não chegada. É processo e não resultado.”

Nesse processo, os setores progressistas da sociedade civil desempenham papel fundamental, os quais num movimento contra-hegemônico podem realizar grandes feitos. Foi por exemplo através de suas pressões de baixo que no âmbito da redemocratização conquistou-se avanços na Constituição Federal de 1988 e, no momento presente, a defesa e aprofundamento dessas conquistas também dependem de suas forças e lutas, buscando efetivamente o estabelecimento de relações democráticas entre Estado e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; RIBEIRO, Uriella Coelho. O Decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”. Boletim de Análise Político Institucional, Brasília, n. 6, p. 23-28, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5935/1/BAPI_n06_p23-27_RD_Decreto-participacao-social_Diest_2014-jun-nov.pdf. Acesso em 25 maio 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Silvana Martins. Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte. 2016, 316 f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcantara (Orgs.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 54 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial União. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União, Brasília, 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em 16 jun. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria da Presidência da República. Participação social no Brasil: entre conquistas e desafios. Brasília, 2014a.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Revista Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1-15, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, p. 17-48.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 2.

ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, Lucia Cortes da. Os impasses do Estado capitalista: uma análise da reforma do estado no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Campinas, v. 3, n.5, p. 139-164, out. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>. Acesso em 14 mar. 2020.

DOWBOR, Ladislau. Os processos participativos fazem parte da democracia. In: PALHARES, Joaquim Ernesto (Org.). *Participação social e democracia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 119-126.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA (GECD). *Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira*. *Revista Ideias*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 13-42, 1998/1999.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-155.

LIMA, João Alberto de Oliveira, PASSOS, Edilenice; NICOLA, João Rafael. *A gênese do texto da Constituição de 1988*. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/544624>. Acesso em 19 mar. 2020.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. *Sociedade civil: concepções e expressões presentes nas dissertações do mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG*. In: LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia (Org.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 55-86.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. O poder local no Brasil: a alternativa da democracia participativa. *Revista katálysis*, Florianópolis, v.7, n.1, p. 85-98, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6922/6384>>. Acesso

em: 20 mar. 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIXÃO, Cristiano. 30 anos: crise e futuro da Constituição de 1988. JOTA, Opinião & Análise, 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/30-anos-crise-e-futuro-daconstituicao-de-1988-03052018>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade. *Projetos políticos e arranjos participativos nacionais: os significados e os desdobramentos no CNS e no Conanda*. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. A contribuição de Gramsci para a análise do Estado. In: COSTA, Lucia Cortes da. (Org.). *Estado e democracia: pluralidade de questões*. Ponta Grossa: UEPG, 2008, p. 13-34.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 37-64.

SIMIONATTO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia (Org.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 29-54.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 185-201.

CHINA: PARA UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU AINDA O ANTROPOCENO?

ANDRÉ FELIPE LIMA COSTA¹¹

RESUMO

Este artigo analisa a influência e os aspectos do desenvolvimento econômico da China na óptica do capitalismo de exploração caracterizador do Antropoceno, o viés do *homo economicus* que caracteriza a espécie humana pós-Revolução Industrial. Serão analisados os desdobramentos e uma nova hegemonia que surge no século XXI para rivalizar com a outra potência posta do século XX, os Estados Unidos da América. Nesse diapasão, ver-se-á como a China estará disposta a contribuir num novo modelo de produção que preserve o planeta dessa exploração desmedida pela cultura do consumismo. A Economia Circular se apresenta como uma alternativa, mas até que ponto poderia ser uma alternativa ou apenas um paliativo. No entanto, não se sabe como a economia chinesa estaria disposta a contribuir com essa quebra de paradigma na economia, já que apesar de possuir um regime político centralizado, desenvolve uma espécie de neoliberalismo híbrido que mantém os mesmos níveis exploratórios aos recursos naturais para sustentar os ditames econômicos. Apresenta-se também a problemática da crise econômica estrutural do sistema capitalista, os aspectos e desdobramentos da financeirização do mercado e as suas consequências e impacto nos direitos e conquistas trabalhistas. Demonstra-se também o flagelamento da classe trabalhadora, que enfrenta a robotização das funções e o conceito de empreendedurismo, mascarando uma relação de trabalho precarizada, e o cuidado de não transformar a tecnologia na causadora da precarização nas relações de trabalho. Uma nova hegemonia surge e o desafio que será demonstrado residirá na construção de novas culturas de desenvolvimento econômico, colocando o planeta no centro e no cerne do debate, e não apenas a espécie humana. É um desafio à altura da cultura milenar chinesa, e de como se irão equilibrar as necessidades do Estado e as vontades do mercado.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; China; economia circular; precarização das relações de trabalho; crise estrutural do sistema capitalista.

ABSTRACT

This article analyzes the influence and aspects of China's economic development from the perspective of Anthropocene exploitation capitalism, the homo economicus bias that characterizes a post-Industrial Revolution species. He will run the developments and a new gemony that emerges in the 21st century to rival another post-20th century power, in the United States of America. In this vein, it will be seen how China will contribute to a new production model in which it preserves the excessive exploitation of the planet by the culture of consumerism. The Circular Economy presents itself as an alternative, but it can even be an alternative or just a palliative. As the Chinese economic economy of available natural resources will contribute to this regime breakdown, the centralized Communist

¹¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Party can already develop a variety of hybrid exploitative levels that maintain the same exploitative levels, economic. It also presents an economic problem of the structural crisis of the capitalist system, the aspects and consequences of the financialization of the market and its consequences and impacts on labor rights and achievements. It also demonstrates the flagellation of the working class that faces the robotization of functions and the concept of entrepreneurship masking a precarious work relationship, and the caregiver of not transforming technology into the cause of precariousness in work relationships. A new hegemony and the challenge that will be demonstrate will reside in the cultures of economic development, not being planned only at the center of the debate and in the human species. It is a challenge at the height of the ancient Chinese culture, and how it will balance itself according to the State and the will of the market.

Keywords: *economic development; China; circular economy; precariousness of labor relations; structural crisis of the capitalist system.*

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como tema a reflexão se o desenvolvimento econômico que desponta na China segue um novo rumo, conectado aos reclames da natureza ou optou pela mesma dinâmica produtiva de consumo e de exploração dos recursos naturais que marcam o período pós-Revolução Industrial, também conhecido como Antropoceno, em que a espécie humana se coloca na frente de tudo. Nessas duas primeiras décadas do século XXI, o mundo enfrenta consideráveis mudanças na geopolítica mundial, inclusive a se falar numa nova ordem¹², alicerçada por um multipolarismo, capitaneado pela China e Rússia, vencendo um período unipolar de protagonismo dos Estados Unidos que marcou sobremaneira o final do século XX com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Diferentemente do que se imaginava, a China, num curto espaço, passou a dominar a alta prospecção tecnológica. Se antes seus produtos no mercado global eram tidos com desconfiança, já não mais se duvida de que a sua cadeia produtiva de bens duráveis e não duráveis disputará em capacidade de igualdade com qualquer outro eixo produtivo transnacional. Em comparação com outros países, o que faz da China um ativo sempre em ascensão é a sua capacidade de produção em larga escala.

Num país de uma população com mais de um bilhão de habitantes, a sua demanda de

¹² Há um novo panorama na geopolítica mundial com o renascimento da Ásia Oriental, com a China se colocando como a potência econômica mundial do século XXI. Ademais, a Rússia, o maior país em extensão do mundo, recompôs-se militarmente e busca rotas alternativas em parceria com a China e outros países emergentes. ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 17.

mão de obra produtiva faz do seu parque industrial uma vantagem difícil de concorrer. Além disso, o estímulo e fomento à pesquisa e tecnologia deram aos chineses o seu próprio “Vale do Silício”¹³, a cidade de Shenzhen.

Com um regime político centralizado, a China impõe ao mundo ocidental novos paradigmas quanto ao manuseio do capitalismo. Na perspectiva cultura oriental chinesa, a democracia liberal aparenta não ter efeito e o sistema neoliberal se adequa a um controle estatal por parte do governo chinês na iniciativa privada pouco usual para os padrões do Ocidente.

Diante de todo esse contexto, será que a China realmente se difere das práticas de desenvolvimento econômico de outros potentes econômicos mundiais ou apenas se reveste de algumas nuances diferentes, mas segue a mesma cartilha neoliberal vista e já conhecida desse fenômeno da globalização mundo afora? Será que a relação de consumo com os recursos naturais se difere das práticas de outros países? As relações de trabalho chinesas atendem a um princípio de maior proteção à classe trabalhadora?

Para melhor compreensão do tema proposto, o presente estudo está estruturado em cinco tópicos. No primeiro, abordar-se-ão os aspectos da China comunista com práticas capitalistas. O que de fato influi do regime político comunista no desenvolvimento do capitalismo ao ponto de ter se desenvolvido um neoliberalismo improvável à sua conceituação mais genuína. Ver-se-á como se criaram uma burguesia e uma casta de bilionários chineses e como isso é visto para uma mudança comportamental na relação consumo, produção e recursos naturais.

No segundo tópico, debater-se-á se o capitalismo na China atende a um perfil mais de economia circular ou linear. Como o antropoceno pode ser dimensionado numa sociedade de cultura milenar que cada vez mais se coloca no afã do consumo e do materialismo caracterizador neoliberal. Como o mercado de trabalho foi afetado e sofre uma demanda considerável de desemprego ao redor do mundo e soluções neoliberais, leiam-se retiradas de direitos trabalhistas visando a baratear os custos de produção para o lucro não ser afetado sobremaneira.

No terceiro tópico, destrinchar-se-á o comunismo neoliberal chinês. Como o governo chinês interfere nas camadas produtivas industriais, direcionando nos moldes de uma economia planejada as produções de larga escala em cada setor da atividade econômica. Apesar do controle exercido nas empresas privadas pelo Estado, não se faz sentir falta da mão invisível do mercado para os lucros se expandirem. Como a robotização modifica não somente os direitos da classe trabalhadora, como também reconfigura toda a dinâmica de postos de trabalho, com a modificação, criação e até extinção de determinados postos de trabalho.

¹³ Região na Califórnia que concentra uma expressiva demanda de empresas no ramo de tecnologia.

No quarto tópico, o enfoque será a precarização das relações de trabalho e as suas consequências para a classe trabalhadora. O empreendedorismo é utilizado como o mito de que cada um trabalha para si e como os direitos trabalhistas são percebidos em mercado laboral chinês. A tecnologia altera a dinâmica da prestação de serviço e se torna a causa quando na verdade é a consequência da lógica neoliberal. Como a robotização e a automatização reconfiguram a dinâmica de postos de trabalho na maior produção em larga escala mundial.

No quinto tópico, apresentar-se-á a conclusão da construção das ideias que cercarão todo o debate do tema esmiuçado no cotidiano chinês, os seus impactos e desdobramentos perante o mundo.

2 A ECONOMIA LINEAR E O ANTROPOCENO CHINÊS

Os meios de produção e modos de produção no sistema capitalista sabidamente são os mecanismos que simbolizam a disputa de narrativa com a corrente socialista. O controle privado dos meios de produção e as fases tayloristas, fordistas e toyotistas dos modos de produção representam a síntese da dinâmica liberal. Nesse panorama se deu a construção do mercado, regendo a economia dos interesses privados.

Os interesses privados impulsionados pelo lucro agem invariavelmente com uma despreocupação ao acúmulo de concentração de riqueza, repelindo à maioria a possibilidade de um consumo padrão proporcional, pois o acesso restrito à produção de bens duráveis e não duráveis coloca a força de trabalho marginalizada na possibilidade de adquirir o que produzem, trazendo ao sistema econômico capitalista o gargalo entre produção de riqueza e a geração de desigualdade.

Nessa acepção de controle econômico, a lógica da produção regida pelo consumo trouxe uma pedagogia do consumir muitas vezes sem observar a necessidade. Tal presságio se faz importante mencionar, pois a economia, para funcionar, impõe uma exploração aos recursos naturais insustentáveis devido à sua finitude. Esse modelo é conhecido como economia linear.

A economia linear é a síntese da política econômica pautada no consumo e exploração dos recursos naturais de maneira desequilibrada e que se firmou pós-Revolução Industrial nos últimos duzentos anos. O meio de produção dirigido no âmbito privado e os modos de produção capitalistas formam um binômio que traz a insensatez do não se pensar no amanhã.

Na visão de André Gorz,

*hoje, a falta de realismo não consiste mais em defender um maior bem-estar através da inversão do crescimento e da subversão do modo de vida prevalente. A falta de realismo consiste em imaginar que o crescimento econômico ainda pode trazer maior bem-estar humano e, de fato, que ainda é fisicamente possível.*¹⁴

A economia linear, como ambiente de desenvolvimento do capitalismo, produto da Revolução Industrial, tem demonstrado que não mais atende às demandas do século XXI. A pauta ambiental saiu de posição coadjuvante para ocupar o palco principal dos debates globais entre as nações. Não há como pensar na manutenção da vida sem rezar por cartilhas em que o meio ambiente seja prioridade.

Nesse contexto, a configuração geopolítica internacional passa a ser uma importância vital de como o capitalismo e a economia irão se desenvolver. É exatamente nessa questão que entra em cena a China, e assim importante se faz pontuar algumas questões históricas acerca desse país:

*A escala chinesa não era muito superior à dos Estados europeus apenas em população e território; até a Revolução Industrial, a China era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi por séculos a economia mais produtiva do mundo e a região do comércio mais populosa. Mas, por ela ser amplamente autossuficiente, outras regiões tinham uma compreensão apenas periférica de sua vastidão e riqueza. Na verdade, a China produzia uma parcela maior do PIB [Produto Interno Bruto] mundial total do que qualquer sociedade ocidental em 18 dos últimos vinte séculos. Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial - quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados.*¹⁵

O panorama histórico trazido demonstra que o protagonismo atual da China no século XXI não é casual. A China, como país de cultura milenar, novamente se coloca na dianteira da geopolítica internacional. Expõe contradições, digam-se, exóticas, como adotar um regime político centralizado pelo partido comunista chinês, mas, surpreendentemente, dominar e implementar um capitalismo sob medida às peculiaridades do Estado chinês.

A China comunista aceita e se utiliza do neoliberalismo, mas sem transgredir por inteiro os seus aspectos culturais. Enquanto no restante dos países a política neoliberal tem como modelo teórico e de práxis trazer para um pequeno grupo oligárquico o controle econômico do Estado, os chineses impescindem do direcionamento estatal da economia. As empresas e multinacionais chinesas obedecem à cartilha do Estado chinês, não tendo

¹⁴ GORZ, A. Ecologia como política. South End Press: Boston, 1980.

¹⁵ KISSINGER, Henry. Sobre a China. 6ª reimpressão. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. p. 29.

um Estado “pra chamar de seu”.

Interessante se faz notar que o neoliberalismo tem como característica de modelo econômico ter uma relação nociva com a democracia liberal burguesa nos países em desenvolvimento. Como a política neoliberal é regida pelos interesses dos potentados econômicos privados, o Estado passa a ser guiado exatamente por esses interesses, assim a democracia em alguns casos passa a ser um empecilho à economia. Tais interesses se colocam sem compromisso com o estado de bem-estar social, atacando, com isso, os direitos prestacionais.

Rubens Casara percebe que Estado Democrático de Direito, quando possui os direitos fundamentais em sua plena atividade e efetividade, torna-se um inibidor ao aparecimento do autoritarismo. O modelo neoliberal não se comove em erigir uma espécie de Estado Pós-Democrático, chancela o autoritarismo necessário para desidratar os direitos fundamentais em obediência às necessidades e vontades do mercado.¹⁶

A China não é pautada por uma democracia liberal burguesa, vive, como já foi dito, um regime centralizado. Ironicamente, apesar da sua política ser regida por um partido comunista, os conglomerados econômicos ajustam a cartilha neoliberal às especificidades chinesas, pois mesmo saindo de script normal de modus operandi, a capacidade de produção em larga escala do mercado chinês traz um custo-benefício viável para que as multinacionais lá atuem mesmo à margem das suas condições das relações que desenvolvem com outros países.

Nessa toada, a dinâmica do desenvolvimento econômico chinês, apesar das suas peculiaridades, seguiu um neoliberalismo sob encomenda, porém não afastado da lógica da denominada economia linear. As indústrias chinesas vão na mesma linha de qualquer grande polo produtor industrial do Ocidente. Poluição e degradação do meio ambiente fazem parte desse pacote nada recomendável ao pretendido desenvolvimento sustentável.

No seu 13º plano de política quinquenal (2016-2020), o governo chinês foi taxativo em priorizar uma produção industrial de baixo carbono, como se pode asseverar:

- *Inovação como estratégia para se alcançar o desenvolvimento econômico e social.*
- *Apoio ao desenvolvimento da manufatura avançada.*
- *Foco nas indústrias emergentes, dentre as quais biotecnologia, indústria de baixo carbono, tecnologias da informação e novos materiais; e nas estratégicas, como*

¹⁶ CASARA, Rubens R. R. Estado Pós-Democrático, Neo Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018. p. 89-90.

aeroespacial, nuclear e ciências da vida.17

A preocupação do governo chinês nas indústrias de baixo carbono denota um sinal de atenção aos reclames da política ambiental. Como um país que novamente emerge como potência a trazer o mundo para uma multipolaridade, depois de um período de trinta anos de hegemonia norte-americana dos Estados Unidos após a queda da URSS (1922-1991)¹⁸, seria contraproducente adentrar numa disputa pelo mercado global, sem fazer uso exatamente de um traço cultural chinês, a análise a longo prazo.

Não há como pensar em largo espaço de tempo, dialogar com o futuro sem atentar para as necessidades climáticas e ambientais. E dentro do capitalismo, uma das alternativas que se apresentam é então denominada economia circular, que na última década aparece como um conceito difundido no discurso empresarial e político ao redor do mundo, substituindo o jargão amplamente conhecido “desenvolvimento sustentável”.

Embora o termo Economia Circular tenha surgido no ambiente acadêmico, com o passar do tempo adquiriu um sentido mais amplo, abrangendo diferentes significados. Saiu de um prisma mais ecológico industrial e entrou num campo de disputa por diversas agendas de ideologias concorrentes.¹⁹ A Economia Circular seria uma nova maneira de propagar a cultura da sustentabilidade ambiental na dicotomia sistemas ecológicos e as atividades econômicas.²⁰

É dentro desse panorama que se tem de entender o animus chinês em realçar a sua economia dentro de tratativas que não simplesmente repliquem esse modo de produção industrial linear, pautado num consumo que tanto dano provoca ao meio ambiente. Não parece crível acreditar que toda uma lógica de demanda industrial em larga escala refreará e buscará uma economia que dialogue mais com as necessidades ambientais.

A China é a maior consumidora de carvão e a maior produtora de CO₂ (gás carbônico), nos termos absolutos, porém importante ressaltar que essa métrica utilizada não coloca a China como o país mais poluidor do mundo, pois na análise por poluição per capita a China cai para a sétima posição entre os países que mais poluem. No relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), até 2030, caso medidas de contenção não sejam adotadas, o montante de gases de efeito estufa (GEE) produzido pelo país chinês será

17 ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demetrio; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 3, 2018. p. 7.

18 LOSURDO, Domenico. Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje. 2ª Reimpressão. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo e Carolina Muranaka Saliba. Rio de Janeiro: Renavan, 2004, fev. 2020. p. 28.

19 RIP, Arie; VOB, Jan-Peter. Umbrella Terms as Mediators in the Governance of emerging Science and Technology. Science, Technology and Inovador Studies., 9, p. 39-59, 2013.

20 GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. Uma revisão sobre economia circular: a transição esperada para uma interação equilibrada dos sistemas ambientais e econômicos. J. Limpeza. Prod., v. 114, p. 11-32, 2016. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2015.09.007>

o dobro do montante total produzido pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).²¹ Não é um número a ser comemorado.

O cenário não é muito positivo e, caso medidas não sejam adotadas, Hung e Tsai afirmam que num futuro próximo a China pode enfrentar os seguintes prognósticos:

Os desafios incluem o derretimento das geleiras, especialmente no Tibete e Tianshan; perda na produção agrícola, que pode diminuir em até 10% até 2030; aumento do número de secas, tempestades, inundações e desastres naturais causados pelo clima extremo; elevação do nível do mar que vai afetar até 67 milhões de pessoas; e a exposição de outros 40% da população mundial à ameaça de um desastre natural. Tendo em conta que a China abriga uma enorme população de 1,3 bilhão de pessoas, recursos decrescentes, os problemas de poluição graves e uma economia em rápido crescimento - fatores típicos de um dilema de desenvolvimento -, o custo potencial da mudança climática para a China é extremamente alto.²²

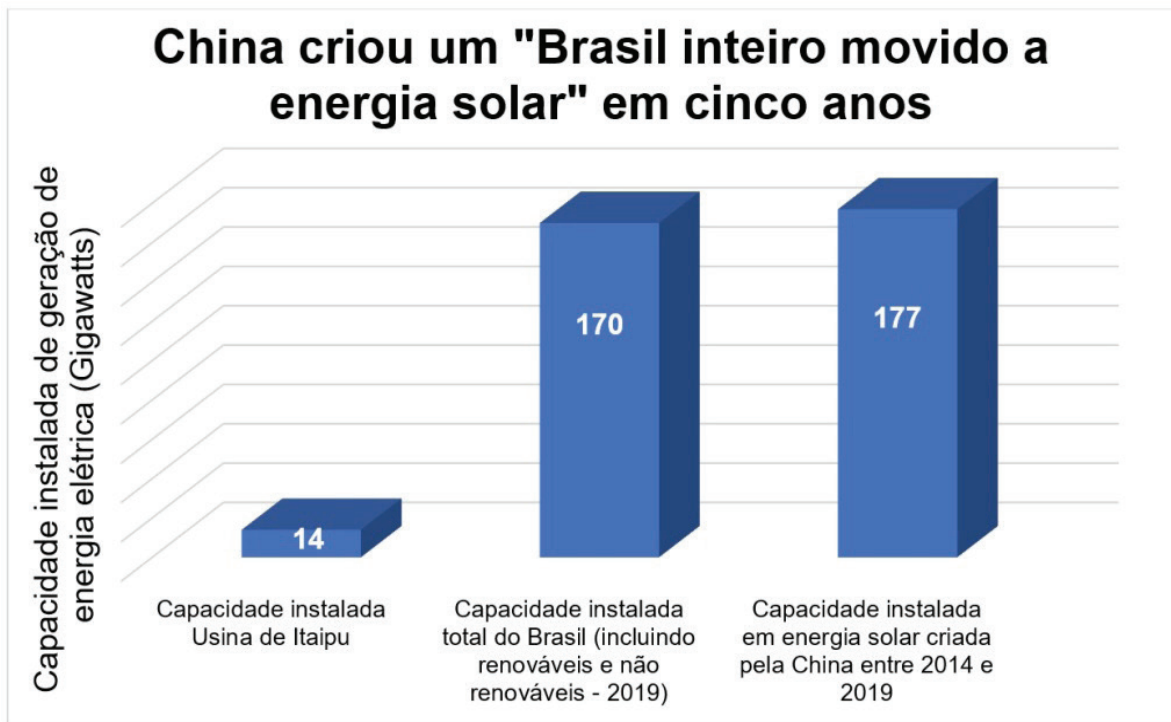
Entretanto, a preocupação do governo chinês com o meio ambiente é real, tanto que em cinco anos construiu uma base de energia solar maior do que toda a capacidade energética atual de renováveis e não renováveis do Brasil até 2019, conforme se pode asseverar no gráfico²³:

²¹ HUNG, Ming-Te; TSAI, Tung-Chieh. Dilemma of choice: China's response to climate change. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55 (special edition), p. 104-124, 2012.

²² Ibid., p. 107.

²³ MORCEIRO, Paulo. Brasil volta à relação centro-periferia. Valor Adicionado. 2021. Disponível em: <https://valoradicionado.wordpress.com/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

Gráfico 1 - China criou um "Brasil inteiro movido a energia solar" em cinco anos



Fonte: Elaborado por Paulo Morceiro e Lourenço Faria para o Blog Valor Adicionado, a partir de dados do IRENA (International Renewable Energy Agency).

No cenário apresentado, pelas preocupações e políticas públicas para conter os danos ambientais já implementadas, não é difícil imaginar um ambiente favorável para a Economia Circular disputar espaço com a Economia Linear. Contudo, pela alta efetividade da indústria chinesa, seja na automotiva, da tecnologia ou de baixo valor agregado, o desafio será estancar alguma possível perda na capacidade produtiva, ou seja, a preocupação não pode ser atingir um mesmo patamar de produtividade, mas sim, mesmo com uma perda produtiva, priorizar mudar a cultura de consumo.

Não é colocar na mesma situação de produtividade a economia circular e linear, mas sim optar pela forma que agrida menos o meio ambiente, priorize a sustentabilidade, pela preservação do planeta, nesse caso, ao que parece seria a Economia Circular, porém existem controvérsias nesse modelo de produtividade econômica.

Na sua teoria monetarista, Marx afirmava que a transformação de mercadorias em dinheiro e novamente a mudança do dinheiro em mercadoria é a forma mais simples de circulação de mercadorias. Segundo Marx,

a simples circulação de mercadorias - vender para comprar - é um meio de realizar um propósito não ligado à circulação, a saber, a apropriação de valores de uso, a satisfação de desejos. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um

*fim em si mesma, pois a expansão do valor só ocorre dentro deste movimento constantemente renovado. A circulação de capital, portanto, não tem limites.*²⁴

Marx ainda continua a sua explanação ao sintetizar que o dinheiro é apenas o ponto de troca. Como um carro precisa de combustível, o capitalismo acelera o processo metabólico da sociedade, o rápido desaparecimento de mercadorias da esfera de circulação, e sua substituição igualmente rápida por mercadorias da esfera de circulação, e sua substituição igualmente rápida por mercadorias frescas, por servir ao incessante movimento de obtenção de lucro.²⁵ Nesse cenário definido há duzentos anos e que ainda se impõe, a Economia Circular teria como modificar esse panorama tão inerentemente atrelado à lógica do capitalismo?

A fenda metabólica também apregoada por Marx conceituava uma fratura irremediável na marcha, independentemente do metabolismo social, criando uma hermenêutica quase exata da relação de crise ecológica com o capitalismo.²⁶

Segundo o que foi dito, há uma relação intrínseca entre o capitalismo e a produção de resíduos, ou seja, aumenta o lixo e a exploração de recursos naturais. No entanto, há uma evidente impossibilidade de o planeta aguentar esse nível de exploração nos termos aprofundados pós-Revolução Industrial. A Economia Circular, com todas as suas incongruências e limitações, por não romper com o sistema, somente adequar-se, parece não ser o caminho salvador, mas um caminho a ser tentado.

Se as empresas terão um maior custo na produção, se as energias limpas suportarão a demanda energética mundial ou até mesmo o capitalismo neoliberal iria aprofundar mais ainda o fosso de desigualdade entre as pequenas empresas e as multinacionais, o fato é que uma nova ordem econômica há de surgir e a China, por tudo o que a envolve enquanto mercado e capacidade produtiva em grande escala, deve ser a protagonista nessa mudança.

Como a potência econômica que desponta no novo século, a China, mais do que um laboratório, pode ser uma maquete, um modelo, pronto e acabado de como a Economia Circular deve ser aplicada. Se dará certo, só a necessidade do capitalismo se reinventar ou uma nova ordem econômica a ele se sobrepor, dirá.

²⁴ MARX, Karl. O Capital, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 252.

²⁵ Ibid., p. 253.

²⁶ FOSTER, John Bellamy. A teoria de Marx sobre a fissura metabólica: Fundamentos clássicos da sociologia ambiental. Revista Americana de Sociologia, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999.

O comunismo neoliberal chinês

A China difere de tudo o que já foi visto, estudado e analisado no concernente ao crescimento econômico. Após as reformas de 1978²⁷, com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, mesmo conservando aspectos culturais milenares, com uma imensa população camponesa vivendo em área rural, houve um desenvolvimento econômico saindo da receita até então casual da economia mundial da época, ou seja, a privatização de estatais e uma hipervalorização da iniciativa privada. Contrariando as expectativas, a China se abriu à economia internacional, porém com as suas peculiaridades, resguardando os interesses e a atuação do Estado nacional chinês.

Num caminho próprio, a China alcança um avanço tecnológico ancorado num desenvolvimento enquanto Estado nacional. O motor propagador desse crescimento econômico não foi uma Sociedade Anônima (S.A.), num plano capitaneado por um regime político centralizado, independentemente do juízo de valor que se faça. Aliás, a inserção internacional angariada após 1978, na ascensão econômica, atrai uma estabilidade política do regime que, a despeito das críticas, apresenta números convincentes de crescimento.

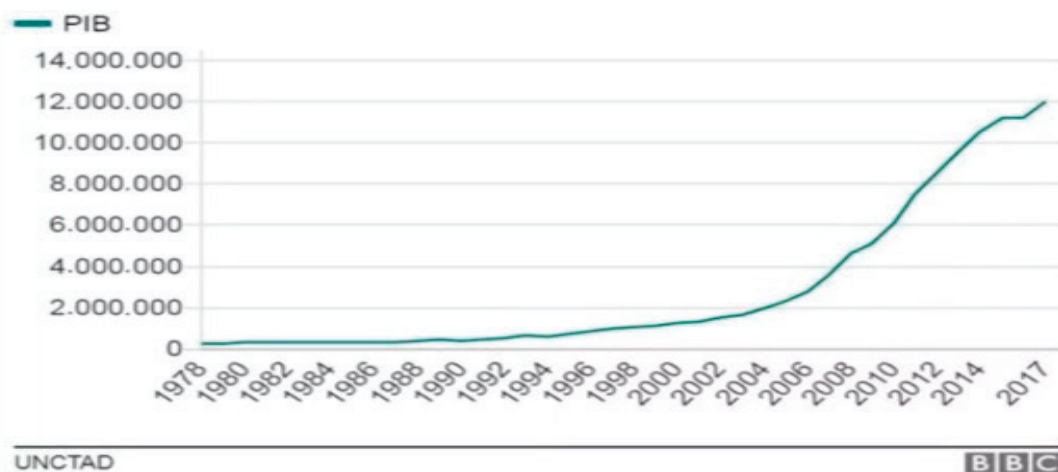
Toda essa teia de especificidades econômicas e políticas que a China apresenta ecoa no Ocidente questionamentos e surpresas, afinal, é plausível que o estado de bem-estar social oriundo da democracia liberal burguesa se impressione com os números chineses, pelo salto num período de pouco mais de trinta anos entre crescimento econômico e inclusão social. Alguns números são trazidos e serão demonstrados nos gráficos abaixo:

²⁷ As reformas de 1978 deram-se na abertura da economia chinesa, contrapondo-se em certa medida à Revolução de 1949, com o intuito de estancar a grave crise que perpassava a China, com o aumento da fome, sem atingir os níveis de igualdade pretendidos, com uma grave defasagem em ciência e tecnologia. A abertura econômica chinesa deu-se por fins específicos, sem seguir, por exemplo, a abertura econômica dos países da América Latina. LOSURDO, 2004, p. 152.

Gráfico 2 - A evolução do PIB chinês

1. Entre 1978 e 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu de US\$ 150 bilhões para US\$ 12,2 trilhões

A evolução do PIB chinês
(Em bilhões de dólares; valores de 2010)

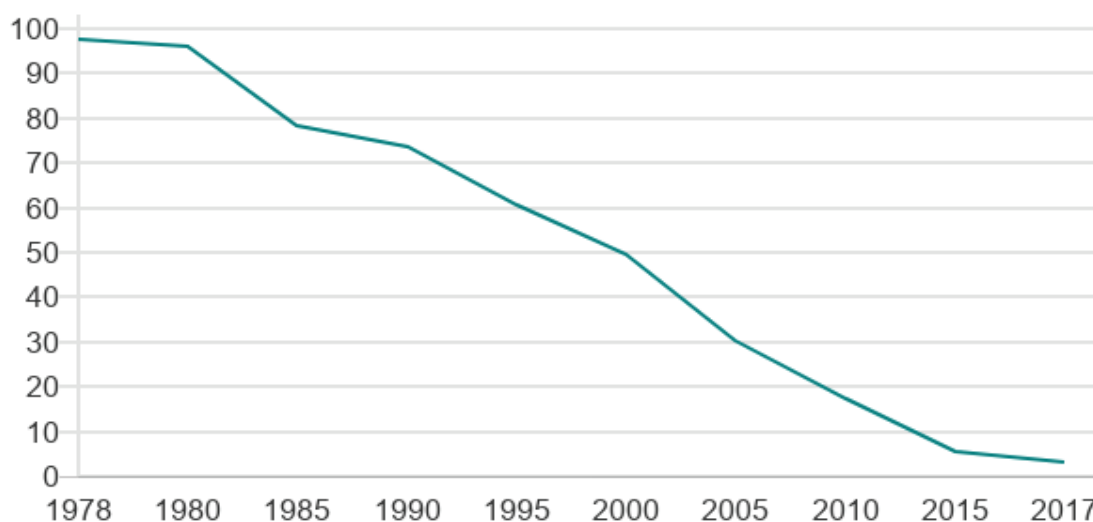


UNCTAD BBC
Evolução do PIB chinês — Foto: Reprodução/BBC

Gráfico 3 - O número de pessoas pobres na China caiu drasticamente

O número de pessoas pobres na China caiu drasticamente

% da população total



Fonte: Bureau Nacional de Estatísticas da China BBC



Os números chineses desafiam qualquer teoria pronta que não se coloque de forma imparcial a investigar os números independentemente das suas predileções pelo regime político ou não. Os dados impressionam e faz do Estado nacional chinês algo único. Os velhos conceitos acadêmicos ocidentais de que o Estado não teria serventia e a solução estaria somente na iniciativa privada tornam-se insustentáveis. A China e os seus números confrontam essa retórica.

Para entender o processo chinês de desenvolvimento é preciso, antes de mais nada, compreender quais são as diferenças entre o modelo econômico chinês e outros existentes mundo afora. Não resta dúvidas de que uma nova simbiose entre Estado e economia surge com o modelo da China. Utiliza-se de um corpo capitalista, neoliberal, mas com uma alma socialista, o que é, ou até o que será, ainda não se sabe, mas certamente é um modelo econômico a ser definido, em busca de uma identidade.

Para começar a compreender essa disposição econômica chinesa ao novo não há como não atentar cuidadosamente para os freios e contrapesos no controle e coordenação estatal que tanto definiram as políticas econômicas sociais e desenvolvimentistas formadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. No tocante à intervenção estatal, para auferir a sua capacidade, ocorreram, a partir da década de 1990, dois movimentos na economia da China. O primeiro foi o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, em 1999, que rapidamente se converteu na maior transferência territorial de renda existente até então.²⁹ Esse programa foi um importante passo na unificação do território econômico da China, muito similar com o ocorrido nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.³⁰ O segundo movimento ocorreu em 2008, como resposta à crise o Conselho de Estado da China anunciou um potente conjunto de estímulos à economia na bagatela de US\$ 586 bilhões - o que, na época, correspondia a 12,6% do PIB.³¹

Esse papel do Estado criou uma construção de institucionalidades, pois novas políticas econômicas foram encetadas pelo Estado.³² A cada ciclo de inovações institucionais ocorreu um aumento qualitativo nas ações estatais, acompanhando o salto quantitativo mercado/setor privado.³³

O neoliberalismo não se coloca a negar o Estado, apenas traz o Estado para os interesses dos grandes grupos econômicos e multinacionais, e o financiamento do setor público geralmente acaba fazendo muito mais do que corrigir falhas do mercado. Por estar mais

29 JABBOUR, Elias. China: infraestrutura e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

30 OLIVEIRA, Amaury P. de. O Salto Qualitativo de uma Economia Continental. Política Externa, v. 11, n. 4, p. 6-13, 2003.

31 JABBOUR, 2006.

32 JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a 'socialização do investimento': uma abordagem Keynes - Gerschenkron - Rangel - Hirschman. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n.1, 2018.

33 CHONG-En Bai et al. Special Deals from Special Investors: The Rise of State - Connected Private Owners in China. NBER Working Paper, n. 28170, 2020.

disposto a se engajar no mundo da Incerteza Knightiana, investindo em desenvolvimento de tecnologia na etapa inicial, por exemplo, o setor público pode de fato criar novos produtos e os mercados correspondentes.³⁴ É exatamente nessa condição que o Estado chinês se faz presente, entretanto, não para o neoliberalismo controlar o Estado, mas sim o Estado controlar o neoliberalismo.

Tal presságio não é desprezível, pois num período em que a globalização aproxima os Estados-nação, as divisões geográficas já não suficientes para captar as divisões globais e distribuição de produção, acumulação e formas sociais, pois o fluxograma de trabalho e capital se alteraram fortemente, de maneira que já não é possível demarcar as zonas geográficas, Norte e Sul. Os níveis de produção podem existir simultaneamente, dos mais complexos níveis de tecnologia, produtividade e acumulação aos mais baixos, diferenciando-se apenas pelo mecanismo social de controle de cada localidade.³⁵

Na avaliação de Landislau Dowbor,

*faz parte também desta crise civilizatória o desajuste nos espaços. A economia se globalizou, com corporações transnacionais e gigantes financeiros operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo em grande parte nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes. Os instrumentos políticos de regulação permanecem fragmentados em cerca de 200 países que constituem o nosso planeta político realmente existente. Com a desorganização que disso resulta, populações inseguras buscam soluções migrando ou apoiando movimentos reacionários que julgávamos ultrapassados.*³⁶

A China praticamente possui um Estado que planifica sua economia em condomínio com o mercado, mas é intransigente nas condições que impõe para resguardar e salvaguardar a sua soberania. Os produtos chineses que invadem as prateleiras mundo afora obedecem rigorosamente à cartilha estatal, da mesma forma as empresas que queiram se instalar no mercado chinês interno.

O neoliberalismo tem como vocação valorizar o capital financeiro, diferentemente de um estado de bem-estar social pautado nas premissas liberais que tem como norte seguro a ser seguido o capital produtivo, no compromisso de gerar empregos e incluir cada vez mais a população na demanda de consumo. A China não é um Estado liberal, mas consegue, até pelo mercado potencialmente consumidor de mais de um bilhão de pessoas, flutuar entre

34 MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito setor público vs setor privado. Tradução: Elvira Serapicas. São Paulo: Porfolio Penguin, 2014. p. 91.

35 HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Tradução de Berilo Vargas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 356.

36 DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2018. p. 10.

quase as premissas de um Estado liberal, mas sem prescindir do controle estatal nos rumos da iniciativa privada.

Nesse diapasão, tal política é sentida nas palavras de Keynes, ao perceber o Estado como indutor, dinamizando o investimento com o intuito de estimular e passar segurança à iniciativa privada para investir e num processo harmonioso entre o público e o privado, que o pleno emprego seja viabilizado.³⁷

A partir desse prisma, o Estado chinês cria os Grandes Conglomerados de Empresas Estatais (GCEE), que avençam características e condições genuinamente típicas, como elenca Elias Jabbour:

- 1) *Em nenhum lugar do atual mundo capitalista grandes e numerosas empresas estatais estão localizadas no núcleo produtivo central;*
- 2) *Em nenhum grande país capitalista do mundo o Estado tem tamanha capacidade de coordenação do investimento por meio de empresas públicas como a China;*
- 3) *Em nenhum país do mundo dezenas de empresas estatais estão a serviço de uma estratégia global que envolva investimentos da ordem de trilhões de dólares, conforme o exemplo do projeto ‘Um Cinturão, Uma Rota’;*
- 4) *Em nenhum país do mundo o controle sobre este tipo de ativo tem obedecido a critérios puramente políticos e estratégicos em detrimento do lucro, puro e simples.³⁸*

Como se percebe, não é exercício simples rotular a China em corredores ideológicos, quando na verdade parece desenvolver uma ideologia sob medida às suas especificidades. Reduzir o Estado chinês a qualquer nomenclatura é, antes de tudo, ser atraído ao equívoco de não identificar que não existe exceção sem regra. A China é comunista? Pode-se dizer que sim, pois os interesses estatais são prevalentes ao lucro. A China é neoliberal? Pode-se dizer que também é, pois além de produzir uma grande leva de bilionários, a iniciativa privada na China participa da concorrência do mercado global, bem como cada vez mais aportam no Estado chinês, embora com regramentos diferentes, não sentindo essas diferenças na economia globalizada.

O desafio será fazer, de toda essa peculiaridade chinesa, parâmetros diferentes no desenvolvimento econômico que suplantem o modelo de produção exploratório que define o planeta e faz também de forma globalizada, independentemente das peculiaridades lá existentes, sofrerem das mazelas que atingem qualquer outro lugar. Talvez seja também da China que surja um comunismo neoliberal exótico a apontar diretrizes econômicas mais sustentáveis e viáveis para a manutenção da espécie humana.

37 KEYNES, John. A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970 [1936]. p. 378.

38 JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. China: O Socialismo do Século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 179.

O mundo do trabalho: em todo canto uma nova exploração

Em decorrência dos efeitos da globalização, as condições de trabalho no âmbito internacional cada vez mais têm sido objeto de atenção. Os efeitos transnacionais das legislações trabalhistas urgem a necessidade de padronizar a vigilância diante das precárias condições de trabalho que se alastram. Não é incomum que empresas busquem sítios em que legislações trabalhistas sejam mais frouxas, aliás, prática muito recorrente e consequência direta do mercado global.

Não é absurdo por isso achar que a globalização é uma espécie de nova colonização, pois guiada pela bússola da mais-valia e lucro da iniciativa privada, desenvolve uma relação com o Estado de aproveitamento ao máximo das suas debilidades institucionais e até as fragilizando para fazer da desregulação a sua regra. Todo esse enredo é potencializado ainda mais sob a batuta do neoliberalismo.

Na geopolítica global o neoliberalismo, para além dos interesses pactuados no estado de bem-estar social, é concessão civilizatória feita pela burguesia liberal. Há um desmantelamento por inteiro do tecido social do Estado. A lógica deixa de ser qualquer pacto que envolva as condições de trabalho, por exemplo, para atender aos ditames liderados pelo capital financeiro. Hoje é a lógica da finança globalizada que delimita o território ocupado pelas opções da política democrática. A China pode-se dizer que é uma exceção, pois o neoliberalismo se encontra em um panorama praticamente padrão quanto aos direitos, garantias e condições de trabalho, encontra um regime político ativo no sentido de não se deixar subverter por inteiro às lógicas neoliberais.³⁹

Apesar do neoliberalismo ter uma relação, até pela sua própria vocação, amistosa com o autoritarismo, não é causal que o pensamento neoliberal se curve às vontades de um regime político centralizado, quando esse regime tem como prioridade as prerrogativas enquanto Estado. Na China, a prática neoliberal encontra o Estado como advogado dos interesses que muitas vezes contrariam a lógica do mercado.

A identificação entre o poder político e o poder econômico faz do mercado e dos detentores do poder econômico os principais (quando não, únicos) beneficiários das ações políticas. A governabilidade neoliberal não reserva preocupação com o “comum”, incentiva o “cada um por si” e tão somente a busca pelo prazer individual. As pessoas são estimuladas a se perceberem como uma pessoa jurídica, com a simples preocupação de eliminar a concorrência, em detrimento da solidariedade e dos projetos coletivos.⁴⁰

³⁹ BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda Quem Pode, Obedece Quem Tem Prejuízo. São Paulo: FACAMP, Contracorrente, 2017. p. 183.

⁴⁰ CASARA, 2018, p. 50-51.

Por exemplo, a dificuldade que o mundo enfrenta na geração de empregos não é tão somente pela reformulação no mercado de trabalho como consequência dos efeitos da tecnologia. É o resultado da lógica neoliberal. A supressão de direitos trabalhistas mundo afora e a redução das vagas de emprego formam o pedágio exigido pelo lucro almejado principalmente no mercado financeiro.

Segundo Belluzzo e Galípolo, há dicotomia que retrata bem a lógica neoliberal, pois enquanto o desemprego global avançou nos países denominados desenvolvidos, o trabalho se intensificou nas regiões receptoras da produção manufatureira. A financeirização em demasia do mercado contribuiu com os conglomerados internacionalizadas ante a massa de uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada. A abertura do mercado e o acirramento da concorrência entre empresas de maior e menor porte são requisitos que favorecem o monopólio e debilitam a força das entidades sindicais e em consequência os trabalhadores “autônomos” são considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência, como reza a cartilha neoliberal.⁴¹

A financeirização responde como principal vetor de todo esse colapso que atinge diretamente o mercado de trabalho no mundo. Enquanto o capitalismo dominante busca soluções *strictu sensu* para sair da crise, ou seja, a curto prazo tão somente para reconstituir a dominação dos oligopólios, a classe trabalhadora necessita de um projeto *latu sensu*, que desenvolva uma política de Estado com perspectiva de não somente salvar a economia para o agora, mas garantir emprego para o futuro.

Na China, de todas as contradições que a cercam, os direitos, garantias e condições de trabalho têm sido objeto de profundo debate. Diz-se que todo o crescimento econômico chinês é oriundo da exploração da mão de obra da classe trabalhadora, afirmação polêmica e no estudo conduzido por Pun Ngai, Jenny Chan e Mark Selden tem-se uma interessante análise:

*A China merece uma nota especial. Lá encontramos, neste início do século XXI, altas taxas de greves, uma vez que as engrenagens do capitalismo das transnacionais estão levando ao extremo os níveis de superexploração da classe trabalhadora. As causas são várias, e o exemplo da Foxconn é elucidativo. Fábrica do setor de informática e das tecnologias da comunicação, a Foxconn é um exemplo de *electronic contract manufacturing (ECM)*, modelo de empresa terceirizada responsável pela montagem de produtos eletrônicos para Apple, Nokia, entre várias outras transnacionais. Em sua unidade de Longhua (Shenzhen), onde são fabricados os iPhones, ampliaram-se desde 2010 os suicídios de trabalhadores, em sua maioria denunciando a intensa exploração do trabalho ao qual estão submetidos. [...] A tragédia da Foxconn foi de tal intensidade que, nos primeiros oito meses daquele*

41 BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 182.

ano, 17 jovens trabalhadores⁴² entre 17 e 25 anos tentaram suicídio, dos quais 13 morreram. O triunfo comercial da Apple reside, em grande parte, na terceirização da produção de seus eletrônicos para a Ásia (e para a Foxconn em particular), que, apenas na China, empregava naquele período cerca de 1,4 milhão de trabalhadores. Desde o final da década de 1970, a China estabeleceu zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro, o que levou a Apple a buscar essas grandes empresas de terceirização a fim de reduzir custos e ampliar mercados. A Foxconn não só possuía complexos fabris em Shenzhen, mas em mais de quinze províncias por todo o país. Além disso, todos os produtos de hardware da Apple são manufaturados por parceiros terceirizados localizados principalmente na Ásia.⁴³

A China, mesmo se colocando e sendo governada por um partido comunista, não foge à regra da exploração que o capitalismo impõe. As condições de trabalho enfrentam a padronização da precarização vista mundo afora e aprofundada ainda mais pelo modelo neoliberal. Não à toa os suicídios comentados expõem a face cruel da desumanização vista no ambiente laboral. O mercado chinês nesse ponto não seguia qualquer cartilha comunista, aliando-se totalmente às nuances capitalistas.

Por ora, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aduz que o trabalho humano não pode ser coisificado e tem no artigo 427 do Tratado de Versalhes o início da internacionalização dos direitos trabalhistas. A Declaração da Filadélfia, inclusive, foi o marco da não mercantilização do trabalho, incorporado aos princípios da OIT. Há também a Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social, em 1977, emendada em 2000, que trata exatamente das condições de trabalho e de vida; segurança e saúde; relações de trabalho; liberdade sindical e direito de sindicalização.⁴⁴

O mundo do trabalho passa por transformações em níveis globais. Fatores como a flexibilização ou a terceirização do trabalho atendem a uma necessidade de menor custo para a produção em cima de uma maior pretensa garantia aos trabalhadores que porventura se pudesse ter.

42 NGAI, Pun; CHAN, Jenny. "The Advent of Capital Expansion in China: a Case Study of Foxconn Production and the Impacts on its Workers". 2012. Disponível em: http://rdln.files.wordpress.com/2012/01/pun-ngai_chan-jenny_onfoxconn.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020; NGAI, Pun; CHAN, Chris King-Chi; CHAN, Jenny. "The Role of the State, Labour Policy and Migrant Workers Struggles in Globalized China". *Global Labour Journal*, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: https://sacom.hk/wp-content/uploads/2013/07/2010GlobalLaborJournal-PN.CC.JC_.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

43 NGAI, Pun; CHAN, Jenny; SELDEN, Mark. "The Politics of Global Production: Apple, Foxconn and China's New Working Class". *The Asia Pacific Journal: Japan Focus*, ed. 32, v. 11, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://apjif.org/2013/11/32/Mark-Selden/3981/article.html>. Acesso em: 18 jan. 2020.

44 FRIEDRICH, Tatyana Scheila; OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. Empresas Transnacionais e Trabalho Precário. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas (Org.). *Trabalho, Tecnologias e os Desafios Globais dos Direitos Humanos, Estudos e Perspectivas Críticas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 333-346.

Na China, os fornecedores de eletrônicos são pautados por uma forte competição entre eles, com o intuito de atender tanto às demandas de mercado quanto ao binômio tempo de produção e à qualidade do produto no sentido de baratearem os preços, o que representa riscos salariais e riscos à saúde da classe operária. Inclusive, esse cenário em julho de 2009 foi consequência de um suicídio. O jovem operário Sun Danyong, 25 anos de idade, foi responsabilizado pela perda de um dos protótipos do Iphone 4 e jogou-se do 12º andar da Foxconn.⁴⁵

Desde então as reivindicações por melhorias nas condições e garantias de trabalho servem como denúncias da pesada exploração sofrida pelos trabalhadores de uma forma geral. As greves e manifestações de revolta, mesmo assim, não impediram três novos suicídios de funcionários da mesma empresa da unidade de Zhengzhou, ocorridos em 2013.⁴⁶

Toda essa situação faz com que as relações e as prestações de trabalho sejam pautadas por uma robotização. Com troca da mão de obra humana pela máquina, postos de trabalho vão sendo modificados ou até extintos, e novos surgem. A cobrança por resultados e o receio de ficar desempregado em um mundo cada vez mais concorrido trazem às relações de trabalho uma pressão que se reflete em apenas ceder os direitos para se manter o emprego.

Uma nova realidade também se abre com imigração em massa. O capital, como é de sua natureza, molda-se a essa mão de obra mais perene, nômade, principalmente nesse aproveitamento de maneira informal. Mãos de obra muitas vezes qualificadas, que não conseguem emprego em seu país de origem, vão atrás de melhores oportunidades em países com uma maior vocação de oferta no mercado de trabalho. Importante mencionar também os trabalhadores menos qualificados que orbitam os trabalhos mais braçais nos países de moeda forte.⁴⁷

Permitindo-se um recorte da classe trabalhadora contemporânea, a força de trabalho vendida pelo salário sofreu uma abrupta mudança na comparação com a primeira metade do século XX. Se antes os movimentos fabris eram mais setorizados, ou seja, cada categoria lutando pelos seus direitos, atualmente, percebe-se uma necessidade de integração maior nas lutas coletivas.

A financeirização como principal vetor para se fazer o dinheiro circular, além de concentrar mais ainda a riqueza, asfixia o consumo, afeta o capital produtivo e, conseqüentemente, inibe a geração de emprego.

45 ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 29.

46 NGAI; CHAN, 2012; NGAI; CHAN; CHAN, 2010.

47 BOSCO, Pietro; PEROCCHI, Fabio. Gli immigrati in Europa: diseguaglianze; Razzismo di statto: stati unit, Europa, Itália (Milão, Angeli), 2010. p. 31.

Desde 2008, com exceção da China, o crescimento econômico dos países foi seriamente afetado. Os Estados Unidos, locomotiva da economia global até então, e demais países do capitalismo central sentiram, e ainda sentem, os efeitos da crise financeira com a supressão dos empregos formais nos moldes do taylorismo e fordismo, tão difundidos no século XX. Os direitos sociais conquistados pelos movimentos operários mundo afora são abduzidos por formas precárias de relação trabalhista em escala global, sem contar a explosão de desempregados que são desalojados do mercado e recorrem à informalidade.

Para István Mészáros, o aprofundamento e inserção da aventura especulativa e financeira, sobretudo nas últimas três ou quatro décadas, tem consequência direta e imediata na crise das cadeias produtivas industriais. Como consequência direta há a expansão em níveis mundiais do desemprego. Talvez a ironia esteja em esperar do próprio Estado capitalista a solução para essa desordem econômica que causa a tragédia social do abandono da miséria, pois a relação predatória da indústria com os recursos naturais não é um mero dado, mas uma evidência empírica desse “desenvolvimento” que depõe contra a própria existência humana.⁴⁸

A crise atual do sistema capitalista tornou os Estados reféns dos grandes potentados privados devido ao endividamento público, e com isso se tornaram estéreis na capacidade de regular o sistema financeiro em interesse da sociedade. Ou seja, os grandes grupos financeiros do globo terrestre estão avocando para si os instrumentos do controle político. Não são apenas os efeitos de uma simples oligopolização, mas sim uma cadeia estruturada de financeirização global e o seu poderio.

Nesse cenário, tem-se uma classe trabalhadora cada vez mais setorizada nas suas reivindicações agudizada mais ainda com o advento do neoliberalismo. Dividir a classe trabalhadora fragilizava a organização da luta por direitos e facilitava a manutenção dos interesses dos donos dos meios de produção, ou seja, do capital.

Gilles Lipovetsky⁴⁹ defende que as relações interpessoais não são respeitadas pelas condições de relações autoritárias e hierárquicas. Dentro do sectarismo das tantas categorias da classe trabalhadora, a movimentação ou mobilização cada vez mais atenderá a um padrão individual ou segregado em que restará o individualismo tão somente pelo individualismo, isto é, a luta de si mesmo por si mesmo.

Diante dessa nova lógica da relação capital x trabalho, István Mészáros aduz que o trabalho, devido até a construção cultural imposta pela sociedade industrial de atrelar dignidade à sua atividade laboral, constitui-se, em alguns casos, a manifestação de sua própria vida. Adquire traços de mercadoria que vende ao dono da sua força de trabalho, e aí indaga-se:

48 MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 14.

49 LIPOVETSKY, Gilles. El crepúsculo del deber. Barcelona: Anagrama, 1994.

esse trabalhador ou trabalhadora também estaria vendendo a sua dignidade? Tudo muito subjetivo. Certamente, esse operário ou operária que durante doze horas tece, fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos etc. não considera esse período de labor como uma manifestação de vontade sua, ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama, ou seja, o trabalho é apenas um meio, não um fim.⁵⁰

Para agravar essa situação, os estudos de John H. Goldthorpe e seus auxiliares, após dois anos de uma pesquisa de campo com os operários da fábrica de Vauxhall de Luton, concluiu que quando os trabalhadores se sentiam satisfeitos com o patamar financeiro conquistado, incorporavam-se ao sistema político dominante burguês, perdendo qualquer referência de consciência de classe.⁵¹

O momento vivido pelos trabalhadores chineses é de perceber as reivindicações começarem a surtir efeito e a precarização do trabalho enfrentada. A informalidade atual foi capturada pelo que se convencionou chamar da gig economy.⁵² Essa economia traz um grande malefício à conscientização e ao reconhecimento enquanto classe trabalhadora, em virtude do distanciamento propiciado pelas plataformas que maquam uma subordinação, em detrimento de uma suposta parceria. Esse processo resulta, como não poderia deixar de ser, numa dificuldade de as entidades sindicais intervirem.

O governo chinês não prescinde do investimento e do fomento na pesquisa em ciência, tecnologia e inovação. As mudanças tecnológicas iniciadas ainda no final dos anos de 1970, alavancadas e estruturadas com êxito nos últimos vinte anos, foram a base da absorção e desenvolvimento de novas tecnologias. Com tratamento especial, as áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) foram compreendidas e adotadas como essenciais para o desenvolvimento econômico e designadas a ocupar posição privilegiada nos planos do governo chinês.⁵³

O problema das precárias condições nas relações de trabalho chinês não vem da influência da tecnologia, mas sim de uma grande necessidade de produção, alinhada com outra necessidade de se gerar emprego em decorrência da sua grande população e extensão territorial. No entanto, a prova é tanta que exatamente no momento atual a China atravessa uma maior cobrança por melhorias nas condições dos trabalhadores chineses.

50 MÊSZÁROS, Istevan. Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 112.

51 GOLDTHORPE, John H.; LOCKWOOD, David; BECHHOFFER, Frank; PLATT, Jennifer. The Affluent Worker: Industrial Attitudes and Behavior. Londres: Cambridge University Press, 1968. p. 101.

52 Gig economy é o termo utilizado para a sobrevivência de bicos, contratos de trabalho de curto prazo ou atividade ou de trabalho autônomo. Caracteriza-se sobremaneira por ser um efeito global. DE STEFANO, Valerio. The rise of the “just in time workforce”: On demand work, crowdwork and labour protection in the “gig economy”. Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. Genebra: International Labour Organization, 2016. p. 1.

53 ARBIX; MIRANDA; TOLEDO; ZANCUL. Made in China 2025 e Industrie 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. Tempo Social, revista da sociologia da USP, v. 30, n. 3, 2018.

Na gig economy existe uma evidente coerção ideológica e material que forçam os trabalhadores a entrar na troca temporal produtiva - reprodutiva, permanecendo e se aprofundando em novas formas de apropriação coletiva e individual.⁵⁴

Inclusive na tentativa da China em se aproximar mais do Ocidente, tende a abrir a pauta política para um direito mais universal, ou seja, acompanhar as tratativas de uma maior inserção em direitos sociais. Com uma economia cada vez mais globalizada e numa disputa hegemônica com os Estados Unidos, o governo chinês, apesar de continuar centralizado, percebe a necessidade desse gesto político.

Nesse sentido, Ray Kiele faz o seguinte relato:

The idea of universal rights has been challenged on three related grounds. First, that there is no such thing as natural law, and that rights can only ever be established through states granting civil liberties to individuals. Rights are therefore historically specific and only exist within particular social and political communities. This point is not necessarily an argument against the desirability of human rights, but it is based on a recognition that they must be grounded in social and political realities. Second, the argument is often made that rights are too selective, and that their origins in western, individualist liberal thought means that social, economic and collective rights tend to be ignored. These include the 'positive rights' identified by Berlin (1969), such as the right to a basic income, food, clothing and shelter. 'Negative' freedoms, based on the right to exercise individual autonomy from the state, through ownership of private property, free speech and so on, do not guarantee these rights. Indeed, because of the inequalities associated with ownership of private property - advocated by liberal rights theory - some critics argue that individual rights actually undermine collective rights. These points lead to a third objection, which is that 'universal rights' are nothing of the sort, and that the claim to universalism is actually made to justify western rights over other ideas about rights. This ignores not only the different social context identified by the first criticism, but also the very different cultural values that exist in the world order - a critique we have already come across in Chapter 3, in the context of 'communitarian' and 'local' critiques of cosmopolitanism.⁵⁵

Em um mundo cada vez mais globalizado, as perspectivas críticas diante das relações de trabalho na contemporaneidade, num país da importância geopolítica global como a China, não podem ser simplesmente analisadas de forma isolada. Nessa nova ordem mundial é fundamental que as condições de trabalho chinesas estejam no epicentro da

54 MÁXIMO, Flávia. Gig Economy e temporalidade do labor: tecnologias disruptivas e seus impactos na classe que vive do trabalho apud POLIDO, Bertini Pasquot Fabrício (Org.); BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas. Trabalho, Tecnologias e os Desafios Globais dos Direitos Humanos, Estudos e perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019. p. 33.

55 KIELY, Ray. Empire in the age of Globalization, US and Hegemony and neoliberal. London: Pluto Press, 2005. p. 134.

discussão, não só pelo amplo mercado interno de mão de obra demandante, mas pelo que de lá pode sair de novas práticas nas relações de trabalho a impactar o restante do mundo.

A China, pelo parque industrial que ostenta, pode desempenhar um importante papel no maior equilíbrio entre o capital x trabalho. Até porque não se espera uma trégua do neoliberalismo de países com um Estado fraco, algo que definitivamente não é o caso da China, com um Estado forte e atuante direto nos rumos da economia.

CONCLUSÃO

A busca de uma nova reconfiguração de desenvolvimento econômico, capitaneada pela China, será marcada por debates e desconstruções de mundo hoje postas e que aparenta estar consolidada. O planeta demonstra não suportar os termos da exploração do meio ambiente. O método destrutivo de produzir encontra na finitude dos recursos naturais o limite que o capitalismo parece não ter.

Alternativas como a economia circular são propostas, mas talvez não passem apenas de alternativas e não de soluções que venham para propor um novo pacto de relação e produção com o planeta. E não há como pensar num novo modo de produção sem atentar para as relações de trabalho.

A China, pelo protagonismo e a potência que emerge para se consolidar como a principal no século XXI, tem nas relações de trabalho, sempre muito contestadas pela comunidade internacional, uma das vitrines para criar uma pauta mais positiva e que se inclua numa legislação internacional. A tecnologia não chega para competir com os direitos trabalhistas.

Há uma falsa premissa de que a tecnologia induz e é grande causadora da precarização nas relações trabalhistas, o que não é verdade. O interesse da retirada de direitos trabalhistas é do neoliberalismo.

As relações de trabalho culturalmente conhecidas desde a Revolução Industrial se colocam a defender um modelo de reprodução em que a busca pela mais-valia muitas vezes afaste o bom senso que se deveria esperar na compra da mão de obra alheia. E o neoliberalismo esgarça ainda mais, trazendo ainda mais contradição ao ambiente laboral.

A China se incumbirá de assumir um protagonismo em toda essa reconfiguração que se busca no modelo econômico, quebrando paradigmas, assim como já faz quando, dentro de um regime político tido como comunista, desenvolve um capitalismo que a coloca também como um país capitalista a não deixar a dever em nada a qualquer país ocidental.

Mais do que um país sem receio de rótulos, espera-se da China não apenas uma liderança

de uma nova ordem mundial, mas que traga práticas em que coloque as relações de trabalho e o próprio capitalismo para pensar no planeta não como refém do consumo, e sim aliado do bem-estar e de uma vida com padrões civilizatórios que não seja pautada pelo mercado, mas sim pela necessidade de um bem viver que não passa apenas pelo ter.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. Tempo Social, revista da sociologia da USP, v. 30, n. 3, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda Quem Pode, Obedece Quem Tem Prejuízo. São Paulo: FACAMP, Contracorrente, 2017.

BOSCO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Gli immigrati in Europa: diseguaglianze; Razzismo di statto: stati unit, Europa, Itália (Milão, Angeli). 2010.

CASARA, Rubens R. R. Estado Pós-Democrático, Neo Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CHONG-En Bai et al. Special Deals from Special Investons: The Rise of State - Connected Private Owners in China. NBER Woerking Paper, n. 28170, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE STEFANO, Valerio. The rise of the “just in time workforce”: On demand work, crowdwork and labour protection in the “gig economy”. Inclusive Labour Markts, Labour Relations and Working Conditions Branch. Genebra: International Labour Organization, 2016.

DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2018.

FOSTER, John Bellamy. A teoria de Marx sobre a fissura metabólica: Fundamentos clássicos da sociologia ambiental. Revista Americana de Sociologia, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila; OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. Empresas Transnacionais

e Trabalho Precário. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas (Org.). Trabalho, Tecnologias e os Desafios Globais dos Direitos Humanos, Estudos e Perspectivas Críticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 333-346.

GOLDTHORPE, John H.; LOCKWOOD, David; BECHHOFFER, Frank; PLATT, Jennifer. The Afluent Worker: Industrial Attitudes and Behavior. Londres: Cambridge University Press, 1968.

GORZ, A. Ecologia como política. South End Press: Boston, 1980.

GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. Uma revisão sobre economia circular: a transição esperada para uma interação equilibrada dos sistemas ambientais e econômicos. J. Limpeza. Prod., v. 114, p. 11-32, 2016. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2015.09.007>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Tradução de Berilo Vargas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARVEY, David. A Loucura da Razão Econômica, Marx e o Capital no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2019.

HUNG, Ming-Te; TSAI, Tung-Chieh. Dilemma of choice: China's response to climate change. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55 (special edition), p. 104-124, 2012.

IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

JABBOUR, Elias. China: infraestrutura e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. China: O Socialismo do Século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a 'socialização do investimento': uma abordagem Keynes - Gerschenkron - Rangel - Hirschman. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n.1, 2018.

KEYNES, John. A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970 [1936].

KIELY, Ray. Empire in the age of Globalization, US and Hegemony and neoliberal. London: Pluto Press, 2005.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. 6ª reimpressão. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

- LIPOVETSKY, Gilles. El crepúsculo del deber. Barcelona: Anagrama, 1994.
- LOSURDO, Domenico. Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje. 2ª Reimpressão. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo e Carolina Muranaka Saliba. Rio de Janeiro: Renavan, 2004, fev. 2020.
- MARX, Karl. O Capital, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito setor público vs setor privado. Tradução: Elvira Serapicas. São Paulo: Porfolio Penguin, 2014.
- MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MÉSZÁROS, István. Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORCEIRO, Paulo. Brasil volta à relação centro-periferia. Valor Adicionado. 2021. Disponível em: <https://valoradicionado.wordpress.com/>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- NGAI, Pun; CHAN, Jenny. “The Advent of Capital Expansion in China: a Case Study of Foxconn Production and the Impacts on its Workers”. 2012. Disponível em: http://rdln.files.wordpress.com/2012/01/pun-ngai_chan-jenny_onfoxconn.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.
- NGAI, Pun; CHAN, Chris King-Chi; CHAN, Jenny. “The Role of the State, Labour Policy and Migrant Workers Struggles in Globalized China”. Global Labour Journal, v .1, n. 1, 2010. Disponível em: https://sacom.hk/wp-content/uploads/2013/07/2010GlobalLaborJournal-PN.CC.JC_.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.
- NGAI, Pun; CHAN, Jenny; SELDEN, Mark. “The Politics of Global Production: Apple, Foxconn and China’s New Working Class”. The Asia Pacific Journal: Japan Focus, ed. 32, v. 11, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://apjjf.org/2013/11/32/Mark-Selden/3981/article.html>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- OLIVEIRA, Amaury P. de. O Salto Qualitativo de uma Economia Continental. Política Externa, v. 11, n. 4, p. 6-13, 2003.
- POLIDO, Bertini Pasquot Fabrício (Org.); BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas. Trabalho, Tecnologias e os Desafios Globais dos Direitos Humanos, Estudos e perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019.
- REFORMAS econômicas: 9 gráficos que mostram a transformação da China em 40 anos. BBC News Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46599555>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- RIP, Arie; VOß, Jan-Peter. Umbrella Terms as Mediators in the Governance of emerging

Science and Technology. *Science, Technology and Inovador Studies.*, 9, p. 39-59, 2013.

RONCATO, Mariana Shinohara. *Dekassegui, ciber refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes.* 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

JOÃO AGUIAR⁵⁶

RESUMO

O artigo identifica e sintetiza propriedades estruturais das imagens produzidas nalgumas esferas da arte contemporânea e como elas se transferem para o ambiente cultural circundante. A análise e a discussão teórica das imagens nos atuais campos artístico e cultural fornecem uma perspectiva de algumas das propriedades fundamentais destes campos. A discussão da imagem nos campos artístico e cultural conclui pela existência de uma dinâmica de um turbilhão de imagens propulsor e relevante nos processos de criação e de disseminação cultural nas sociedades contemporâneas. O artigo procura fornecer pistas de discussão para este processo de circulação das imagens na arte e na cultura contemporâneas.

Palavras-chave: arte contemporânea; imagem; cultura; arte

ABSTRACT

The article identifies and synthesizes structural properties of the images produced in some spheres of contemporary art, and how they are transferred to the surrounding cultural environment. The analysis and theoretical discussion of images in current artistic and cultural fields provides a perspective on some of the fundamental properties of these fields. The discussion of the image in the artistic and cultural fields concludes by the existence of a dynamic of a whirlwind of images that are propelling and relevant in the processes of creation and cultural dissemination in contemporary societies. The article seeks to provide discussion clues for this process of image circulation in contemporary art and culture.

Keywords: contemporary art; Image; culture; art.

INTRODUÇÃO

O artigo identifica e sintetiza propriedades estruturais das imagens produzidas nalgumas esferas da arte contemporânea e como elas se transferem para o ambiente cultural circundante. A análise e a discussão teórica das imagens nos atuais campos artístico e cultural fornecem uma perspectiva de algumas das propriedades fundamentais destes campos. A discussão da imagem nos campos artístico e cultural conclui pela existência de uma dinâmica de um turbilhão de imagens propulsor e relevante nos processos de criação e de disseminação cultural nas sociedades contemporâneas. O artigo procura fornecer pistas de discussão para este processo de circulação das imagens na arte e na cultura contemporâneas.

Dito de outro modo, o artigo discute o papel da imagem, ou das imagens, enquanto veículo de lubrificação de significados sociais e simbólicos. Nesse âmbito, o ponto de partida situa-se na discussão focalizada do papel de certas correntes da arte contemporânea num certo estilizar das suas formas. Ou seja, na secção 1, a discussão parte da exemplificação da arte conceitual e como esta implicou uma expansão da arte contemporânea para a imaterialidade. Neste quadro, a arte contemporânea trouxe para a ribalta estética a discussão do papel do simbólico imaterial enquanto constituinte e projeção da arte para o público.

Na secção seguinte, analisa-se as modalidades de produção da arte - nomeadamente nas artes plásticas - e como estas passaram da tela para o exterior. Nesse âmbito, avalia-se tanto a incorporação de elementos iconoclastas para dentro dos quadros como da expansão destes para o exterior, para o meio circundante.

Subsequentemente, na secção 3, o artigo continua o desdobramento da explosão das imagens em movimento. Com efeito, após a análise da expansão do universo imagético com impacto para fora das próprias telas artísticas, nesta secção aborda-se o impacto de um turbilhão de imagens com impacto decisivo na produção cultural mais vasta - e já não mais circunscrita ao universo artístico propriamente dito. O impacto das imagens na produção cultural e nas indústrias culturais é particularmente evidente no caso das redes sociais.

Por fim, na secção 4, abre-se a porta a uma discussão sobre o deslumbre, enquanto processo simbólico-cognitivo de comunicação intersubjetiva, entre o agente social e as imagens.

1. A inovação da arte conceitual no campo artístico: a expansão para imaterialidade

Às vésperas da mostra internacional Perspectiva 69, Robert Barry respondeu à seguinte entrevista:

«P. Qual é a sua peça para a Perspectiva 69?

R. A peça consiste das ideias que as pessoas terão a partir da leitura desta entrevista.

P. Esta peça pode ser mostrada?

R. *A peça na sua totalidade não é conhecível porque existe na mente de muitas pessoas. Cada pessoa só pode realmente saber aquela parte que está na sua própria mente»* (Barry citado por Archer, 2008, p. 76, grifos nossos).

O interesse dessas declarações reporta-se a uma alteração de fundo da arte contemporânea. Isto é, a arte perde a sua materialidade inscrita, por exemplo, numa tela e, em boa medida, passa a se articular como um conceito. Assim, a arte conceitual, corrente artística subsequente à arte pop e ao minimalismo, materializou de um modo particularmente duradouro o pressuposto da obra de arte como expressão de um conceito sobre a própria obra de arte, conceito estético mais ou menos elaborado, mais ou menos refletido, mais ou menos explícito. Havia a arte, que era uma coisa, e havia as coisas que as pessoas diziam e escreviam sobre ela, que era outra coisa. Enquanto o minimalismo tinha achado que o significado de um objeto de arte jazia, em certa medida, “fora” dele, nas suas relações com o meio ambiente, o conceitualismo, atraiu as tarefas da crítica e da análise para a esfera do fazer artístico (Archer, 2008: 77). Por conseguinte, a grande inovação da arte conceitual no seio do campo artístico (Bourdieu, 1992) reside precisamente no seu contributo decisivo e durável para autocentrar a arte em si e nos seus objetivos inerentemente estéticos ao tornar-se, acima de tudo, uma ideia. Essa via pela conceitualização significou à arte, mais do que obedecer a um conceito para se consagrar numa nova estrutura formal, tornar-se um conceito sobre si mesma. No primeiro caso, trata-se de um método e que pode perpassar grande parte da história da arte, ao passo que o segundo se reporta ao nível fundamental de elaboração da arte. Ou seja, a arte expressa-se então aos olhos do artista e do público como conceito/imagem.

Um dos precursores - e expoente - dessa via desmaterializante (na construção simbólica da arte) foi Joseph Kosuth.

«Ser um artista hoje significa um meio de questionar a natureza da arte. Se alguém questiona a natureza da pintura, não pode estar questionando a natureza da arte. Se um artista aceita a pintura (ou a escultura), está a aceitar a tradição que o acompanha. Isto deve-se ao fato de que a palavra “arte” é geral, e a palavra “pintura” é específica. A pintura é um tipo de arte. Se se fazem pinturas já se está a aceitar (e não a questionar) a natureza da arte. Assim, está-se a aceitar que a natureza da arte é a tradição europeia de uma dicotomia pintura-escultura» (Kosuth apud Archer, 2008: 81).

Figura 1



Kosuth, Uma e três cadeiras, 1965

Para Kosuth, «cada obra é a fotocópia da definição dicionarizada de uma palavra - ‘arte’, ‘ideia’, ‘significado’, ‘nada’ - ampliada e impressa ao inverso, branco no preto» (Idem: 82). Ora, para este artista, a arte não era as fotocópias concretas, mas as ideias que elas representavam: «as palavras da definição proviam a informação artística» (Idem).

Ao pensar o jogo recíproco entre realidade, ideia e representação, Kosuth chegou a escrever que

«[...] uma obra de arte é uma tautologia na medida em que é uma apresentação da intenção do artista, isto é, ele está a dizer que aquela obra de arte particular é arte, o que significa que ela é uma definição de arte. Assim, o fato de ela ser arte é verdadeiro a priori (é o que Judd quer dizer quando afirma que “se alguém chama algo de arte, isso é arte”）」 (Idem, grifos nossos).

Kosuth é, assim, um exemplo de artista que refletiu fortemente sobre a prática artística (sua e dos outros). Mais ainda, ele verbaliza muito explicitamente um dos traços fundamentais da arte contemporânea, ao menos como o pólo dominante do campo artístico evidencia a própria produção artística: como uma tautologia. Para Carlos Vidal, a arte para Kosuth era entendida «enquanto proposição analítica» o que implica

«ser decisivo produzir uma obra que não deixe intacta a forma tradicional e, ao mesmo tempo, atue e desconstrua a própria definição do “que é arte” (“quando há arte”) - o que mudaria a razão de ser de uma escola de arte e todo o seu trabalho de investigação. Trata-se de operar dentro da arte para a redefinir e alterar o sentido dos suportes institucionais da escola à história. Nesta tautologia uma obra de arte só pode definir-se dentro de si, porque existe um a priori à matéria - há que a transformar na sua linguagem específica se quisermos libertá-la da institucionalização histórica e ideológica. Portanto, a emancipação da arte não virá do seu conteúdo, do assunto, seja ele ou não político» (Vidal, 2002, p. 106).

Mais recentemente, Carlos Vidal (2005: 53) sintetizou a sua argumentação: “quando separamos os nossos atos de uma finalidade e objetivo imediatos, assumimos o infinito por dimensão”. A desmaterialização simbólica e conceitual da arte caminha lado a lado com a sua expansão: tanto o espaço da vida cotidiana como o número de tematizações possíveis em torno do conceito de arte se tornam, ao menos na aparência, infinitos. A arte contemporânea é uma ontologia de si mesma. Essa relativa tautologia invocada por Kosuth não se resumiria absolutamente no plano da arte conceitual, mas, por intermédio do cruzamento dessa corrente artística com o primado da imagem, vislumbraremos, na próxima seção, um dos modos pelos quais a arte como conceito (e imagem) induz uma explosão de imagens.

2. A explosão das imagens

No seio das reflexões sobre a arte contemporânea, o pensador Bernardo Pinto de Almeida alude ao «inconsciente óptico, repousando escondido no fundo das imagens» (Almeida 2019 338). A construção da arte contemporânea das últimas décadas (desde a Pop Art, a arte conceptual e o minimalismo), num contexto de rejeição do formalismo modernista, sustenta-se numa «potência do imaginário», em que a «imagem de uma imagem» (idem 348) desdobra-se numa espiral centrífuga e ascendente por todo o espaço social. A descrição deste processo plasmado na figura da espiral centrífuga e ascendente, reflete-se no facto de que o seu carácter centrífugo implica um extravasamento das imagens da matriz artística e se afirma como uma estética e um blueprint nos universos simbólicos e culturais mais vastos. O carácter ascendente da espiral conjuga-se com a corrida incessante por novas imagens.

Com efeito, com a duplicação e desdobramento infinito das imagens ocorre uma substituição progressiva da representação. De acordo com um importante autor europeu (Almeida 2019), onde a pintura até ao modernismo focava primordialmente aspetos figurativos, descritivos

ou criadores de uma estética de inovação formal, na arte contemporânea a imagem, a apresentação visual, o impacto imagético e o maravilhamento retiniano centralizam a construção artística. Em suma, o advento da captura e registo visual do real a partir de instrumentos, «conduziu a arte a distanciar-se da anterior função representativa» (Almeida 2019: 353). Dito de outro modo, «esse modelo substituiu, progressivamente, as restantes formas da representação e, na verdade, todas as formas, por imagens dessas formas» (idem 354). As imagens das formas constituem o cerne dos debates sobre a arte contemporânea.

Figura 2

Andy Warhol, *Marilyn Monroe*

Se a pintura sempre criou imagens, a verdade é que a circulação massiva (e massificada) de imagens até ao advento das indústrias culturais era francamente limitada. Ora, é essa circulação que vai criar um sistema de vasos comunicantes entre um real crescentemente poroso e uma arte focada na imagem. Todavia, a arte contemporânea não se limitou a expressar os mais amplos mecanismos de circulação e difusão. Estes expandiram-se e foram reconfigurados na medida em que a arte centrada na imagem abriu espaço a uma posterior explosão imagética de elementos de outras áreas (publicidade, redes de comunicação, etc.). Numa linguagem literalmente matemática, o crescimento exponencial

da imagética na arte contemporânea contaminou a restante produção cultural. Não por acaso os modelos teórico-metodológicos sobre as Indústrias Criativas fundamentam a arte como matéria-prima, como leitmotiv desse heteróclito setor. Um possível exemplo é o caso notório da Apple que só teve sucesso massivo a partir da melhoria do design dos seus produtos (Bajarin 2019).

Continuando na esfera artística propriamente dita, refira-se sucintamente a conexão da Land art com a fotografia. Mesmo numa corrente artística fundamentalmente debruçada sobre a relação dos indivíduos com o espaço, ela só se manifesta plenamente pela fotografia, dada a sua precariedade substantiva de base. O imagético capta e/ou grava a intervenção precária do estético sobre o espaço. Para além da dimensão arquivística importa referenciar o facto mais ou menos consciente dos artistas de que a obra de arte, na Land art (e em parte considerável da arte pública contemporânea), se desdobra enquanto materialização: no espaço (portanto, fora da tela e fora dos locais tidos como típicos de legitimação da arte - museus, galerias); e enquanto regresso para o interior dos espaços de apresentação. Ora, esta apresentação é-o na verdadeira acepção da palavra, já que plasma o conteúdo artístico em termos de regresso ao circuito dos artworlds (Becker 2008) enquanto imagem. A desmaterialização aqui é, paradoxalmente, plena, na medida em que o esvaziamento da intervenção material de partida se metamorfoseia em imagem. A porosidade da arte com a vida social circundante é, assim, uma possibilidade real.

Figura 3



Foto da esquerda: foto de um cidadão anónimo na internet (2018) <https://olhares.sapo.pt/land-art-foto9384061.html>; foto da direita: Robert Smithson, Spiral Jetty (1970)

Por conseguinte, a arte contemporânea fecunda dinâmicas intrínsecas com impactos meta-artísticos. Neste quadro, a imagem constitui-se como um ativador e um facilitador por excelência. A imagem promove-se ao estatuto de uma currency simbólica, uma modalidade

monetário-simbólica interligando a produção artística com os campos da produção cultural. Se a arte contemporânea forneceu (e fornece) elementos e modelos imagéticos para os mercados globais, qual o seu alcance mais profundo? De acordo com Almeida, a presença perene e reconstruída de novas imagens acabou por gerar «ilimitadamente, um segundo grau de percepção. Assim, até as próprias coisas passaram a ser olhadas como se fossem imagens», na medida em que «tudo está destinado a acabar em imagem». As imagens inundam o real de tal modo que «hoje já só parece real aquilo que podemos fotografar» (Almeida 2018 355), do qual a filmagem não é mais do que uma derivação acelerada da fotografia. Afirma-se a imagem como moeda simbólica de troca e de ligação dos vários campos e dos mercados culturais.

3. Um turbilhão de imagens. Imagem e redes sociais

Pensa-se, vive-se, sente-se com e para as imagens.

Com as imagens, porque estas fornecem um template para modelar as percepções do mundo envolvente. Quer dizer, os agentes sociais não se limitam a ver imagens, mas a sentir e raciocinar também através de imagens. Daí que «as imagens seriam formas elementares e, todavia, singulares, do conhecimento, agindo para além, ou apesar, da linguagem» corrente e «gerando a posteriori formas de linguagem quase monadológica» (idem 340), isto é, as imagens fundamentam a criação de uma linguagem enxertada e articulada com a linguagem verbal. O caso da rede social Instagram, onde as fotos vivem em simbiose com a linguagem imediata e direta das hashtags é por demais um exemplo evidente da comunicação através de imagens. Cruzando a explosão fotográfica, uma comunidade global de utilizadores e de experiências de estetização quotidiana (Featherstone 1996; Aguiar 2011), tendo a imagem como núcleo propulsor, o Instagram assoma como uma plataforma onde códigos visuais da arte contemporânea invadiram e preencheram os espaços das sociabilidades.

Por outro lado, pensa-se, vive-se e sente-se para as imagens, já que, recorrendo novamente ao exemplo da rede Instagram, se percebe que os agentes sociais contribuem para a produção de conteúdos imagéticos novos. A explosão da noção do conteúdo visual viral representa o espelho do irromper da busca de uma novidade visual. Ou seja, o imaginário⁵⁷ coletivo associado não se impõe unilateralmente aos indivíduos, mas depende de contribuições constantes da everyday fabric dos agentes de modo a reproduzir e ampliar-se.

O fenómeno do turbilhão de imagens é de tal ordem que o próprio feed das redes sociais é ele mesmo uma sequência alucinante de renovadas imagens das quais, muito rapidamente, se perde o rasto. Um exemplo da formação de imagens numa espiral ascendente

⁵⁷ Aqui duplamente assumido enquanto universo de imagens e universo de sonhos/expectativas.

consubstancia-se na evolução dos emojis. Os emojis constituíram-se quase como um quase código linguístico paralelo: a imagem concentra verbalizações e sentimentos e, com uma tal eficácia, que consegue criar uma linguagem paralela. A evolução dos smiles/emoticons para os emojis representa um percurso de simultâneo alargamento dos conteúdos transformados em ícones visuais e, por outro lado, de simplificação e de rapidez na comunicação. Isso significa a constituição de um alfabeto semântico-visual de expressividade e de sociabilidade. Um fenómeno análogo é representado pela evolução dos comandos/botões da rede social Facebook. A base da perceção e da significação dos textos e, ainda mais relevante para esta análise, às imagens que sucedem nessa rede social ocorre sobre um botão de “gostar/curtir”, “adorar”, “enfurecer”, etc. Filia-se, assim, a subjetividade e a emoção de um dado conteúdo a uma imagem icónica. Levando o raciocínio ainda mais longe, comenta-se uma imagem recorrendo a uma outra imagem, pertencente a um código imagético pré-estabelecido, intuitivo e de fácil aprendizagem.

Uma outra translação decorrente em boa parte da arte contemporânea ocorre no design, mais propriamente a partir do momento em que a arte minimalista ajudou a marcar o compasso no seio do design, no que Han (2016) chamou de «polido». Consequentemente, é o «design uma prática concreta da imagem (...), cuja nova função se realiza, agora, em produzir objetos-imagem, ou seja, objetos que corporizam imagens» (Almeida 2018: 361). Ou seja, a dimensão imagética do design não é menos impactante do que a dimensão funcional para a sua evolução enquanto campo profissional e empresarial. Pelo contrário, o design fundamenta a sua prática de produção de objetos capazes de, por um lado, criar um impacto visual e, por outro, recrudescer novas imagens. A evolução no design processa-se por via de um jogo de parada e de resposta no âmbito da criação de novas imagens concorrentes para produtos com funcionalidades relativamente semelhantes. Se se quiser, a imagem está no centro do nomos do campo profissional do design. Em síntese, no design consagram-se «formas que existem com vista ao fim último de produzir imagens e de criar ambientes» (idem 362).

Figura 4



Imagem da esquerda: Sol LeWitt, 'Two Open Modular Cubes/Half-Off' 1972; Imagem da direita: decoração de sala com mesas da empresa Ikea

De facto, em jeito de sistematização, o turbilhão de imagens, expresso numa espiral centrífuga e ascendente, que envolve e coloca em comunicação íntima a arte contemporânea e as demais esferas culturais e redes de sociabilidades, induz uma indistinção entre a cópia e o original. Sintomaticamente, a erosão das fronteiras entre o original e a cópia confere um primado à mecânica do turbilhão de imagens, fortemente expansiva e denominadora comum da sociabilidade cultural. Complementarmente, a presença enfática da imagem no espaço público compõe um panorama de «desmaterialização da arte» (idem 409). Não se trata, todavia, de conferir um estatuto etéreo à imagem, mas de relevar que a espessura dos fenómenos culturais carregados de imagens consolida uma dimensão simbólico-ideológica inescapável. As imagens são tão reais e vivas como qualquer outra dimensão. Simplesmente adicionam novas camadas de sentido e complexificam o jogo da vida social, na medida em que fundamentam a intercessão entre o económico, o social e o imagético-cultural.

A explosão de imagens, no âmbito de uma espiral centrífuga ascendente, o turbilhão de cópias de cópias⁵⁸, e a imbricação do quotidiano num solo imagético reforçam a transposição de elementos da arte contemporânea para o seio da vida quotidiana, representando um processo de expansão do universo imagético. Neste contexto, as concretizações já não são propriamente arte, nem a tal se propõem. Descendentes lógicos de um universo artístico multifacetado e com grande preponderância da imagem, as suas concretizações ou os impactos na vida quotidiana repercutem uma expansão do estético. E da imagem. Da economia criativa às start-ups tecnológicas. Do ordenamento urbano do turismo às linhas

⁵⁸ Se é que existe uma preocupação/necessidade de saber se é ou não uma cópia.

arquitetónicas. Das fotos de comida ao desenho interior dos restaurantes e cafés. Das selfies nas redes sociais à explosão da fotografia digital⁵⁹, a vida quotidiana nas sociedades pós-fordistas⁶⁰ constrói-se em torno de uma vertigem expansiva de imagens. Totalmente imbricados e indispensáveis, os veículos materiais da espiral centrífuga ascendente das imagens pelo espaço social estão em meios tecnológicos: smartphones, ecrãs de todo o tipo, bancos de dados alojados em massivos complexos de servidores e nos corpos humanos, estes nunca tão longevos como se verifica na atualidade (Rosling 2018).

4. O deslumbre

«Ciência e arte, D. Mafaldinha,

(...) parece tudo tanto o mesmo da mesma coisa»

Maria Velho da Costa, Myra

No último romance da escritora portuguesa Maria Velho da Costa (1938-2020), a personagem principal, uma adolescente chamada Myra, passa uma temporada na herdade de uma pintora consagrada, onde, numa fase inicial, lhe são ministradas aulas de ciências, artes, dentre diversas expressões. A dada altura, Myra é interpelada pela personagem D. Mafalda sobre as suas aulas, respondendo com a frase que segue na epígrafe imediatamente anterior. O deslumbre de Myra relativamente aos fenómenos do universo e do real reflete o espanto humano perante as criações e as descobertas. Por outras palavras, se a arte se expressa como uma criação, um processo de nova matéria estética, a ciência depende do processo de inteligibilidade de um existente que ainda não foi desvendado: a descoberta.

Se os meios técnicos, os objetivos, as competências e os procedimentos são obviamente diferenciados, a unir a criação e a descoberta encontra-se o deslumbre, o prazer cognitivo de desnudar camadas de sentido, sejam elas propriamente subjetivas (a arte), sejam elas objetivas (a ciência). Ora, esse deslumbre perante o anteriormente inexistente, que se torna uma nova camada de sentido (a arte), é um deslumbre perante o desconhecido que se revela como algo substantivamente novo aos olhos de quem convive com os objetos artísticos. E se o deslumbre e o vislumbre do artista e dos públicos perante a criação e

⁵⁹ Em março de 2021, um ficheiro digital JPG do artista Beeple, que agrega numa montagem todas as imagens que o autor publicou online durante 5 mil dias, foi vendido num leilão por 69 milhões de dólares (Reyburn 2021).

⁶⁰ A espiral centrífuga ascendente da imagem relaciona-se com as indústrias culturais, tema que transcende o âmbito do artigo. Registe-se que a evolução das indústrias culturais interagiu com a constante evolução de mecanismos imagéticos e dos dispositivos disponíveis (cinema, televisão, HD, Full HD, Dolby Surround, plataformas de streaming audiovisual, redes sociais). Em simultâneo, a evolução das capacidades de armazenamento dos computadores relaciona-se igualmente com a necessidade de salvar elementos imagéticos (fotos, vídeos e conteúdos da vida profissional) com melhor qualidade visual.

a descoberta não têm necessariamente de emparelhar com um maravilhamento⁶¹, eles, contudo, são dotados de uma componente visual e unificadora. Independentemente do seu impacto, o deslumbre corrobora a criação de uma sinalização imagética. É de um conjunto de deslumbres que, na arte e no universo cultural mais vasto em seu torno, se podem construir alguns dos tipos de imagem elencados e descritos ao longo deste artigo.

Por conseguinte, o deslumbre (ou deslumbramento) que possa surgir na mente dos artistas, dos públicos e do universo cultural em geral demonstra que, por um lado, o turbilhão de imagens pavimenta a facilidade de circulação das imagens pelos campos de produção e de consumo cultural. Nesse sentido, as imagens não se equivalem a uma qualquer propriedade etérea mas funcionam como indicadores e elementos reveladores dos processos mais profundos de produção e de circulação cultural. As imagens refletem a capacidade de envolvimento da cultura e da arte contemporâneas. Por outro lado, o deslumbre atesta a centralidade cognitiva e emocional das imagens nas sociedades contemporâneas. Centralidade cognitiva e emocional na exata medida em que se consubstanciam como ferramentas concetuais de reflexão sobre o mundo social envolvente. E igualmente como modalidades nucleares de apreensão e de apropriação sentimental e emocional das vivências em sociedade, mais especificamente da arte à realidade cultural capilar das redes sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor (2001) - *The Culture Industry*. London: Verso

AGUIAR, João (2011) - *The Aestheticization of Everyday Life and the De-Classicization of Western Working-Classes*. *The Sociological Review* 59 (3)

ALMEIDA, Bernardo Pinto (2019) - *Arte e infinitude*. Lisboa: Relógio d'água

ARCHER, Michael (2008) - *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo, Cortez.

BARRY, David (1994) - "Making the invisible visible: symbolic means for surfacing unconscious processes in organizations". *Organizational Development Journal*, 12: 37-48.

BAJARIN, Tim (2019) - *Industrial Design and Operational Excellence Drives Apple's Success*. *Forbes*, 15 Julho

BARTHES, Roland (2010) - *Camera Lucida: Reflections on Photography*. New York: Hill &

⁶¹ Uma obra de arte não tem um compromisso obrigatório com a criação unilateral de sentimentos positivos, bem pelo contrário, em muitas circunstâncias. Vd. a obra de Francis Bacon, entre inúmeros outros casos.

Wang

BECKER, Howard (2008) - Art Worlds. Berkeley: UC Press

BOURDIEU, Pierre (1998) - Meditações pascalianas. Oeiras: Celta

BOURDIEU, Pierre (1992) - Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire. Paris, Seuil.

COSTA, Maria Velho da (2008) - Myra. Lisboa: Assírio e Alvim

COTTON, Charlotte (2015) - Photography is magic. New York: Aperture

FEATHERSTONE, Mike. (1996), Consumer culture and postmodernism Londres: Sage

FLEW, Terry (2013) - Global creative industries. London: Polity

HAN, Byung-Chul (2016) - A salvação do Belo. Lisboa: Relógio d'Água

LASH, Scott; LURY, Celia (2007) - Global Culture Industry. London: Polity

LYOTARD, Jean-François (1984) - The Postmodern Condition: A Report on Knowledge. Minneapolis: University Of Minnesota Press

MIRANDA, Bragança de (2008) - Corpo e imagem. Lisboa: Vega

RANCIÈRE, Jacques (2019) - The future of the image. London: Verso

REYBURN, Scott (2021) - JPG file sells for \$69 million, as 'NFT Mania' gathers pace. New York Times. 11 de março de 2021. URL: <https://www.nytimes.com/2021/03/11/arts/design/nft-auction-christies-beeple.html>

SONTAG, Susan (1990) - On photography. New York: Anchor Books

VATTIMO, Gianni (1992) - A sociedade transparente. Lisboa: Relógio d'água

VIDAL, Carlos (2005) - Sombras irreduzíveis: arte, amor, ciência e política em Alain Badiou. Lisboa, Vendaval.

VIDAL, Carlos (2002) - Imagens sem disciplina. Lisboa, Vendaval.

